

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL E REGIONAL

CAMPESINATO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
análise das cooperativas agroextrativistas na região sul do
Maranhão.

Jhonny Santos

Profa. Orientadora: Vivian Aranha Sabóia
Co-orientador: Itaan de Jesus Pastor Santos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL E REGIONAL

CAMPESINATO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
análise das cooperativas agroextrativistas na região sul do
Maranhão.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento.

Jhonny Santos

Profa. Orientadora: Vivian Aranha Sabóia
Co-orientador: Itaan de Jesus Pastor Santos

São Luis, 2012

CAMPESINATO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: análise das cooperativas agroextrativistas na região sul do Maranhão.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento.

Aprovada em: / /2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vivian Aranha Sabóia (Orientadora)
Doutorado em Sociologia
Universidade Paris VIII

Prof^a. Dr^a. Silvane Magali Vale Nascimento
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr.^a Zulene Muniz Barbosa

À toda minha família de origem camponesa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe dona Leide pela confiança e amizade. Aos amigos quero começar agradecendo profundamente ao professor Juca, Zeze e Miguel pela hospedagem e recepção na “ilha maravilha”. Foram fundamentais assim como o professor Itaan que, além de ser meu co-orientador foi meu mestre em hombridade e idoneidade, obrigado professor. Agradeço muitíssimo à minha companheira, amiga e mulher Geovana de Abreu (a Gê) que cuidou de mim e me equilibrou para que eu não caísse. Agradeço a minha orientadora por ter aceitado o desafio de orientar um “cabeça dura” como eu, obrigado mesmo professora. Quero agradecer também aos professores e professoras do mestrado, em especial a Zulene Barbosa, pelas colaborações durante todo o curso; ao professor José Sampaio pela atenção e cuidados; ao professor Frederico Burnet pela belíssima disciplina; e a professora Franci pelas análises críticas.

Agradeço muitíssimo à professora Silvane Magali pelas diversas considerações feitas na banca de qualificação. Acho que a ficha caiu ali. Obrigado.

Agradeço a todos os amigos que conquistei e me conquistaram em São Luís, do mestrado (Desni, pela amizade construída e consolidada; Leandro, Val, Teodora e Rogério, amigo de quase todos os momentos) do Labex (Carlos Augusto e Manu), DCE e SINTUEMA, UFMA. Aos meus amigos de “palestras”, Mariana e Antero. A Dayse pelo alojamento tão curto, mas intenso. Ao GEMARX, em especial, Acrísio, Hugo, Raquel pelos debates calorosos que só não varavam a noite porque tinha um maldito ônibus e o longo percurso até em casa.

Diante de todos esses agradecimentos não poderia esquecer minha base de guerra, meus amigos de UEMA, de Imperatriz, de vida que são responsáveis pela minha formação humana e cultural: Santos, Carlos Hermes, Renan, Alain, Vanusa Babaçu, Iuri, tio Diniz, Alcindo, Jairo, Vilmar, Davison, Nice, Patricia, Mayara, Fábio, Anderson, Edney Loiola, Maciel.

Agradeço também imensamente ao CENTRU, em especial Mariana, Denise, Aldecy e ao Manoel por tudo, pelas orientações e pelas lutas, não tenho como dimensionar o tanto que eles foram importantes nessa trajetória.

Agradeço aos cooperados da Coopevida, sr. Joaquim, Isaías, Marenice, Aldenice, José Marques, Neurivan, aos cooperados da Coopral, Pedro Paulo, a comunidade Agua Alva, as Margaridas do Cerrado, dona Carmélia, Dona Rosa e seu esposo que me receberam muito bem em minhas visitas de campo.

Finalizo então, pedindo desculpas pelos meus abusos e excessos e agradeço a todos e todas que colaboraram de alguma forma para a realização desse trabalho.

RESUMO

Este trabalho é uma análise sobre as cooperativas agroextrativistas nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto localizadas na região sul maranhense. A questão instigante da pesquisa refere-se ao processo histórico: trajetórias, lutas, conquistas e desafios das cooperativas. Para isto foi necessária entender o processo e as mudanças nas cooperativas diante de uma totalidade e consequentes contradições. Nestes termos utilizamos a teoria crítica dialética para entender o movimento e suas transformações no trajeto das cooperativas. Portanto, além de uma vasta pesquisa documental para análise histórica; a pesquisa fez uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas abertas com o público envolvido nas cooperativas. As referências teóricas que nortearam o trabalho e que contemplam os conceitos e debates sobre campesinato e sua relação com o capitalismo (KAUTSKY; CHAYANOV; SHANIN; MENDRAS; GUZMAN & MOLINA); e o cooperativismo e a economia solidária, categorias trabalhadas no mesmo capítulo para entender as diferenciações entre cooperativas empresariais e cooperativas autênticas; e segunda para analisar os limites da economia solidária enquanto uma categoria generalizada das distintas organizações cooperativas, associativas ou grupos informais. (CHAYANOV; FLEURY; SINGER, GERMER). Dessa forma, analisamos ao longo do trabalho a agricultura brasileira nas suas questões agrária e produtiva, familiar ou patronal, ou seja, como ela se configura atualmente no Brasil, no Maranhão e na região sul. Analisamos também a origem do cooperativismo no Maranhão, a formação das cooperativas agroextrativistas e a execução de pequenos projetos de apoio a produção, beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura camponesa. Identificamos em última instância novos personagens que vem garantindo a reprodução do cooperativismo agroextrativista em Loreto e São Raimundo das Mangabeiras, mas que se demonstram muito frágeis diante do avanço das fronteiras agrícolas. Portanto consideramos então que as cooperativas agroextrativistas estão integradas à uma totalidade com contradições sociais, políticas, econômicas e ambientais diversas que oprime as cooperativas camponesas, mas que por outro lado vem sendo um instrumento de organização socioeconômico dos camponeses.

Palavras-chaves: Campesinato. Cooperativismo. Economia Solidária.

ABSTRACT

This work is an analysis of the agro-extractives cooperatives in the cities of São Raimundo Mangabeiras Loreto and located in the southern region of Maranhão. The intriguing research question refers to the historical process: paths, struggles, achievements and challenges of cooperatives. For this it was necessary to understand the process and changes in cooperatives face a whole and consequent contradiction. In these terms we use critical theory to understand the dialectical movement and transformations in the path of cooperatives. Wherefore in addition to an extensive documentary research for historical analysis, the research took a qualitative approach, conducting interviews with the public involved in cooperatives. The theoretical references that guided the work and contemplate the concepts and debates on peasantry and its relationship with capitalism (KAUTSKY; CHAYANOV; SHANIN; MENDRAS; GUZMAN & MOLINA) and cooperative and solidarity economy, categories worked in the same chapter to understand the differentiations between business cooperatives and cooperatives authentic, and second to analyze the limits of solidarity economy as a distinct category of generalized cooperative organizations, associations or informal groups. (Chayanov; FLEURY; SINGER, GERMER). In this way, throughout the paper we analyze the Brazilian agriculture and agrarian issues in its production, family or employers, ie, how it configures currently in Brazil, Maranhão and in the southern region. We also analyze the origin of the cooperative in Maranhão, the formation of cooperatives agroextractivist and implementation of small projects to support the production, processing and marketing of peasant agriculture. Ultimately identify new characters coming ensuring playback of cooperative agro-extractives in Loreto and São Raimundo Mangabeiras, but it shows very weak before the advance of the agricultural frontier. So consider then that cooperatives agro-extractives are integrated to a total contradiction with social, political, economic and environmental several that oppress the peasant cooperatives, but on the other hand has been an instrument of socio-economic organization of the peasants.

Keywords: Peasantry. Cooperatives. Solidarity Economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA	
1.1. Indicações teóricas, históricas e conceituais.....	13
1.2. Agricultura familiar camponesa no Brasil.....	20
1.3. Agricultura camponesa no Maranhão.....	23
2. COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	
2.1 Origem e debates sobre o Cooperativismo.....	27
2.2. Cooperativismos, o empresarial e o autêntico.....	30
2.3. Cooperativismo camponês e economia solidária no Brasil.....	36
3. O COOPERATIVISMO NO MARANHÃO	
3.1. Origens e análises sobre as cooperativas no Maranhão.....	46
3.2. CENTRU, história e formação das cooperativas agroextrativistas.....	69
4. O COOPERATIVISMO CAMPONÊS NA REGIÃO SUL MARANHENSE	
4.1 O Sul do Maranhão.....	76
4.2 As Cooperativas de São Raimundo das Mangabeiras e de Loreto.....	80
4.3 O Projeto Frutos do Cerrado e as cooperativas agroextrativistas.....	88
5. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA	
5.1 Agricultores familiares camponeses cooperados.....	101
5.2 Coopral e as Margaridas do Cerrado.....	108
5.3 PNAE e Economia Solidária.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as cooperativas agroextrativistas formadas por camponeses nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto na região sul do Maranhão. Os princípios, as práticas e a utopia que movimentam esse cooperativismo agroextrativista há mais de 20 anos possuem raízes nas atividades desenvolvidas pelo Movimento de Educação de Base e pelo Partido Comunista Brasileiro no Maranhão na década de 1960. Um dos camponeses que participou desse movimento foi Manoel da Conceição, fundador do PT e do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural). Este, criado em Recife/PE na década de 1980 tinha por objetivo formar/capacitar lideranças camponesas em sindicalismo, cooperativismo e agroextrativismo.

Em 1984 o CENTRU começou suas atividades no Maranhão, especificamente na região sul e oeste. A atuação no movimento sindical começou ainda na década de 1980, com a criação de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs.) ou na tomada destes das mãos dos pelegos. Somente na década de 1990, o CENTRU forma as cooperativas agroextrativistas.

Neste cenário compreendemos o campesinato, o cooperativismo e a economia solidária como categorias eixo-orientador deste trabalho. Por campesinato, refutamos o pensamento dualista de proletarização ou aburguesamento do campesinato (KAUTSKY; Lênin) e entendemos como um modo de vida relativamente autônomo, de base familiar e que se reproduz sob uma economia dominante (SHANIN; MENDRAS; CHAYANOV).

Quanto ao cooperativismo, o trabalho procura apresentar as origens das cooperativas modernas com os Pioneiros de Rochdale, a transformação desse cooperativismo aos moldes do capital e o surgimento de um cooperativismo classista e revolucionário aliado às lutas dos trabalhadores urbanos e dos camponeses. Dessa forma, entendemos que há dois tipos de cooperativas uma de caráter exclusivamente empresarial e outras onde a política econômica do trabalho prevalece sobre o capital (MARX; IÑAKI GIL; GERMER; MÈSZÀROS).

O cooperativismo pós-rochdale fez surgir um vasto campo de cooperativas que se classificam em diversas atividades seja de crédito, agropecuária, habitacional, consumo ou transportes. Contudo, por as cooperativas serem híbridas e contraditórias (GERMER 2006), elas se adaptam

tanto nas economias capitalistas quanto nas economias planificadas. Por outro lado, a contradição fez surgir as cooperativas autênticas nascidas no seio da classe trabalhadora de perspectiva revolucionária e socialistas (IÑAKI GIL 2002). É nesse contexto que analisamos o conceito de economia solidária e sua tentativa de integrar as distintas organizações cooperativas, associativas e grupos informais nessa categoria que embora seja uma prática oriunda dos setores populares não pode ser vista apenas pelo viés econômico ou como um outro modo de produção (SINGER).

Optei por estudar o processo de organização e prática dessas cooperativas inicialmente por querer propor alternativas no campo gerencial, interferindo diretamente na organização das cooperativas. A minha contratação para trabalhar no projeto Agroextrativismo, Alternativa Sustentável e Solidária para os Povos do Cerrado apoiado pela Petrobrás e executado pelo CENTRU entre os anos de 2007 e 2010 me proporcionou um contato direto com as cooperativas agroextrativistas.

Dessa forma, o projeto de pesquisa aprovado no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão resulta dessas inquietações técnicas iniciais e que se transformaram em questões acadêmicas.

A ideia força da pesquisa são os camponeses e a sua organização em cooperativas agroextrativistas. Em face da atual conjuntura econômica e política, me perguntei: afinal que papel essas cooperativas exercem no bojo da luta camponesa? Por que os camponeses decidiram se organizar em cooperativas? Qual a relação delas com a economia solidária?

Compreendendo a realidade social e econômica em que vivem as cooperativas agroextrativistas da região sul maranhense, percebemos a necessidade de analisar a trajetória deste cooperativismo sem desconsiderar a totalidade em que estão inseridas, mas ao contrário, relacionando-as em seu respectivo contexto.

O avanço das fronteiras agrícolas gerou profundas desigualdades e engendrou diversos conflitos agrários não apenas na região sul maranhense como em todo o estado. É neste contexto que surgem as cooperativas agroextrativistas e suas propostas de produção ecológica.

Dessa forma o trabalho compreende o processo de organização dos camponeses em cooperativas como um constante movimento, em constantes

mudanças e contradições da política econômica nacional integrada a internacional. Neste sentido, concordamos com Marx (1859) que

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração que possui um sentido, na medida em que realça os elementos comuns, os fixa e assim nos poupa repetições. Contudo, esses caracteres gerais ou esses elementos comuns, destacados por comparação, articulam-se de maneira muito diversa e desdobram-se em determinações distintas. Alguns desses caracteres pertencem a todas as épocas; outros, apenas a algumas. Certas determinações serão comuns às épocas mais recentes e mais antigas. São determinações sem as quais não se poderia conceber nenhuma espécie de produção. (MARX, 1859, p. 4)

Trazendo para a realidade das cooperativas agroextrativistas, percebemos que, a organização dos camponeses em sindicatos ou cooperativas é fruto dessas contradições, da reprodução do capital que na região sul maranhense é representado pelo agronegócio.

Para analisar a trajetória das cooperativas de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto foi necessária uma investigação bibliográfica que contemplasse as categorias de campesinato, cooperativismo e economia solidária. Para relacionar estas categorias com o objeto em estudo, o trabalho providenciou um vasto material documental histórico, dados sobre produção, participação e tipos de projetos executados pelas cooperativas.

Nestes termos utilizei o método dialético e realizei uma abordagem qualitativa utilizando de entrevistas abertas com as diferentes lideranças do CENTRU, das cooperativas, do sindicato de trabalhadores rurais, além de conversas com os camponeses nas comunidades rurais.

, trabalho conta com uma estrutura de quatro capítulos. No 1º, trabalhamos os conceitos e debates sobre o campesinato, entrando na discussão clássica sobre o futuro do campesinato e trazendo a tona duas correntes de pensamentos, uma conhecida como antigos estudos sobre o campesinato e outra considerada como os novos estudos sobre campesinato também conhecida como pensamento alternativo agrário.

No 2º capítulo abordamos as origens do cooperativismo moderno, as particularidades das cooperativas no modo de produção capitalista no que tange suas diferenciações das cooperativas empresariais e ainda destacamos as peculiaridades do cooperativismo camponês e da economia solidária no Brasil.

O 3º capítulo é resultado de uma extensa pesquisa histórica do cooperativismo no Maranhão, em especial as cooperativas formadas pelo Estado e as desenvolvidas em meio aos conflitos agrários entre camponeses e latifundiários. Destacamos também a atuação dos movimentos sociais do campo como o MST e a ASSEMA na criação de cooperativas de agricultores camponeses em seus respectivos assentamentos.

No 4º capítulo, analisamos a trajetória das cooperativas agroextrativistas de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto desde a fundação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, principal responsável pela formação dessas cooperativas até a implementação dos primeiros projetos apoiados por organismos nacionais e internacionais. Analisamos os pequenos projetos como o Projeto Frutos do Cerrado e as tentativas de combater o agronegócio na região a partir de práticas agroextrativistas, de uma comercialização solidária, protegendo o cerrado e gerando renda para as comunidades envolvidas.

No 5º e último capítulo, apresentamos e analisamos os novos sujeitos como o grupo de mulheres camponesas Margaridas do Cerrado da Coopral e o acesso aos programas governamentais como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a economia solidária na Coopevida.

1. CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 Indicações teóricas, históricas e conceituais

O conceito de campesinato vem acompanhado das transformações provocadas pela implantação do modo de produção capitalista no Ocidente. Segundo o pensamento marxista ortodoxo de Kautsky, o campesinato tenderia ao desaparecimento devido à sua proletarização ou aburguesamento. Contudo, essa visão dualista vem sendo questionada pelos chamados Novos Estudos do Campesinato representado por Teodor Shanin, Eric Wolf, Eduardo Guzmán, Manuel Molina que analisam as formas de resistência camponesa diante do avanço do capital. Gúzman e Molina (2005, p. 17) atribuem à evolução do conceito de campesinato duas correntes de pensamento: 1) A antiga tradição dos estudos camponeses; e 2) Os novos estudos sobre o campesinato ou pensamento alternativo agrário.

Os primeiros estudos sobre o campesinato foram desenvolvidos pelos narodnistas russos do século XIX que, conforme Guzmán & Molina (2005, p. 21),

No seio do narodnismo russo, coexistiram diversas orientações teóricas, com diferentes práxis intelectuais e políticas, que propugnaram e perseguiram para a Rússia um modelo de desenvolvimentos econômico não capitalista em que aparecia, como protagonista central, o campesinato.

Este pensamento era predominante na antiga tradição dos estudos camponeses e nasce como uma tentativa desesperada de impedir o desenvolvimento do capitalismo pelas formas de ação coletiva do campesinato, cujo objetivo era evitar a desorganização social e exploração econômica dos camponeses. Os principais responsáveis por essa corrente de pensamento foram os neo-populistas russos, também conhecidos como Narodnistas. Estes, por sua vez, são considerados os primeiros estudiosos da antiga tradição de estudos sobre o campesinato, seguidos pelos anarquistas e marxistas agrários (GUZMAN e MOLINA, 2005, p. 20).

O movimento Narodnista surge na Rússia entre os anos de 1860 e 1870. Formado por intelectuais urbanos que aderiram ao socialismo agrário, os narodnistas pregavam o retorno à vida no campo. Para Nicolai Gavrilovich

Chenyshevski¹ (apud Gúzman e Molina 2005, p. 23), era possível para a Rússia caminhar por “outra via” que não a do capitalismo, com isso evitaria a pauperização e/ou proletarização do camponês. Ainda segundo Chenyshevski, (ibidem) “era possível evitar a desarticulação social das comunidades rurais por meio da estruturação de uma economia socialista tendo como parâmetro o coletivismo camponês” e, portanto, saltar sobre a etapa do capitalismo chegando diretamente ao progresso do socialismo.

Os narodnistas conseguiram levar suas ideias para o campo e de forma romântica apresentavam o modo de vida camponês como uma forma de frear a evolução do capitalismo e ao mesmo tempo promover uma sociedade socialista sob os princípios tradicionais do campesinato.

Para os anarquistas agrários, o campesinato era visto como um agente revolucionário e seu tradicional apoio mútuo como um fator de evolução da sociedade. Bakunin e Kropotkin são os principais representantes do anarquismo agrário. Enquanto Bakunin se esforçava para analisar o caráter revolucionário do campesinato, Kropotkin enfatizou as peculiaridades do modo de vida camponês tais como a moral solidária e o apoio mútuo².

A última corrente de pensamento da antiga tradição dos estudos campesinos é o marxismo ortodoxo. Este, segundo Gúzman e Molina (2005, p. 43) “considera que Marx subscrevia uma teoria geral dos modos de produção e formações socioeconômicas aplicáveis universalmente a todas as sociedades históricas”. Ou seja, o processo de evolução das sociedades seguiria uma sequência unilinear. No que se refere a questão agrária, o marxismo ortodoxo acredita que a agricultura, no modo de produção capitalista, deve atuar como um ramo da indústria. Karl Kautsky e Vladimir Lênin são os principais responsáveis teóricos por este pensamento. Para os marxistas ortodoxos, a evolução da estrutura agrária no processo histórico se caracteriza principalmente pela evolução unilinear, dissolução do campesinato e superioridade da grande empresa agrícola.

A dissolução do campesinato, difundida pelo marxismo ortodoxo, é compreendida “a partir da teoria do valor e a interpretação da questão agrária entendida no interior da renda fundiária. Neste universo de interpretação não

¹ Fundador do narodnismo russo e líder do movimento revolucionário democrático que pretendia acabar com o despotismo na Rússia. Chenyshevski inspirou Lênin, líder dos bolcheviques e o anarquismo de Emma Goldman.

² Sobre a teoria do Apoio Mútuo defendido por Kropotkin, acesse < <http://biblioteca-libertaria.blogspot.com.br/2010/04/piotr-kropotkin-o-apoio-mutuo.html>>. Acesso em 25/08/2012.

cabia o camponês.” (FABRINI, 2004, p. 118). Foi uma interpretação teórica baseada no desenvolvimento do modo de produção capitalista. No que se refere à superioridade da grande propriedade agrícola sobre a pequena, Kautsky (1984, p. 87) afirmava que, “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos”. Ou seja, esta superioridade é resultado do processo de identificação da agricultura com a evolução tecnológica do capitalismo.

Em 1912, Alexander Chayanov com apenas 24 anos de idade concluiu o seu Ensaio sobre a Teoria do Trabalho Camponês o qual ficaria conhecida como a Organização da Economia Camponesa (1919). O pensamento de Chayanov deu continuidade com os estudos dos narodnistas sobre a resistência e as particularidades do campesinato no capitalismo ou no socialismo, porém sob a luz de um novo pensamento agrário.

Essa nova corrente de pensamento criticava a visão romântica dos narodnistas e ampliava o debate sobre o futuro do campesinato no socialismo ou no capitalismo. Chayanov (1976, p. 478), considerado um dos primeiros pensadores dessa corrente, questionou o porquê dos estudos modernos considerar quase todos “os fenômenos econômicos exclusivamente segundo o vocabulário próprio de uma economia capitalista”. Para ele (1924, p. 481), “renda, juro, capital, salário e preço” são categorias que formam a teoria econômica capitalista. Tais categorias se relacionam de forma interdependente. Por conseguinte, na ausência de uma delas, o sistema perde sua noção conceitual e seu caráter específico, logo seu conteúdo. Para o autor, na economia camponesa as realizações econômicas estão diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades humanas. Cada unidade familiar é ao mesmo tempo de produção e também de consumo com todo seu orçamento voltado para uma produção qualitativa³.

O que faz a economia camponesa perder seu caráter qualitativo é o desenvolvimento da economia monetária e o aumento da circulação de mercadorias provocando um acentuado crescimento do fator apenas quantitativo.

³ Por produção qualitativa Chayanov entende ser o momento da preparação do orçamento familiar onde para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade econômica, o produto qualitativamente correspondente em gêneros.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém ao final do ano uma quantidade de bens. Atentando para estrutura interna dessa exploração percebemos que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, consideradas verdadeiras categorias econômicas do capitalismo. (CHAYANOV, 1976, p. 482)

Portanto, conforme o autor, não é possível analisar a economia camponesa a partir das categorias da economia capitalista simplesmente porque a lógica da família camponesa é a produção para o consumo sem geração de excedentes. Sendo assim, Chayanov (1976) sintetizou as categorias da economia camponesa em duas grandes: 1) A exploração baseada no trabalho familiar; e 2) A que utiliza trabalho assalariado além do trabalho familiar, sem, no entanto ir ao ponto de adquirir o caráter capitalista.

A partir dessas duas categorias, podemos afirmar que, os estudos sobre o modo de vida camponês, desenvolvidos por Chayanov são a base teórica dos novos estudos sobre o campesinato. Para esta corrente de pensamento, o campesinato vive em constante movimento não apenas pela sobrevivência, mas para conseguir vantagens no modo de produção vigente. Conforme Shanin (1984, p. 141-172),

A economia familiar não é simplesmente a sobrevivência dos débeis por meio de seu empobrecimento, que serve a benefícios muito superiores em outros lugares, mas também a utilização de algumas das características da agricultura familiar e da vida social rural que, em ocasiões, podem proporcionar vantagens à economias não capitalistas sobre as formas de produção capitalistas num mundo capitalista.

Neste sentido, a agricultura familiar não pode ser tratada ou percebida apenas como uma economia de subsistência e empobrecimento dos camponeses. A agricultura familiar camponesa pode estabelecer relações comerciais com o mercado vigente, mas mantendo suas peculiaridades de uma economia não capitalista.

Ao passo que Chayanov entendia o campesinato como uma economia não capitalista de trabalho familiar, Mendras (1978, p. 44) reforça que “por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que tem de ser alimentadas”. Ou seja, a família camponesa e seu respectivo estabelecimento agrícola compreendem uma unidade econômica de produção

e consumo vivendo isoladamente ou em uma comunidade. Destacamos abaixo quatro características do modo de vida camponês exploradas por Mendras (1978 p. 14-15) que são:

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades.
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo de produção e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.

Percebemos então que, tanto em Chayanov quanto em Mendras a presença da família camponesa na exploração da terra é fundamental para a compreensão do campesinato.

Para Shanin (2005, p. 05), essa tipologia do modo de vida camponês deixou de explorar duas questões básicas: 1) O impacto do comércio internacional e da economia política global sobre os rumos básicos do desenvolvimento da agricultura camponesa e; 2) O impacto das histórias específicas dos camponeses sobre as sociedades das quais fazem parte. Isso quer dizer também que, os impactos externos e internos sobre o campesinato são os principais responsáveis pela sua diferenciação regional. “Um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”. (SHANIN, 2005, p. 01). Dessa forma, a diferenciação do campesinato também é resultado de uma série de pressões advindo tanto dos problemas naturais (condições climáticas, fertilidade do solo, etc.), quanto às pressões de ordem econômica, tributária e/ou política.

Diante dos atributos ao campesinato tratado na teoria do antigo e novo pensamento sobre a questão camponesa, Abramovay (1980, p. 36), afirma que os clássicos do marxismo agrário,

(...) tocaram num ponto essencial sobre cuja resposta não há, mesmo para os teóricos da economia camponesa, unanimidade: quais as transformações que sofre o campesinato com sua crescente inserção

nas relações mercantis? Se é relativamente fácil mostrar que as previsões apocalípticas sobre o seu desaparecimento não se confirmaram, não se pode entretanto falar com tranquilidade de sua manutenção nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, Abramovay (1990) aponta que o campesinato não pode ser visto apenas pelo viés da racionalidade econômica ou como um modo de produção próprio, mas por um traço básico que é a sua integração ao mercado de forma parcial e incompleta. A relação do camponês com o mercado é parcial não apenas porque sua sobrevivência vem da autoprodução e do autoconsumo, mas também pela sua “flexibilidade” com o mercado. Ou seja, o camponês pode muito bem sair de um determinado mercado sem comprometer sua reprodução social, daí a participação parcial no mercado predominante. Sua participação parcial no mercado também é incompleta ou imperfeita (ABRAMOVAY, 1990) devido a uma série de fatores como o acesso ao mercado de capitais e créditos; as informações sobre o mercado são insuficientes ou inexistentes; a propriedade da terra; transporte e comunicação são alheios a muitos camponeses; o monopólio de grandes grupos econômicos sobre os mercados de alimentos, insumos, etc.

Portanto, para compreender o campesinato é necessário não apenas considerar os fatores econômicos que por si só não explicam o comportamento camponês, mas, sobretudo o ambiente social, os laços comunitários e as relações de dependência social em que se reproduz o campesinato.

No Brasil, considerando a diversidade camponesa, Velho (1969, p. 98) destaca que “trata-se de uma questão empírica a ser investigada: a de verificar como situar as diversas ocorrências concretas que se apresentam no meio rural” e que, portanto, a preponderância das grandes propriedades sobre a economia nacional explica o processo de formação do campesinato brasileiro,

A grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado” impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma específica de produção. (WANDERLEY, 1996, p.10).

Dessa forma, se observarmos o processo histórico de evolução dos grandes estabelecimentos agrícolas, percebemos o quanto ele se modernizou

e concentrou mais ainda seu poderio econômico. O agronegócio, principal representante desse processo, responde por 27% do PIB brasileiro e dispõe de uma estrutura fundiária, tecnológica e financeira incomparável. Portanto, é possível visualizar o campesinato brasileiro enquanto uma classe social marginalizada pelas políticas agrícolas e pressionada pela expansão da monocultura do agronegócio.

O complexo de soja, p.ex., representa 21% de tudo que é exportado pelo agronegócio brasileiro. Em todo o Maranhão, no período de 2010/2011 foram plantados mais de 495 mil hectares de soja⁴, 90% dessa produção concentrou-se na região sul maranhense. A expansão deste modelo produtivo é um dos principais responsáveis pela desarticulação social do campesinato sul maranhense, o campesinato de fronteira.

O campesinato de fronteira, segundo Martins (1997, p. 15) “ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural”. Ou seja, mais uma vez a família camponesa isolada ou em comunidade são características que persistem ao longo da história, organizados em uma economia não capitalistas, contudo,

(...) ele [o camponês] mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica (...), subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam em códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade. (MARTINS, 1997, p. 16).

Mais uma vez o campesinato aparece como uma classe social subjugada e marginalizada pelo latifúndio no período colonial e pelo agronegócio no atual modelo produtivo, mas consegue debilmente se sobressair diante do avanço do grande capital. Na região sul maranhense, onde predomina a monocultura de soja, cana de açúcar e milho, os camponeses dos municípios de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto decidiram por produzir de forma agroextrativista e cooperativista. Para os camponeses, o cooperativismo seria o instrumento institucional de autogestão e distribuição enquanto o agroextrativismo seria o modelo de produção.

1.2. Agricultura familiar camponesa no Brasil

⁴ <<http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=1906>> acesso em 12/09/12.

A recorrência aos termos de agricultor de subsistência ou baixa renda, camponeses, pequeno produtor, ao lado dos termos de dependência – colono, meeiro, – ou de apropriação da terra – posseiro – demonstra uma diversidade de modos de vida do campesinato assim como sua delimitação categórica. Um levantamento feito na década de 1990 por pesquisadores do Departamento de Economia Rural da FCA/UNESP classificou mais de mil títulos relacionados ao campesinato (NEVES 2007, p. 221).

Diante da emergência categórica que classifique o campesinato brasileiro, o Governo Federal, através da lei 11.326 de 14 de julho de 2006, art. 3º, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- e
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A substituição do termo camponês por agricultor familiar transparece uma realidade para além do sujeito político campesino que ao longo de sua história reflete uma luta local que é correspondida na universalização da sobrevivência da categoria social camponesa – como bem classificamos acima. Contudo, não há como negar que as sociedades camponesas sempre estiveram subordinadas relativamente ao contexto de cada sociedade. Para Wanderley (2004, p. 48), “não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual apenas como uma simples reprodução do campesinato tradicional”. Ou seja, o hoje delimitado conceito de agricultura familiar é resultado de esforços teóricos e práticos no intuito de organizar as dispersas compreensões e articular políticas públicas para o agricultor familiar brasileiro. Este, por sua vez, carrega uma trajetória marginal (enquanto camponês) diante dos modestos programas e políticas direcionadas para agricultura familiar. É visível o quanto o camponês brasileiro esteve à

mercê de suas próprias forças enquanto o estado redirecionava investimentos e custeios para a agricultura não familiar e patronal.

Contudo, diante das delimitações dos conceitos e do esquecimento, é incontestável a importância do camponês e da recente agricultura familiar não somente na produção de alimentos para o Brasil, como também na formação social, cultural, política e econômica dessa categoria. Mesmo com os escassos investimentos, o agricultor familiar brasileiro se reproduz em meio às investidas do capital para sua proscricção.

Quando comparamos a agricultura familiar com a não familiar, percebemos que há uma injustiça social e política considerável para um país que se propõe a ser um estado democrático e de direito. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1995 confirmou que no Brasil há uma abordagem dualista do seu setor agrícola. Ao passo que o MDA surgia como uma instituição a serviço da Agricultura Familiar, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) servia aos interesses da agricultura patronal. Segundo Sabourin (2009, p. 40),

A ideia geral é que, com a generalização do capitalismo agrário no Brasil e a globalização dos mercados, a pequena produção agrícola não é competitiva e, portanto, está condenada. Portanto a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar só podem se justificar como políticas sociais compensatórias ou como medidas complementares do reconhecimento da pluriatividade.

Conforme dados do censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa 84,4% de estabelecimentos rurais, mas ocupa apenas 24% de toda área. Enquanto isso, os agricultores não familiares representam 15,6% e concentram 76% do território rural brasileiro. Estes agricultores não familiares também representam a concentração de renda e, por conseguinte, junto ao governo brasileiro dos anos 1970 e 1980 promoveram a chamada “modernização conservadora”.⁵ (GRAZIANO 1982 apud NETO, 1997).

Mesmo diante dessas adversidades, a agricultura familiar supera a agricultura não familiar em pessoal ocupado – 74,4% contra 25,6% - e participa

⁵ O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. No Brasil, este termo foi primeiramente utilizado por Alberto Passos Guimarães em 1977 servindo para representar a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

do valor bruto da produção em 59 milhões contra 89 milhões da agricultura não familiar. Grosseiramente falando, se a democratização das terras aumentasse em 50%, a agricultura familiar ocuparia 123 milhões de pessoas no meio rural.

Embora cultivando em 24,3% da área agricultável do país, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção de mandioca; 70% de feijão; 46% de milho; e 34% de arroz (INCRA, 2006), ou seja, a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros.

Na questão agrária, conforme o Censo Agropecuário de 1996 e 2006, a quantidade de estabelecimentos rurais aumentou em 412 mil unidades, enquanto a área diminuiu 1% passando de 107,8 milhões em 1996 para 106,8 milhões de hectares em 2006. O camponês brasileiro sem terra se vê isolado das políticas de acesso a terra assim como os que estão nas terras se veem sem condições de manter a unidade produtiva diante das pressões dos grandes estabelecimentos. Estes, ao dar espaço a produção monocultural e extensiva, com utilização de agrotóxicos ofensivos, prejudicam não apenas suas áreas como também as áreas vizinhas.

Desde o final da década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – ficou claro o dualismo no setor agrícola brasileiro. Duas políticas de desenvolvimento rural evidenciam, por um lado, a economia camponesa e por outro, a economia das exportações a partir do modo de produção capitalista que tem como centro as grandes propriedades.

Em contraponto ao modelo de produção agrícola das grandes propriedades, movimentos de camponeses nacionais vêm reivindicando um outro modelo de desenvolvimento para o campo. Neste novo modelo, três pontos são evidenciados: Autonomia, Cooperação e Qualidade de vida.

A autonomia está fundamentada no autoconsumo, segurança alimentar, dispositivos próprios de aprendizagem, de produção e de inovação. Quanto à cooperação, o foco está no incentivo à constituição de cooperativas de crédito, de produção e empreendimentos de economia solidária. Neste ínterim, tanto a autonomia quanto a cooperação estão assentadas na busca pela qualidade de vida urbana e rural através de uma produção sadia e ecológica, protegendo os recursos naturais e promovendo o conhecimento local.

1.3 Agricultura camponesa no Maranhão

Com uma população de mais de 6,5 milhões e uma área de 331.935,507 km², 36,9% dos maranhenses vivem no campo. Destes, 91,31% são considerados agricultores familiares e ocupam mais de 262 mil estabelecimentos agropecuários, enquanto os outros 8,69% representam a agricultura não familiar patronal⁶. Embora os agricultores familiares estejam em maior número que os agricultores ou empreendimentos da agricultura não familiar, o que se percebe no Estado é uma constante desigualdade socioeconômica representada pela concentração fundiária e o difícil acesso a políticas públicas que fomente a produção e gere renda agindo de forma responsável com os recursos naturais.

A superioridade da agricultura familiar camponesa sobre a agricultura não familiar é evidente quando confrontamos os dados oficiais do governo federal. De acordo com o IBGE (2006) – Tabela (01) – percebemos a importância da agricultura familiar para produção de alimentos básicos, enquanto a agricultura patronal investe na produção de soja de forma bastante acentuada.

Tabela (01) Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção por agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal no Maranhão em 2006.

Tipo de agricultura	Tipo de produção vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (quilogramas)	Área colhida (hectares)	Valor da produção (R\$)
Agricultura familiar lei 11.326	Arroz em casca	136.374	968.962.828	460.549	454.000.363
	Mandioca	74.226	1.137.557.912	254.266	305.116.978
	Milho em grão	109.231	491.501.420	190.154	191.680.932
	Soja em grão	27	16.325.690	6.261	3.744.053
	Total	-----		2.614.347.850	911.231
Agricultura não familiar	Arroz em casca	9.795	123.742.345	62.994	54.964.438

⁶ Isso representa 262.086 estabelecimentos da agricultura familiar em uma área de 4.519.305 ha. Por outro lado, a agricultura não familiar possui 24.948 estabelecimentos com uma área de 8.472.143 ha. (IBGE/Censo Agropecuário de 2006).

	Mandioca	4.502	177.628.323	39.765	45.803.822
	Milho em grão	8.553	135.732.698	46.473	44.752.300
	Soja em grão	225	681.324.141	267.314	357.435.642
	Total	-----	1.118.427.507	707.104	502.956.202

Fonte: IBGE (2006)

Se analisarmos esta tabela com mais cuidado, percebemos, a partir da soma das áreas colhidas de arroz em casca, mandioca, milho em grão e soja em grão, que a agricultura familiar totalizou 911.230 hectares colhidos para um capital produtivo de 954.542.326 reais. Do outro lado, a agricultura não familiar produziu 502.974.202 reais em uma área colhida de 416.546 hectares. O valor da produção dos agricultores familiares é maior que a agricultura não familiar devido a uma série de variáveis que vai desde a dispersão desses agricultores camponeses até o acesso a investimentos e custeio que, ao contrário da agricultura não familiar, recebe uma parcela menor por parte dos órgãos públicos. Em 2010, o governo do estado cortou 50% do orçamento para a produção agrícola dos agricultores familiares camponeses⁷.

Segundo dados do portal da transparência do Maranhão, em 2011 o governo destinou R\$ 22.729 para agroindustrialização da agricultura familiar, pesca artesanal e aquicultura. Para o adensamento das cadeias produtivas do agronegócio, o governo destinou R\$ 157.104,30. Para o agroextrativismo foram destinados apenas R\$ 3.358,79.

À exemplo das modestas políticas públicas para a agricultura familiar campesina, a Tabela (02) demonstra que a unidade familiar de produção ainda possui bastante dificuldade para acessar programas de crédito.

Considerando a Lei 11.326 que delimita o agricultor familiar e tendo o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como principal programa de crédito ao agricultor familiar, formulamos uma tabela que representa a quantidade de estabelecimentos e a condição do produtor maranhense que obteve acesso a crédito em 2006.

Tabela (02) – Número de estabelecimentos agropecuário, condição do produtor e grupos de área total que obtiveram financiamento pelo PRONAF em 2006.

⁷ Informação disponível em <<http://elo.com.br/portal/noticias/ver/207085/maranhao-e-o-estado-que-menos-investe-na-agricultura-familiar-.html>>. acessado em 25 de março de 2012.

Condição do produtor	Grupos de área total	Quantidade
Proprietário	De 4 a menos de 5 ha	143
	De 5 a menos de 10 há	552
	De 10 a menos de 20 há	987
	De 20 a menos de 50 há	2.735
	De 50 a menos de 100 há	1.931
	De 100 a menos de 200ha	997
Assentado sem titulação definitiva	De 4 a menos de 5 ha	32
	De 5 a menos de 10 há	79
	De 10 a menos de 20 há	88
	De 20 a menos de 50 há	517
	De 50 a menos de 100 há	46
	De 100 a menos de 200ha	18
Arrendatário	De 4 a menos de 5 ha	25
	De 5 a menos de 10 há	38
	De 10 a menos de 20 há	82
	De 20 a menos de 50 há	143
	De 50 a menos de 100 há	61
	De 100 a menos de 200ha	18
Parceiro	De 4 a menos de 5 ha	6
	De 5 a menos de 10 há	5
	De 10 a menos de 20 há	4
	De 20 a menos de 50 há	2
	De 50 a menos de 100 há	19
	De 100 a menos de 200ha	10
Ocupante	De 4 a menos de 5 ha	54

	De 5 a menos de 10 há	113
	De 10 a menos de 20 há	98
	De 20 a menos de 50 há	135
	De 50 a menos de 100 há	64
	De 100 a menos de 200ha	31
Total		9.031

Fonte: IBGE 2006

Com mais de 804 mil pessoas ocupadas no campo, somente 9.031 tiveram acesso à crédito em 2006. Destes, 81,3% são proprietários, o que significa dizer que ocupantes, assentados sem titulação, arrendatário e parceiro que representam 19,6% tem bastante dificuldade para ter acesso a investimentos ou custeios através do PRONAF. Os limitados programas governamentais para a agricultura familiar dificultam mais ainda a vida no campo. Por outro lado, favorece a expansão dos grandes empreendimentos agrícolas. Segundo Ferreira (2008, p. 50), “o sistema de produção intensivo de grãos e carne que predomina em áreas do cerrado brasileiro” gera prejuízos aos recursos naturais, êxodo rural, concentração de terras e desestruturação das unidades de produção familiares.

2. COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 Origem e debates sobre o Cooperativismo

Concretamente, o cooperativismo moderno surgiu em 1844, quando vinte e sete operários e uma operária desempregados decidiram por se organizarem em uma cooperativa de consumo⁸. A demissão de uma fábrica têxtil na Inglaterra foi o principal motivo que levou à criação da conhecida cooperativa de Rochdale⁹ registrada sob o nome de “Probos Pioneiros de Rochdale”. Com uma contribuição de 1 (uma) libra esterlina por cooperado, os Pioneiros somaram ao fim do ano de 1844, 28 libras esterlinas, o suficiente

⁸ São cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperantes. (FIGUEIREDO, 2000).

⁹ Bairro pobre de Manchester (IÑAKI GIL, 2002)

para comprar alimentos básicos como manteiga, farinha de trigo e aveia para sustentar os sócios.

Em 1845, os Pioneiros já somavam 80 cooperados, em 1851, 630; em 1867 já eram mais de 5.300 cooperados. O capital social inicial de 28 libras esterlinas aumentou para 11.032 em apenas 10 anos. A sistematização de projetos, planos e princípios foi o diferencial entre a Cooperativa de Rochdale e as demais cooperativas surgidas antes dela. Sabe-se que outras cooperativas foram empreendidas no século XVIII e XIX sob a influência dos pensadores conhecidos como socialistas utópicos. Dentre os legados dos Pioneiros de Rochdale estão os seus sete princípios originais que detalharemos abaixo:

1. Adesão Livre: significa dizer que qualquer pessoa, independente de sexo, etnia, classe social, posição política ou religiosa pode solicitar sua filiação. Contudo, tais posicionamentos políticos ou religiosos não deveriam participar na tomada de decisões da cooperativa.
2. Gestão democrática: esse é o princípio elementar do cooperativismo, onde cada indivíduo tem direito a um voto independente de seu capital ou função exercida na cooperativa. A participação democrática vai além do voto, os cooperados devem estar informados de tudo que acontece na organização bem como participar nas decisões referentes aos planejamentos, distribuição de excedentes e entrada ou saída de sócios.
3. Neutralidade política: esse princípio percebia que a influência de correntes políticas poderia desunir ou controlar o grupo, ainda engatinhando. Foi dessa forma que os Pioneiros conseguiram a adesão de distintas orientações políticas tais como comunistas, anarquistas, liberais e sindicalistas, atualmente, a ACI incluiu Autonomia e Independência¹⁰ por entender que ele abrange não apenas a neutralidade política como também a neutralidade religiosa e étnica.
4. Juro módico ao capital: os Pioneiros percebiam no capitalismo um juro desumano, para além das condições dos operários, daí a necessidade de que qualquer empréstimo ou repartição das sobras

¹⁰ Em 1995, em assembleia geral refizeram os sete princípios dos pioneiros ficando assim: 1. Adesão Livre; 2. Controle democrático pelos sócios; 3. Participação econômica dos sócios; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, treinamento e formação; 6. Cooperação entre cooperativa; 7. Preocupação com a comunidade.

fosse feito pela cooperativa e atendesse aos princípios de justiça e solidariedade, considerando os pilares da formação da cooperativa. Atualmente, a ACI incluiu esse princípio à Participação Econômica dos Sócios, onde os cooperados devem ter total controle sobre o capital e contribuir de forma equitativa para a cooperativa.

5. Vendas a dinheiro: era uma orientação dos Pioneiros, considerado secundário e que, atualmente, o quinto princípio definido pela ACI é Educação, Treinamento e Formação e tem por finalidade promover o conhecimento e intelectualidade dos cooperados.
6. Retorno proporcional das sobras: contemplado no terceiro princípio da ACI como Participação Econômica dos Sócios, refere-se ao destino das sobras que são proporcionalmente distribuídas para os sócios, para os fundos de educação, de reserva e até de investimentos.
7. Educação e formação: este último princípio referia-se a importância que os pioneiros davam ao desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral dos cooperados e também da comunidade. Segundo os planos e projetos sistematizados pelos Pioneiros, cabia ao cooperativismo uma atenção especial ao desenvolvimento social e econômico da sociedade como um todo. Dessa forma, o sétimo princípio reformulado pela ACI inclui a Preocupação com a Comunidade.

Nestes termos, os Pioneiros de Rochdale fizeram e ainda fazem escolas influenciando na criação de diversas cooperativas não apenas em solo britânico como também mundialmente¹¹. No início do século XX cerca de 1.700.000 ingleses eram membros de cooperativas de consumo transformando-se na mais importante referência das cooperativas formais na modernidade.

Sobre o movimento cooperativista dos Pioneiros de Rochdale, Marx exaltava a atitude dos trabalhadores cooperados e disse que “estava reservado uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Falamos do movimento cooperativo (...)” (MARX 1996,

¹¹ Em 1844 os camponeses pobres da Dinamarca criaram escolas cooperativas de nível secundário; em 1847 na Alemanha foram criadas cooperativas de crédito para os camponeses. Também em Porto Rico, 1873, foram criadas cooperativas. Assim também no Uruguai de 1875 a burguesia vê no cooperativismo rochdaleano uma forma de eliminar a luta de classes representada por 500 operários em greve.

p. 381). Ou seja, o cooperativismo é uma forma de organização do trabalho que tende a eliminação da propriedade.

Contudo, o crescimento dessas cooperativas, digamos, rochdaleanas no capitalismo se orientou sobre um caráter dúbio e contraditório, ou seja, ao mesmo tempo em que deveria promover o trabalho também atendiam a reprodução e acumulação de capital, graças a sua crescente integração ao mercado. Para Iñaki Gil (2002, p. 10), esse cooperativismo rochdaleano acabou se transformando em um cooperativismo “interclassista e reformista se desentendendo da reivindicação – marxista e anarquista – da propriedade coletiva dos meios de produção” direcionando-se para o consumo de bens, melhoria salarial e cooperação interna para expansão externa da Grã Bretanha.

A contratação de pessoal para executar as atividades dos cooperados passa a se intensificar. A cooperativa que antes utilizava trabalho cooperado passa a explorar trabalho assalariado transformando-se em uma típica empresa capitalista de trajes cooperativistas.

A submissão das cooperativas ao capitalismo desorientou o sentido original do cooperativismo forjado no seio da classe trabalhadora fazendo com que os interesses do capital sobreponham a economia política do trabalho. Dessa forma, o cooperativismo foi se equiparando aos moldes das empresas capitalistas e sem muita distinção procurando apenas o seu espaço no mercado sem mais qualquer perspectiva socialista ou mesmo revolucionária. Por outro lado, o predomínio do cooperativismo empresarial não significa a eliminação das cooperativas da classe trabalhadora seja no campo seja na cidade.

Portanto, é importante frisar que existem dois tipos de cooperativas no mundo moderno: uma empresarial, sem perspectiva revolucionária e forjada por grandes produtores ou consumidores; e outra oriunda de movimentos sociais do campo ou da cidade sob a perspectiva socialista e que poderíamos chamar de autênticas.

2.2. Cooperativismos, um empresarial e outro autêntico

Segundo Germer (2006, p. 204) “o cooperativismo desenvolveu-se, ao longo do tempo, das formas simples iniciais à forma de um setor complexo e

heterogêneo atualmente, e isto ocorreu sob o impacto da luta de classes”. Dessa forma, compreendemos que existem dois tipos de cooperativas no capitalismo uma formada por grandes produtores onde o capital é superior ao trabalho e uma outra onde trabalho e capital se anulam. Para Germer (2006), no processo de desenvolvimento histórico do capitalismo surgiram dois tipos de cooperativas: a primeira, diz respeito à formação de associações ou grupo de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. Estas realizavam apenas operações complementares à produção, de preferência atividades de comercialização ou processamento final de algumas matérias-primas, principalmente agrícola. A segunda origem do cooperativismo surge da insatisfação dos trabalhadores assalariados, principalmente das indústrias, com as precárias condições de trabalho e de vida dessa classe. Nessa segunda linha, os trabalhadores organizaram-se em cooperativas de consumo pela urgência na aquisição de alimentos ou em fábricas-cooperativas quando fábricas-capitalistas eram ocupadas e controladas por operários.

No campo, podemos também afirmar que temos dois distintos tipos de cooperativas, uma formada pelos grandes produtores do agronegócio e as cooperativas formadas por agricultores familiares camponeses. Estas, segundo Duarte (1986, apud CHIARIELLO, 2008, p. 25), “são formadas por pequenos produtores rurais, baseadas nos princípios cooperativos, que buscam agregar suas potencialidades em torno de um empreendimento coletivo”. As cooperativas do agronegócio surgem da coalizão de interesses de grandes proprietários rurais e seus objetivos são apenas ganhos comerciais.

Conforme Fleury (1983, p. 21) “propriedade, gestão e repartição cooperativa” são os três princípios básicos que diferenciam as cooperativas autênticas das empresas capitalistas ou das pseudocooperativas. Enquanto estas se caracterizam pela heterogestão, ou seja, concentração de decisão; aquelas perspectivam a autogestão, com práticas democráticas desde a produção até a partilha.

Nestes termos, é possível ter uma visão do interior da cooperativa autêntica, ou seja, suas práticas democráticas no processo organizacional. Por outro lado, ou melhor, complementando, esse cooperativismo que se propõe a ser autêntico também deve estar articulado a lutas para além do econômico, ele precisa atentar para a questão política, ele não deve estar isolado de outras

lutas. Portanto concordamos com Mészáros (2001, p. 628) que “se as cooperativas de trabalhadores permanecem separadas de outras lutas, elas ou desaparecerão ou sobreviverão à duras penas, e dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados”. Talvez essa possa ser a utopia do cooperativismo autêntico e não a concentração de esforços para uma maior integração com o mercado capitalista.

O cooperativismo do século XIX era visto como uma ferramenta a serviço da transformação social para o socialismo ou em direção ao capitalismo. Os socialistas utópicos acreditavam que as cooperativas eram naturalmente uma organização alternativa aos grandes empreendimentos empresariais de regime patronal. Os trabalhadores cooperados deveriam controlar a produção e distribuição das mercadorias, não havendo qualquer espaço para a autoridade do patrão.

Em 1866, no primeiro Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores, Marx recomenda aos operários que priorizassem a criação de cooperativas de produção ao invés de cooperativas de consumo. A justificativa de Marx era que enquanto aquelas afetavam a base do capitalismo estas comprometiam apenas a superfície. Para Marx (1975, p. 237-238) “as sociedades cooperativas só tem valor à medida que forem organizadas pelos próprios trabalhadores, sem estar vinculadas ao Estado e a burguesia”. Isso nos faz perceber o quanto a autenticidade das cooperativas dos trabalhadores está ameaçada diante do modo de produção capitalista.

Contudo, as cooperativas autênticas manifestam a possibilidade de eliminação ou superação das contradições entre capital e trabalho, mesmo que de forma micro, mas ampliando-se numa esfera macro. Ou seja,

Dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora sob forma ainda imperfeita: como associação, os trabalhadores são capitalistas deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Mostram como um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção lhes correspondem, se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior. (MARX, 1983, p. 334).

Para os marxistas Rosa Luxemburgo (1973) e Karl Kautsky, as cooperativas dos trabalhadores não sobrevivem no modo de produção capitalista. As cooperativas são percebidas enquanto uma organização coletiva

de produção socializada, mas que estabelece uma relação de dependência no momento da troca de seus produtos.

(...) constituem uma produção socializada em miniatura, que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas... donde para a cooperativa de produção, a necessidade que é contraditória para os operários governarem a eles próprios com toda autoridade absoluta necessária e de desempenharem em relação a si próprios o papel de empresários capitalistas. Por causa dessa contradição, morre a cooperativa de produção, uma vez que se torna ou uma empresa capitalista ou, se os interesses dos operários forem os mais fortes, se dissolve. (Luxemburgo 1973 apud Fleury 1983, p. 17)

Nessa perspectiva, as cooperativas imersas no capitalismo tende a se reproduzir enquanto uma organização do capital ou não sobrevive. Do mesmo modo, Kautsky (1972, p. 124 apud Fleury 1983, p. 17) via as cooperativas em direção ao capitalismo, segundo ele, elas são “uma etapa na direção do capitalismo e não do socialismo”. Portanto, tanto para Kautsky quanto para Luxemburgo não havia outra possibilidade para as cooperativas, independente de onde elas surgirem, na classe burguesa ou na classe trabalhadora.

Estudando o cooperativismo rural, Chayanov desenvolveu novas teses a respeito da viabilidade das cooperativas no campo e o papel delas na economia capitalista ou socialista. Baseando-se em dados sobre o cooperativismo na Bélgica, Alemanha e França; e nas práticas cooperativistas desenvolvidas na Rússia, Chayanov publicou **Ideias Básicas e Formas de Organização da Cooperativa Camponesa** em 1919. Neste livro, Chayanov destaca três conceitos básicos que fundamentam seu trabalho: 1) Cooperativismo agrícola; 2) Concentração Vertical; e 3) Ótimos Diferenciais.

Segundo Chayanov¹² (apud GUZMAN & MOLINA, 2005, p. 67), “o cooperativismo rural supunha a consecução de uma democracia de base fundamentada na socialização produtiva da exploração familiar camponesa”. Nesse sentido, os agricultores deveriam estabelecer relações organizativas de caráter coletivo para manter a integração vertical com as agroindústrias ou com o Estado, a organização cooperativa providenciaria uma outra forma de concentração vertical e a socialização crescente do trabalho camponês.

¹² Em 1912, com 24 anos Alexander Chayanov conclui o seu Ensaio sobre a Teoria do Trabalho Camponês que em 1919 ficaria conhecida como A Organização da Economia Camponesa.

Por concentração vertical, Chayanov explica:

Estes laços comerciais que convertem a unidade familiar natural, isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre o primeiro caminho para a penetração de relações capitalistas no interior do país. Através destas conexões cada pequeno empreendimento camponês torna-se parte orgânica da economia mundial, experimenta os efeitos da vida econômica geral do mundo, dirige-se poderosamente, em sua organização, pela demanda do mundo capitalista e, por sua vez, junto com milhões de unidades semelhantes, afeta o conjunto do sistema da economia mundial. (CHAYANOV, 1986, p. 258).

Significa dizer que, diferentemente da concentração vertical do capitalismo onde os grandes proprietários do capital dominam toda a cadeia produtiva, na concentração vertical proposta por Chayanov, os pequenos produtores, organizados em cooperativas, assumiriam o planejamento do trabalho agrícola estabelecendo uma relação mercantil nacional e mundial de forma equitativa, sem desigualdade. Desta forma, o controle dos empreendimentos comerciais, transporte, irrigação e crédito e todo o processamento da produção agrícola estaria nas mãos dos pequenos produtores mercantis. Isso seria possível, se o Estado controlasse o excedente produtivo da agricultura, mesmo que seja através do mecanismo de preços. Desta forma, a concentração vertical lança as premissas para que, na base concorrencial, a agricultura possa tornar-se um setor em grande medida planejado. (CHAYANOV, 1986 apud ABRAMOVAY 1990, p. 58). Ou seja, a relação vertical entre o Estado e a produção familiar promoveria o cooperativismo agrícola, evoluiria a agricultura e provocaria uma nova forma de desenvolvimento social e econômico.

Enquanto o cooperativismo seria a forma de organização dos camponeses e a concentração vertical o modelo de relação destes com Estado, os Ótimos Diferenciais promoveriam a produção de conhecimento técnico-científico local e a organização das propriedades rurais. Para Chayanov (1991 apud Carvalho 2008, p. 168) “a forma mais eficiente de empresas agrícolas não é a grande nem a pequena, mas uma média ótima, na qual se equilibram as vantagens e desvantagens da pequena e da grande propriedade”. Ou seja, o conceito de ótimos diferenciais representa a redução dos custos produtivos das cooperativas agrícolas. Os ótimos diferenciais não nivelariam as propriedades rurais, mas adaptariam cada qual ao seu setor de

forma que as diferentes pequenas propriedades organizadas em cooperativas concorreriam ao nível das grandes propriedades, em dimensão ótima.

Assim, é possível visualizar na abordagem de Chayanov um esquema para a viabilização do cooperativismo no campo. A necessidade do Estado é colocado em evidência de forma a estabelecer uma integração ou melhor uma verticalização nas relações com o campesinato. Nesta relação caberia às cooperativas a organização da produção e ao Estado o fomento e aquisição da produção. O que nos faz entender a sobrevivência de muitas cooperativas da agricultura familiar camponesa no modo de produção capitalista.

Para o caso específico brasileiro, Fleury (1983, p. 143-146) destaca quatro razões para a sobrevivência e reprodução das cooperativas no capitalismo:

1. Relação dada entre a cooperativa e o mercado. O fato de estar num sistema capitalista exigirá que a mesma utilize ferramentas e certos padrões que a assemelha às empresas privadas, contudo, eventualmente se esta dimensão assumir total dominância, a cooperativa pode vir a se transformar em uma empresa, chegando inclusive a alterar sua natureza jurídica.
2. Determinação provocada pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo que calcado na crescente monopolização do setor industrial, abriu espaço para a reprodução de produtos familiares não capitalistas, estes produtores por sua vez sentem a necessidade de se organizarem de forma coletiva como um instrumento de força e articulação socioeconômica local.
3. Determinação refere-se ao conjunto de produtores que se associa à cooperativa, mas que não representam um conjunto homogêneo, mas estratificado.
4. Determinação relaciona a cooperativa com o Estado. Desde a década de 1930 o Estado brasileiro vem propiciando condições de integralização dos camponeses com o objetivo de abastecer o mercado.

Nestes termos, portanto, compreendemos que as cooperativas da agricultura familiar camponesa conseguem sobreviver sob os princípios políticos econômicos do trabalho por dois motivos, primeiro pela conquista de

pequenos mercados ainda não dominados pelo capital; e segundo, pelas distintas relações com outras organizações sociais ou públicas.

2.3. Cooperativismo camponês e economia solidária no Brasil

A origem do cooperativismo agrícola no Brasil está relacionada com problemática do abastecimento. Iniciado por produtores mercantis e que a partir de 1930 recebe diversos incentivos do Estado, o cooperativismo agrícola formado pela união de diversos agricultores camponeses, tinha por objetivo criar uma outra via de comercialização para os produtos agrícolas, tendo em vista que estes eram controlados por diferentes intermediários.

A criação dessas cooperativas agrícolas era apenas para garantir melhor lucratividade no processo de comercialização, se caracterizando assim como um cooperativismo comercial, empresarial. O crescimento desse tipo de cooperativismo, a partir da década de 1930, com forte incentivo do Estado, saltou de 15 cooperativas em 1935 para mais de 1.200 em 1960, na sua maioria, cooperativas de produção.

Contudo, contrário a este tipo de cooperativismo, a sociedade brasileira viu nascer um outro cooperativismo forjado nas lutas por reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. A formação das ligas camponesas no sertão pernambucano é um exemplo dessa relação entre cooperativas e movimentos sociais¹³.

Essa relação vem sendo mantida por outros movimentos sociais do campo, por sindicatos de trabalhadores rurais e por diversas organizações não governamentais que assessoram camponeses. As cooperativas vêm sendo utilizadas como instrumento de organização da produção na unidade familiar camponesa. À esse modelo de organização, unem-se diferentes propostas de produção ecológica, como técnicas Agroflorestais¹⁴, ou criação de pequenos animais, na utilização de defensivos agrícolas naturais, etc.

Podemos destacar aqui a organização cooperativista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Confederação das Cooperativas de

¹³ As Ligas Camponesas surgiram no Engenho Galiléia, município de Santo Antônio/PE a partir da criação da Cooperativa Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP)¹³ sua principal reivindicação era a reforma agrária. Em anexo I uma foto sobre.

¹⁴ Também conhecido como SAF's é uma técnica camponesa adaptada pela agroecologia que cultiva diversas culturas de forma consorciada em um espaço pequeno.

Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) criada em 1992. A Concrab é formada por cooperativas de produção municipal chamadas CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias) e as de abrangência estadual, as Centrais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCAs). Em 2009 a Concrab representava 100 cooperativas com mais 1,9 mil cooperados e 96 agroindústrias¹⁵.

Assim como o MST, Unicafe (União Nacional das Cooperativas de Agricultores Familiares e de Economia Solidária), Contag (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), CUT (Central Única dos Trabalhadores) vem fomentando o cooperativismo no campo de acordo com as deliberações de suas assembleias. Cada instituição desenvolve um método ou uma forma de cooperativismo distinto, contudo a perspectiva é a organização e o controle da produção em uma espécie de solidariedade de classe.

Em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), foram desenvolvidos programas de apoio à produção, comercialização e organização dos EES.

Por Empreendimentos Econômicos Solidários, a SENAES entende que são organizações¹⁶:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de

¹⁵ Conforme o coordenador nacional do movimento, João Pedro Stédile (2011): “Nós defendemos políticas que priorizem a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Uma combinação de distribuição de terras com agroindústrias nos assentamentos na forma cooperativa voltadas para o mercado interno”. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco/>> acessado em agosto de 2011.

¹⁶ Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp

insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Estes empreendimentos realizam um conjunto de atividades nas áreas de produção, consumo, distribuição, poupança e crédito. (SENAES 2005). Para Singer (2002, p. 10) o conjunto da economia solidária é um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito individual”. Sob este princípio e aquelas características, entre os anos de 2005 e 2007 a SENAES realizou um mapeamento em todos os estados brasileiros mais o distrito federal para identificar os EES.

Foram identificados mais de 21.500 EES, com média de 50 pessoas por empreendimento produzindo os mais diversos produtos: milho, feijão, arroz e farinha de mandioca são os 4 primeiros numa lista de 50 produtos. Estes são comercializados a nível municipal e entregues diretamente ao consumidor final. Cerca de 10.513 EES atuam na área rural e a forma de organização adotada em mais de 11 mil delas é a associação e apenas 2.115 são cooperativas que atuam em distintos setores: consumo, produção, crédito, comercialização, etc.

Neste contexto, podemos dizer que os EES mapeados são organizações socioeconômicas, na sua maioria associações voltadas para a produção agrícola. Entre os quatro principais motivos para a criação dos EES estão 1º Alternativa ao desemprego; 2º Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; 3º Uma fonte complementar de renda e; 4º Condição exigida para ter acesso a financiamentos ou outros apoios. Resumidamente, podemos dizer que a razão para a criação dos EES, em especial os grupos formais (associação, cooperativa), está na flexibilidade que estas proporcionam aos pequenos produtores oriundos do meio rural ou urbano, desempregados ou agricultores. Embora o objetivo seja econômico, essas organizações acabam se apresentando como um instrumento dos trabalhadores rurais ou urbanos para conquistas não apenas econômica, mas sociais e ambientais.

O universo da economia social solidária é bastante amplo e aglomera distintas instituições que, por vezes, se confundem com a economia capitalista. Mas, até que pontos não o são totalmente? Conforme citação abaixo, a economia social e solidária compreende desde uma empresa mutualista de saúde ou de crédito, a grupos sociais,

(...) que abre um restaurante de bairro; 20 milhões de franceses que são membros de sociedades mutualistas de saúde; três amantes da música que se associam para criar uma orquestra de câmara ou um grupo de reggae; milhares de poupadores que alimentam um fundo comum de investimento ético em que uma parte dos rendimentos serve para a manutenção de seu poder de compra e a outra parte financia projetos de desenvolvimento (um banco cooperativista que administra o fundo e uma associação que anima o projeto de desenvolvimento); agricultores associados a consumidores urbanos que difundem produtos biológicos; ou empresas de inserção que abrem as portas do mercado de trabalho a jovens desempregados etc. – isso tudo é economia solidária. (DEMOUSTIER, 2006: 10)

No sentido colocado pela autora, a prática da econômica social e solidária se resume a grupos que realizam atividades coletivas na área de empréstimos, na produção agrícola, na venda ou compra de produtos de consumo e de meios de produção, organizações culturais e Empresas de Inserção¹⁷.

Para Demoustier (2006), a economia social solidária está diretamente relacionada à união de trabalhadores contra o que ela chama de “as eventualidades da vida”. Segundo a autora, a economia social e solidária surge na Grécia Antiga através das heterias¹⁸ para assegurar uma sepultura, talhadores de pedra cotizando para formar caixas econômicas; e na Idade Média, com as guildas, as corporações, as confrarias e as associações de operários. Contudo, é a partir da dominação do capitalismo que essas organizações associativas tomam outras formas.

De forma variada, as associações sociais, segundo a autora, contestam “mais ou menos radicalmente o capitalismo”. “Essa fidelidade aos valores do

¹⁷ Representadas pela sigla EI, as Empresas de Inserção são organizações que recebem financiamentos públicos do governo francês, sob a forma de um certo valor por cada inserção (para preencher as diferenças de produtividade e os custos da rotatividade desses trabalhadores em transição) e de uma subvenção para financiar o seu acompanhamento social. Para mais detalhes, ver Danièle Demoustier no livro *Economia social e solidária, um novo modo de empreendimento associativo*. Edições Loyola, 2006.

¹⁸sf (gr hetairia) 1 Na Grécia antiga, sociedade política, às vezes secreta. 2 Hist Corpo de tropas no exército bizantino. 3 Organização política secreta, fundada em 1814 na Grécia para libertação do jugo turco. 4 Colégio ou sociedade de heteras. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/heteria/>> acessado em 27 de fevereiro de 2012.

coletivo e à recusa do “todo monetário” não deixa de apresentar rupturas ou inflexões: rupturas entre aqueles que denunciam os malefícios do capitalismo e aqueles que se integram a ele para humanizá-lo” (DEMOUSTIER, 2006: 15-16). Ora, se a economia social e solidária está à margem ou integrada ao capitalismo, a afirmação de ser uma alternativa a este capitalismo não é válida, e, por conseguinte, demonstra-se muito superficial diante da complexidade do modo de produção capitalista. Nos termos colocado pela autora, entendemos que a economia social e solidária se transformou em um apêndice do capital. Além disso, seu caráter “mais ou menos radical ao capitalismo” evidencia uma vulnerabilidade que se quer arranha o capital seja na base seja na superfície.

Portanto, se a economia social e solidária não abala as estruturas do capitalismo, podemos considerá-la apenas como algo caridoso e piedoso elaborado por intelectuais sensíveis à pobreza e que, portanto não contempla a luta dos movimentos sociais por uma transformação social. Ressaltamos as observações de Menezes (2007) sobre a moção da economia solidária que procura vender ilusões de que *um outro mundo é possível* sem abalar o sistema capitalista e que, portanto, se reduz a uma proposta que tem duas intenções de ordem político ideológica:

A primeira é pensar a economia solidária como um mero gesto de humanidade e beneficência, por parte dos intelectuais que, sensibilizados com a pobreza, se dispõem a inventar um mundo alternativo de conteúdo idílico para incluir, nos termos de Castel (1998) os “desfiliados”. A segunda é a economia solidária constituir um projeto político, supostamente direcionado para a pobreza, mas, na realidade, ser um braço auxiliar de peso para articular as entidades que a integram ao sistema financeiro público e privado através do crédito associado ao engodo ideológico do empreendedorismo, que transfere para o plano pessoal/individual a solução para o desemprego sob a fórmula mágica do auto-emprego. (MENEZES 2007: 96-97)

O conceito comum de economia social e solidária está relacionado com o desemprego. A crise mundial do sistema capitalista é a responsável pelo surgimento de experiências socioeconômicas questionadoras desse modo de produção. Tais experiências surgem no seio da classe trabalhadora público-alvo das crises.

A crise da revolução industrial do século XIX desempregou diversos operários e provocou o surgimento de cooperativas de consumo que tinham por objetivo apenas a sobrevivência de seus cooperados. Para isso, viram ser necessário doarem uma quantidade de dinheiro suficiente para comprar

alimentos mais baratos e distribuir entre os sócios. O crescimento e desenvolvimento da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale – conforme citação acima – despontaram de uma perspectiva apenas de sobrevivência para a doutrinação de que o cooperativismo, por si só, seria possível para substituir o capitalismo.

A alerta de Marx (1864) de que “os senhores da terra e do capital fariam de tudo para darem continuidade a sua dominação política e econômica” foi olvidada pelos cooperados de Rochdale. A força do capital está na sua dinâmica de produção e reprodução, envolvimento e dominação. O caráter interclassista e reconciliador do movimento cooperativo do século XIX providenciaram o envolvimento e, por conseguinte a dominação das cooperativas até então propostas como alternativas ao capital.

A cooperativa de produção é “o protótipo de empresa solidária” e esta seria por vocação uma “alternativa ao modo de produção capitalista e não meramente intersticial” (SINGER 2002, p. 90). Ou seja, as experiências dos EES não são superficiais, eles formam uma estrutura capaz de superar o modo de produção capitalista. A teoria da economia solidária, proposta por Singer na década de 1990, ganha força a partir do crescimento de organizações associativas formais e informais¹⁹ de trabalhadores urbanos ou rurais. Germer (2006, p. 196) explica que “essas políticas emergenciais oficiais somaram-se ou fundiram-se alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social”. Desta forma, a política de economia solidária abarcou diferentes organizações socioeconômicas de diversas origens como uma economia alternativa ao capitalismo tendo como parâmetro a solidariedade e a autogestão.

Assim como os socialistas utópicos, Singer percebe o cooperativismo como a principal ferramenta contra o capitalismo e chega mesmo a ignorar a conquista do poder político para se chegar ao socialismo e afirma que a tomada do poder nas fábricas deve preceder à tomada de poder do Estado. Para fundamentar seu argumento, Singer (1982) justifica que,

(...) a experiência histórica dos últimos seis ou sete decênios tanto nos países capitalistas adiantados quanto nos países que tiveram revoluções ensina é que, a ideia de que a tomada do poder de Estado deve preceder a tomada do poder nas fábricas, nas escolas, etc, é

¹⁹ Em 2004 o IBGE realizou uma pesquisa onde identificou em 2002 aproximadamente 267 mil associações civis empregando 1,5 milhão de pessoas sendo 62% constituídas a partir de 1991.

falsa. Quase poder-se-ia dizer que a tomada do poder de Estado antes que o poder tenha sido conquistado pela classe trabalhadora nos locais de produção é impossível, porque não há como a classe trabalhadora poder assegurar sua representação em nível de governo enquanto o trabalho continuar alienado nas empresas. (op. cit., 1982, p. 202.)

Significa dizer que ao assegurar o controle das empresas, os trabalhadores também asseguram a desalienação do trabalho. A importância de se organizar cooperativas de produção está na sua colaboração com a luta de classe em combater o capitalismo em sua base. Contudo, ignorar a tomada de poder político e acreditar numa emancipação plena do trabalhador através apenas da tomada de poder econômico é um equívoco até ingênuo. A concepção de economia solidária de Singer (*op. cit.*) levanta dúvidas sobre sua proposta de enfrentamento ao capitalismo. Dentre elas questionamos o seu caráter político vazio, sua luta de classe confusa e se sua proposta repositiva e não-revolucionária.

Para Mészáros (apud Novaes, 2011) a “crítica parcial da economia solidária ao capital” representa bem este vazio que percebemos na economia solidária. O peso para o reformismo se dá neste vazio classista que evidencia mais o compadecimento à pobreza do que a luta de classe; o vazio político que, por dar ênfase apenas ao econômico ignora a revolução em suas diversas frentes.

Concordamos com Singer (2000) de que as cooperativas e outras formas de associações produtivas constituem um instrumento contra a pobreza e o desemprego, contudo somente isso não enfrenta o sistema e muito menos desperta a consciência de classe. Enfatizar apenas o combate à pobreza e ao desemprego não significa ser uma alternativa ao capitalismo. Isso representa apenas um mimetismo dos socialistas utópicos, dos filantropos, etc.

Quando entendemos que a economia deva ser solidária em vez de competitiva e que a solidariedade ou políticas de solidariedade substituirão a economia capitalista, então a crítica deixa de ser na perspectiva de uma mudança estrutural e transformar-se em uma simples crítica moral do capitalismo (PANDELÓ 2010: 55). Mas isso não quer dizer que a crítica moral não seja válida, mas pensar no processo de mudança social pela via da moralidade é acreditar também na pacificação entre as classes.

O resgate da solidariedade de Singer nos remete ao pensamento de Durkheim (1893 apud BOUDON 1990, p. 206) e suas reformulações da noção

de solidariedade como uma nova sociedade concebida como entidade solidária. Para Durkheim, a solidariedade orgânica é um novo tipo de regras jurídicas que promulgam sanções restitutivas e não já repressivas, ou seja, a evolução natural da sociedade nos levaria à uma consciência de responsabilidade tanto para si quanto para os outros, nesta solidariedade, o indivíduo é o principal responsável pela evolução do direito cooperativo e da emancipação humana.

Conforme Barbara Geraldo de Castro, em sua pesquisa de mestrado, a primeira vez que Singer utilizou o termo economia solidária foi no dia 11 de julho de 1996 em artigo publicado na Folha de São Paulo, por ocasião da candidatura de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores. O problema do desemprego seria resolvido, conforme Singer, através de organizações cooperativas e outras associações de trabalhadores desempregados. A ideia de economia solidária vai tomando corpo e se fortalece bastante na eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva que, em 2003 cria a SENAES e Paul Singer assume a pasta.

Outro equívoco da economia solidária de Singer (2002) está no seu aparelhamento ao pensamento dos socialistas utópicos, reproduzindo *ipsis litteris*²⁰ as experiências cooperativas do século XIX, como bem assinala abaixo:

O raciocínio de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em que a crise econômica do tipo socialista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riqueza. (op. cit., 25-26).

Nestes termos, percebemos que a economia solidária de Singer está relacionada apenas com a necessidade de reinserir os desempregados aos circuitos do mercado capitalista, assim como atenuar a pobreza em que vive os excluídos do capital. Tal economia solidária não contempla a emergência de um socialismo realmente autogestionário que não vê no cooperativismo de produção apenas um instrumento de reintegração do trabalhador ao capital, mas que provoque um outro metabolismo de desalienação do trabalho e

²⁰ Expressão em latim que significa *exatamente igual, com as mesmas letras*. Dicionário jurídico de Latim PDF.

aglomere estas experiências para além das circunstâncias locais, fomentando uma transformação social de caráter classista e revolucionário.

De forma mais cuidadosa, Gaiger (2003), discípulo de Singer, atenta para as particularidades dos “empreendimentos econômicos solidários” a começar pelo seu conceito, sua origem, natureza, contexto histórico e perspectivas.

Quando falamos de economia solidária não podemos perder de vista que o conceito recobre uma realidade diversa, feita de motivações e iniciativas com origens e natureza distintas, próprias a cada lugar e circunstâncias, sem que comportem, necessariamente, uma expectativa ou compromisso prévio com a construção de uma nova totalidade social. O conceito como toda abstração, enfatiza alguns traços da realidade, entre outros que se poderia registrar. [...] ele evoca no seu uso corrente, uma possibilidade histórica, um direcionamento desejável pelo qual empenha-se ardorosamente uma gama de lideranças e agentes. No entanto, mesmo que a realidade atual estivesse, por assim dizer, mais avançada não se deveria por isso confundi-la com a linguagem abstrata do conceito, cuja função é diacrítica e pejorativa. (GAIGER, 2003: 269).

Recorremos acintosamente ao pensamento de Mészáros (2001) de que a “economia solidária, a exemplo do que vimos em Gaiger (op. cit.), parte de uma crítica, em alguns casos, suave e diplomático à propriedade privada dos meios de produção e à acumulação de capital”. Este caráter “suave e diplomático” deve-se ao seu aparelhamento ao Estado burguês que, dificilmente apoiará uma economia que não seja a capitalista. Mas, como vimos, Singer (2002) acredita que primeiro se toma o poder econômico e depois se avança para a tomada do poder político.

Diante disso, compreendemos que o cooperativismo autêntico não pode ser resumido a uma proposta de economia solidária que não questiona o Estado burguês e muito menos a propriedade privada. Entendemos que o cooperativismo é uma forma intermediária que questionará, ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção evidenciando a necessidade de uma revolução política e econômica de transição para o socialismo.

A falta de uma orientação socialista tem feito dos empreendimentos econômicos solidários meros participantes do circuito capitalista, que, por sua vez vivem em constante risco de desaparecimento. São organizações fundadas, na maioria das vezes, não por iniciativa de seus próprios sócios, mas

por ONGs nacionais ou internacionais, ou por órgãos estatais, ou por obrigatoriedade²¹.

Neste confuso mundo da economia solidária estão as cooperativas agroecológicas formadas pelo CENTRU-MA, as experiências da Associação dos assentados do Maranhão – ASSEMA, as cooperativas do MST no Maranhão. No caso específico das cooperativas constituídas pelo CENTRU-MA, o caráter revolucionário e classista não perdeu seu espaço. Durante mais de 10 anos, aproximadamente entre 2000 e 2010 a Coopevida e Coopral ficaram paradas, sem desenvolvimento de atividade alguma. Contudo, é interessante notar que, mesmo diante desses impasses o cooperativismo ainda é defendido de forma entusiasta pelas lideranças e cooperados dispersos nas comunidades rurais dos municípios de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto.

A formação política dos camponeses filiados ao CENTRU-MA garantiu que suas cooperativas não aderissem ao modelo produtivo do agronegócio. Os camponeses cooperados insistem em uma produção agroextrativista que une os conhecimentos tradicionais com as técnicas da agroecologia moderna, insistem também em uma unidade das coletividades locais e reforçam a importância da mulher como principal responsável pela diversificação produtiva das cooperativas.

O desafio de organizar os camponeses em cooperativas e a luta contra o capitalismo são discursos que datam da origem das cooperativas agroextrativistas ainda na década de 1990. Nessas organizações não se percebe o caráter interclassista pregado por Robert Owen no século XIX nem o pacifismo ou reformismo da economia solidária de Singer no século XXI. As cooperativas são instrumentos de uma luta maior que, conforme os cooperados, “não é para agora”, mas é uma luta contínua contra o poder econômico e político do capital.

3. COOPERATIVISMO NO MARANHÃO

²¹ Citamos isto para exemplificar o caso das centenas de associações rurais que foram criadas por organismos multilaterais tais como o Banco Mundial em 1990 para que os assentados, ou agricultores familiares tenham acesso a programas sociais do poder público.

3.1 Origens e análises sobre as cooperativas no Maranhão

A formação de cooperativas agrícolas ou pesqueiras no Maranhão tem duas origens, a primeira é constituída na década de 1960 pelo então governador José Sarney com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA²²). Criada sob o Decreto nº 2.669/66, a SUDEMA foi então presidida pelo poeta e economista Bandeira Tribuzzi que, a exemplo de Celso Furtado na SUDENE, criou um departamento exclusivo para o desenvolvimento do cooperativismo (GOMES, 2005, p. 4).

A Divisão de Assistência ao Cooperativismo (DAC/SUDEMA) criada em 1966 ainda elaborou um anteprojeto de desenvolvimento do cooperativismo pesqueiro no litoral maranhense nas áreas de Cururupu e Bacuri. O anteprojeto visava atender 32 mil pessoas atingindo ao norte, a ilha de Bate-Vento; ao oeste, a ilha do Cajual dos Pereiras; ao sul, o Litoral de Bacuri e Cururupu; e, ao leste, a Ponta do Faval. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o governo incentivava a criação de cooperativas de pescadores ou agricultores familiares também expulsava esses camponeses pescadores ou agricultores por meio da expansão da produção em grande escala ou a execução de grandes projetos econômicos como o Programa Grande Carajás²³. A prioridade da política econômica internacional para o Maranhão era a agroexportação, dessa forma para as cooperativas restavam os escassos recursos aplicados esporadicamente.

Neste contexto, diversas outras cooperativas foram iniciadas no Maranhão, na sua maioria estavam atreladas aos projetos de colonização desencadeados pelo Estado na década de 1970. Dentre eles o Projeto Integrado de Colonização da Colônia Agrícola de Barra do Corda em 1970, que, em 1977, criou a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA-Barra do Corda). O Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) cujo objetivo inicial era assentar 5.200 famílias em quatro anos (1973-1976), das quais 3.000 seriam assentadas de acordo com o planejamento físico e 2.200 teriam legalização das posses já instaladas chegou a realizar 61% de seu planejamento, os

²² A SUDEMA tem sua origem no Grupo de Trabalho da Assessoria de Planejamento (GTAP), composto por técnicos maranhenses que trabalhavam na Sudene. O GTAP elaborou o plano quadrienal de desenvolvimento socioeconômico, que reestruturou o Estado. Depois, Sarney transformou o Grupo na Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA).

²³ GOMES, 2005.

recursos que deveriam ser liberados nos prazos acordados não o foram. Daí, o PCAT alcançou os seguintes resultados: 3.200 famílias assentadas sendo que 2.200 de acordo com o planejamento físico e 1.000 foram relativas à regularização fundiária. Em 1978, havia 3.500 colonos no projeto, dos quais 2.500 se vinculavam ao planejamento físico; o Plano Plurianual de 1977-1979 concentrou os recursos na construção de estradas vicinais, programa de desenvolvimento agropecuário (500 famílias), programa de desenvolvimento comunitário (assistência a 1.200 associados cooperativistas do Alto Turi), no projeto saúde (manutenção do hospital de Zé Doca e construção de cinco mini-postos) e na construção de escolas (seis em 1977) (FERREIRA, 2008, p. 139).

Por fim, outro programa que estimulou a criação de cooperativas no Estado e surgiu com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1975-1977) foi o PRODECER que representou outra forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola. Formado por um capital japonês (49%) e brasileiro (51%), o PRODECER tinha o objetivo de financiar a criação de fazendas de grande porte e articular agricultores vinculados a cooperativas que tivessem suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital, a fim de alcançar um elevado nível de produtividade agrícola direcionado ao mercado internacional.

Nestes termos podemos afirmar que esse cooperativismo estimulado pelo Estado serviu para os projetos dos grandes produtores que tinham por objetivo apenas obter ganhos seja na comercialização seja na burocracia. Esse cooperativismo não surgiu de iniciativa popular, pelo contrário sua origem e seu percurso estiveram voltados apenas para a lucratividade.

A segunda origem do cooperativismo agrícola no estado recebeu forte influência do Arcebispo Dom José Medeiros Delgado da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro entre os anos de 1950 e 1960. Esse cooperativismo era formado por camponeses sem terras organizados em sindicatos ou movimentos sociais de luta pela reforma agrária no Maranhão. Com a chegada de Dom Delgado no dia 04 de setembro de 1951 vindo de Caicó/RN os trabalhos da igreja passam a ter um caráter mais social e menos filantrópico. Dom Delgado apresentava o homem como um “ser comunitário, encontrando na comunhão social e divina, sua globalização, sua realização plena e efetiva” (BRITO, 2004, p. 41). Esta concepção de Dom Delgado – considerado um dos pioneiros na pregação da doutrina social da igreja católica

– revela o caráter dos ensinamentos do Arcebispo à população maranhense que ele conheceu entre os anos de 1950 e 1960 onde a população rural correspondia a 80% dos seus mais de 2.500.000 habitantes.

A realidade da questão fundiária no Maranhão, bem como a situação de absoluta pobreza em que viviam os nordestinos fugidos da seca de 1958, sensibilizou as ações de Dom Delgado. Dentre os seus ensinamentos estavam a democracia social, a educação e cultura popular, a formação de nível superior, a reforma agrária e o cooperativismo.

Dessa forma, Dom Delgado formou dois grupos de jovens da igreja: a Juventude Católica do Maranhão (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC) que atuavam no processo de organização e educação de trabalhadores urbanos ou rurais. Sob as orientações de Dom Delgado, estes grupos trabalhavam questões sobre reforma agrária, mobilização social, cooperativismo e associativismo com os camponeses do Maranhão, em especial a região do Vale do Mearim, onde as condições eram de extrema pobreza (BRITO, 2004, p. 44).

Conforme Rapôso (1982, p. 91), “as primeiras mobilizações e organizações de camponeses no Maranhão aconteceram nos anos de 1950”. A razão para as mobilizações eram as luta pela reforma agrária que vinham acontecendo não somente no Maranhão, mas em todas as regiões do Brasil. A expansão dessas lutas resultou na realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizada em 1953 gerando uma campanha nacional pela reforma agrária encabeçada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). A articulação da campanha montou uma comissão no Maranhão com sede em São Luís formada por camponeses, igreja, PCB, estudantes, que articularia a luta pela Reforma Agrária no Estado.

Durante este período, os camponeses decidiram por se organizarem em associações como canal de representação oficial para fazer frente às pressões do latifundismo maranhense. Conforme citação abaixo, percebemos o caráter autônomo com que o movimento se apresenta,

Emergiam assim da imobilização, em algumas áreas do Estado, as massas camponesas e começavam conseqüentemente a se constituir em força de pressão, o que significava para os latifundiários se não uma ameaça, pelos menos um fato que os perturbava, principalmente pela autonomia com que as associações se apresentavam, por não se encontrarem sob a tutela de órgãos oficiais, dos coronéis, chefes municipais do pessedismo ou sequer da Igreja Católica. (RAPOSO, 1982 p. 93).

Ou seja, embora com todos os apoios recebidos da igreja e do PCB, os camponeses estabeleciam uma relação de parceria e não de submissão. A partir dessas mobilizações e articulações, em 1956, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM. Segundo Lobato (1965 apud RAPÔSO 1982, p. 95) a “ATAM teve, inegavelmente, o valor de começar a despertar os lavradores para a necessidade de sua organização”. A luta pela Reforma Agrária no Maranhão ganhou expressiva notoriedade graças ao desempenho da ATAM.

O movimento dos camponeses maranhenses ganhou força, ocupou espaços e criou mecanismos de resistência e formação educacional para a classe. Antes da chegada do Bispo Dom Delgado, a Arquidiocese de São Luis contava apenas com a Ação Social Arquidiocesana que prestava uma assistência material – através de doações de roupas – ou espiritual por meio das rezas nos bairros pobres de São Luís. Com a mudança do Arcebispo, foram surgindo movimentos tais como a Ação Católica Operária, a Cooperativa Banco Rural do Maranhão, a União Agropecuária Ltda., a Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana, Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro (DURIL) e o Movimento Familiar Cristão.

Dentre as mobilizações em torno de experiências cooperativas e da colonização de terras doadas ou compradas pelo Banco Rural realizadas pela Arquidiocese de São Luis, estavam as de Água Fria entre Morros e Vargem Grande, Angical e Marianópolis em Pedreiras e a Colônia Agrícola Bernardo Sayão de Colinas. A Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana mobilizou os camponeses realizando seminários e cursos sobre cooperativismo, para isso recorreu às instituições oficiais tais como a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, a Campanha Nacional de Educação Rural, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, o Banco Nacional de Crédito Agrícola e faculdades. Todos estes esforços comungaram para a criação de cooperativas nos municípios de Araiões, Arari, Coroatá, Itapecuru e Viana.

Com o golpe militar de 1964, a Arquidiocese de São Luís sofre um retrocesso e suas atividades são interrompidas pelo que os militares percebiam como ameaça ao relacionamento entre a Igreja e o Estado.

O envolvimento da Igreja Católica com os movimentos camponeses não aconteceu pela sensibilização com a vida subumana em que estes viviam. Segundo Rapôso (1982, p. 41),

(...) a igreja sentia-se abalada. Não possuía a mesma supremacia absoluta no que concerne a formação da consciência dos homens no meio rural. Isto era um fato e tornava-se necessária a sua intervenção e nada mais conveniente para o momento que atingir as populações do meio rural através de uma programação educacional mais sistematizada e intensiva, objetivando, além de se fazer presente de forma mais efetiva, neutralizar a difusão de “ideologias incompatíveis com o espírito cristão”.

O “abalo” sofrido pela Igreja é resultado da interferência de outras correntes de pensamento e práticas de conscientização dos camponeses sobre a sua realidade de submissão aos latifundiários, ao Estado e à Igreja. O PCB era o principal organismo que denunciava a relação entre a igreja, o Estado e os latifundiários.

A condição de pobreza em que viviam as camadas populares do Brasil despertou alguns bispos, parte do clero e do laicato a tomarem uma postura de ação social mais efetiva e de engajamento nos movimentos camponeses. Somente em 1950 é que a Igreja inicia um envolvimento com as Ligas Camponesas.²⁴

A organização dos camponeses nas Ligas demonstrou um nível de maturidade organizacional surpreendente para a Igreja. A criação da Cooperativa Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP) na cidade de Vitória de Santo Antão em 1954 objetivava: auxiliar os camponeses com despesas funerárias para que o mesmo não fosse enterrado como indigente; fornecer assistência médica, jurídica e educacional; e formar uma cooperativa de crédito capaz de livrar os camponeses das mãos dos latifundiários.

Sentindo-se ameaçada pela perda de espaço no meio rural, a Igreja, em 1958, através do Arcebispo de Natal/RN criou o Serviço de Assistência Rural (SAR), destinado à organização de sindicatos, à execução de um programa

²⁴ As primeiras Ligas Camponesas surgiram no Brasil, em 1945, logo após a redemocratização do país depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém legalizado *Partido Comunista Brasileiro* – PCB. Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país. GASPARETTO, Lúcia. *Ligas Camponesas*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 21 de março de 2012.

educativo, através de emissões radiofônicas, e aos trabalhos de desenvolvimentos de comunidades.

O crescimento das experiências de alfabetização de adultos realizada por meio da rede de emissoras católicas resultou em um plano de estruturação nacional de um movimento educativo elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entregue ao Ministério da Educação em 1961 no governo de Jânio Quadros. Foi então que surgiu o Movimento de Educação de Base e que chegará ao Maranhão no mesmo ano.

Em 1962, o MEB, definiu Educação de Base da seguinte forma:

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados a uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo povo brasileiro. (MEB, 1962, p. 1).

A atuação do MEB no Maranhão (MEB/MA) abrangerá os municípios de Brejo, Bom Jardim, Cantanhede, Chapadinha, Colinas, Coroatá, Matinha, Monção, Pedreiras, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Santa Inês, Santa Luzia, São Benedito do Rio Preto, São João Batista, São Vicente Ferrer e Vitória do Mearim. Diferentemente de outros Estados, o MEB/MA, não iniciou suas atividades com as Escolas Radiofônicas devido a não instalação da Rádio Educadora do Maranhão (REMAR).

Desta forma, a atuação do MEB/MA ficou marcada pela criação de Caravanas Populares de Cultura com intuito de iniciar um processo de Animação Popular a exemplo das experiências desenvolvidas em Senegal. A Caravana era formada por intelectuais e estudantes voluntários que se deslocavam para a zona rural e promoviam debates sobre a realidade local, estudos, planejamentos, treinamento de lideranças, festas, jogos e sociodramas.

As Caravanas foram o berço para o processo de Animação Popular que desenvolvia as seguintes etapas: estudo da área, treinamento de lideranças, supervisão e assessoramento. Foi em um desses treinamentos que o líder campestre e fundador do CENTRU, Manoel da Conceição, iniciou sua luta em defesa da reforma agrária, do cooperativismo, do sindicalismo e do agroextrativismo. Como ele mesmo relata,

Queria ouvir falar do diabo, mas não em latifundiário. Eu só fui começar a por fim nesse ódio a partir de 1962, com o trabalho do MEB, que foi transformando esse sentido raivoso em uma visão política de luta de classe. O MEB (Movimento de Educação de Base), que na época era liderado pelo Bispo Dom Frágoso, começou a fazer um trabalho com o homem do campo. Era um trabalho de formação política, de esclarecimento dos trabalhadores de situações como, por exemplo, a palavra reforma agrária, cooperativismo, política partidária e política social. Então fui convidado para participar deste curso. Éramos ao todo, 35 companheiros e companheiras participantes. O curso durou 13 dias consecutivos. (...) com essa formação, mesmo depois de 1964 e sem o MEB, fomos nos dando conta que éramos explorados pelos latifundiários e pelos chamados atravessadores que eram os “compradores de arroz na folha”. Aí descobrimos isso também, daí a ideia da nossa cooperativa. Nós resolvemos, além de lutar pela terra, também criamos cooperativas para termos o controle da produção. Essas cooperativas que criamos em 1968, não era de natureza formal. Criamos vários armazéns, onde cada comunidade tinha seu arroz armazenado com 200 a 500 sacos de arroz. (CONCEIÇÃO, 2008, p. 345).²⁵

O texto mostra a influência do MEB sobre a criação do CENTRU e, por conseguinte nas cooperativas agroextrativistas criadas na região sul maranhense. Conforme dados do MEB de 1962 a 1967 foram realizados 21 treinamentos nas comunidades, na capital e nacionalmente. Além desse treinamento, existiam também treinamentos exclusivos para as mulheres camponesas.

As formas de engajamento do MEB/MA nas comunidades rurais e urbanas eram através das Escolas, das associações de bairro, dos sindicatos e das cooperativas. As escolas funcionavam nas casas dos camponeses ou em galpões construídos coletivamente nas comunidades. O sustento das escolas se dava pelos “clubes de vendas”, espécie de cooperativa de consumo que subsidiava a compra de lápis, cadernos e borrachas. O envolvimento com as associações de bairros aconteceu em 1965 através da criação de um Conselho do Bairro de Fátima que aglomerou as representatividades associativas que existiam em São Luís antes da chegada do MEB.

O sindicalismo era o principal eixo temático do MEB/MA. A Igreja Católica iniciava no Maranhão uma ação paralela ao da ATAM. Enquanto a Igreja fomentava o sindicalismo legalmente constituído, a ATAM providenciava a criação de associações autônomas. Somente em 1961, a ATAM, por orientação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

²⁵ Dentre os conteúdos do material utilizado pelo MEB/MA para o treinamento de lideranças rurais e que Manoel da Conceição participou realizado em Pindaré-Mirim em agosto de 1962, está em Anexo III.

(ULTAB), passou a redirecionar suas ações para a transformação de suas associações em sindicatos.

Sobre o cooperativismo, a maioria dos educadores do MEB/MA não acreditava nas experiências cooperativistas. Essa desconfiança era devido aos diversos fracassos da Igreja e às péssimas condições em que viviam os camponeses no interior do Maranhão. O difícil acesso as comunidades, o analfabetismo, a falta de assistência técnica e a alta concentração de terras eram vistos como fatores que inviabilizavam não apenas as cooperativas camponesas como também os grandes produtores maranhenses na década de 1960. No entanto, o cooperativismo camponês tinha um papel muito mais social e político que econômico. Aliado aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, a organização em cooperativas promovia relações de solidariedade entre os camponeses e de enfrentamento aos latifundiários. Portanto concordamos com Chiariello (2008, p. 93) que “a coletivização dos recursos naturais e instrumentais, faz com que as atividades de trabalho e a sociabilidade dentro do empreendimento sejam permeadas pela lógica da cooperação e solidariedade”.

Semelhantes experiências desse cooperativismo da década de 1960 ainda podem ser vistos no século XXI. Vale destacar a atuação de organizações e movimentos sociais como a ASSEMA, CENTRU e MST que, desde a década de 1980 vem fomentando o cooperativismo no Estado. Assim como o MEB e a ATAM, essas organizações sociais de formação de lideranças e de luta pela terra vêm tentando construir um cooperativismo autêntico que priorize os camponeses e desperte uma sensibilidade política e econômica para além do capital.

Em 2009, a Cooperativa de Serviços Técnicos (COOSERT) realizou um diagnóstico socioeconômico de 14 cooperativas filiadas à UNICAFES e levantou informações sobre a quantidade de cooperados, sobre a posse ou não de áreas coletivas, culturas existentes e produtos comercializados pelas cooperativas. As cooperativas diagnosticadas, segundo a Tabela (03), apresentam um total de 1.752 cooperados da agricultura familiar e sete cooperativas que possuem terras coletivas.

Ainda conforme a Tabela (03) é possível ver que as culturas principais da agricultura familiar estão presentes no processo produtivo que envolve essas cooperativas, dentre eles o arroz, feijão, mandioca criação de pequenos

animais, bovinos, extração do óleo e azeite do babaçu para produção de sabonetes e massa para mingau. Consequentemente, em alguns casos, mais; em outros, menos ou inexistente; a comercialização se faz principalmente no mercado local, mas alguns outros produtos chegam a ter destino internacional tal como o óleo do babaçu produzidos pelas Cooperativas ligadas à ASSEMA.

Tabela (03) – Diagnóstico Situacional das Cooperativas de Produção filiadas à UNICAFES

Cooperativa	Nº de cooperados	Possui áreas coletivas	Culturas existentes (geral)	Produtos comercializados	Mercados
Coopaema/Estreito	68	Sim	Arroz, milho, feijão, mandioca (farinha), gado bovino, aves, caprinos, pesca artesanal, suínos, coco babaçu, hortas, apicultura, plantas medicinais, cana de açúcar, caju.	Castanha de caju, xarope, pomada, farinha, azeite de babaçu, pimenta, arroz, fava, gergelim, mesocarpo do babaçu, sabão de coco, mudas, fitoterápicos.	Local, estadual, nacional e internacional.
Coopaiba/Jenipapo dos Vieiras	660	Sim			
Coopervag/Vargem Grande	70	Sim			
Copalj/Lago do Junco	152	Sim			
Coopaesp/Esperantiópolis	74	Não			
Coopervita/Cantanhe de	26	Não			
Coocac/Timon	23	Sim			
Coofac/Caxias	258	Não			
Babaçu Livre/Pedreiras	25	Não			
Coapa/Araioses	180	Sim			
Coapruval/Alcântara	64	Não			
Coopap/Pinheiro	45	Sim			

Fonte: Coosert/2009 – tabela elaborada pelo autor

Não muito diferente do cenário contemporâneo, as tentativas em torno do cooperativismo esbarraram-se nas reais prioridades que o poder político e econômico determinam para o Maranhão, cabendo a este o arcaico papel de fornecedor de commodities para abastecer o mercado internacional e manter um governo autoritário que freie qualquer tentativa de transformação social e

econômica. A agricultura familiar campesina é a mais prejudicada embora seja a que garante o abastecimento de pequenas e médias cidades. Para Wanderley (1996, p. 10), “quando comparado ao campesinato de outros países, no Brasil o setor foi historicamente bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. Esse bloqueio ao qual Wanderley se refere, estão relacionados com a modelo de produção agrícola agroexportador que vem desde os tempos coloniais e que é o principal responsável pela alta concentração de terras no Brasil.

No Maranhão, de acordo com Andrade (2008, p. 78),

Os trabalhadores rurais podem ser aglutinados em dois grandes grupos: de um lado os que têm acesso aos meios de produção, garantidos pelo título da propriedade da terra, ou pelo exercício da posse (no contexto da ocupação de terras devolutas, conhecidas pelos trabalhadores como terras da nação); de outro, aqueles cujo acesso aos meios de produção só é possível mediante uma relação de subordinação a outros grupos sociais, neste caso os agregados.

Dessa forma, os diversos conflitos por terra representam esses disparates e essa marginalização do camponês maranhense frente aos grandes projetos do capital. Isso provocou a organização dos camponeses em Sindicatos ou mesmo em cooperativas ao longo de suas lutas contra os latifundiários e pela reforma agrária.

Em 2007 a SENAES mapeou 48 cooperativas consideradas empreendimentos econômicos solidários, destas 50% estão relacionadas com a agricultura familiar campesina, pois somente a Unicafes-MA conta com 24 cooperativas entre prestadoras de serviços e produtoras de produtos da agricultura familiar camponesa.

Estas cooperativas também são oriundas de movimentos sociais ou organizações não governamentais do campo como a Associação em Áreas de Assentamento no Maranhão (ASSEMA), fundada em 1989 que sempre focou suas ações para os seguintes objetivos:

1. Acompanhar os processos e projetos de assentamentos nas áreas desapropriadas ou arrecadadas pelo Estado ou conquistadas por outras formas pelos trabalhadores rurais para fins de reforma agrária.

2. Fortalecer a organização econômica, social e política dos trabalhadores rurais assentados, contribuindo para o avanço das lutas populares, sobretudo da reforma agrária e da preservação ambiental.
3. Elaborar projetos e prestar assistência técnica a estes, através de seus profissionais técnicos ou pela contratação de terceiros, visando o desenvolvimento nas áreas de sua atuação (Estatuto da ASSEMA, 1989, p. 01).

Assim como as cooperativas fundadas pelo CENTRU ou pelo MST, as cooperativas criadas pelos camponeses filiados à ASSEMA (1989) surgem em meio a conflitos agrários de luta pela reforma agrária. Os sindicatos e associações de trabalhadores rurais assumem um papel político nesse conflitos enquanto a cooperativa deveria exercer um papel econômico, de organização e controle produtivo.

A ASSEMA é uma organização social de camponeses sem terra que iniciou suas atividades na região do Médio Mearim com apoio de duas organizações da igreja católica: a Diocese de Bacabal e a Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA) no ano de 1986. (SILVA, 2001, p. 59).

As primeiras associações organizadas pela ASSEMA pertenciam às seguintes comunidades: Cipó-Cannã, Palmeiral-Vietnã no município de Esperantinópolis; no município de Lago do Junco: São Manoel, Pau Santo, Santa Zita/Bertulino, Centro do Aguias e Ludovico; e no município de Lima Campos: Gleba Veloso e Riachuelo. Dentre as linhas de atuação desenvolvidas pela assema estão: o Cooperativismo/Associativismo, Crédito e Políticas Públicas, Conservação do Meio Ambiente, Projeto Produtivo e Geração de Renda, Agricultura Familiar e Extrativismo e a Valorização do papel da Mulher. As influências que geraram estas linhas de atuação da ASSEMA estão nas suas trocas de experiências com assentamentos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, etc., ainda em 1989.

(...) a gente viajou primeiro lá pro espírito santo, conhecemos acampamentos de movimentos sem terra, conhecemos áreas de assentamento também em são Paulo, visitamos assentamentos no litoral de São Paulo, assentamentos mais modernos em termos de agricultura. Fomos visitar assentamentos famosos de mais de 15, vinte anos atrás e por último no Paraná. No Paraná inclusive a gente conheceu a instrutora da Assessoar, em Francisco Beltrão, que foi sem dúvida fundamental para ideia posterior de se criar uma estrutura como ASSEMA. Por que a Assessoar já funcionava há mais de 30 anos e com um estrutura que acabou sendo adotada na criação da

ASSEMA, numa estrutura de uma organização que ao mesmo tempo podia ser uma organização de representação das áreas de assentamentos, podia ser uma organização que proporcionava também assistência técnica, assessoria, como uma espécie de estrutura híbrida entre movimento social e uma organização não governamental. (PORRO, 04/12/2000 apud SILVA, 2001, p. 59).

Desde então, a ASSEMA prioriza suas ações nos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luís Gonzaga e Peritoró conforme Figura (02).

Figura (02) Mapa da região de atuação da ASSEMA Médio Mearim/Maranhão



Fonte: www.assema.org.br

Mantendo também uma relação com a Unicafe-MA, a ASSEMA é constituída de 60 sócios individuais e 16 coletivos (sindicatos rurais, associações, escola agrícola) as cooperativas camponesas também filiadas a ASSEMA estão sediadas nos municípios de Esperantinópolis e Lago do Junco sob o nome de COOPAESP (Cooperativa dos Pequenos Agroextrativistas de Esperantinópolis) e COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco). Estas, por sua vez, somam 225 cooperados que produzem do coco babaçu, o mesocarpo, o óleo, o sabonete e a torta, além de arroz, feijão, farinha e milho.

Fundadas na década de 1990, as duas cooperativas surgiram devido a necessidade dos camponeses em organizar e controlar sua própria produção. A desvalorização do babaçu por parte dos atravessadores, fez com que os

camponeses que forneciam amêndoas do babaçu para os comerciantes passassem a fornecer para as suas próprias cooperativas. As amêndoas eram entregues na cantina de cada comunidade. As cantinas eram uma espécie de mercearia onde os camponeses cooperados ou não trocavam amêndoas de babaçu por outras mercadorias não existente nas unidades familiares de produção²⁶.

Em 1992, a COOPALJ instala a primeira prensa que transformava as amêndoas em óleo. Os resultados iniciais são excelentes chegando a produzir 20 toneladas de óleo bruto em apenas três meses. Em julho de 1994, a Cultural Survival²⁷ encomendou 5 mil kg de óleo bruto, neste ano a prensa já produzia 5 toneladas em 6 dias. Ao final do ano, esta mesma organização não governamental norte americana encomendou mais 10.800 kg de óleo babaçu refinado. Em 1995, as encomendas crescem e a COPPALJ chega a estabelecer um contrato com uma empresa de produtos de beleza²⁸ de fornecer 43 toneladas de óleo bruto para a Inglaterra no período de um ano.

No caso da COOPAESP, Silva (2001, p. 96) destaca que sua origem está relacionada com:

(...) o desdobramento da experiência de um trabalho de grupo coletivo [que] alcançou em Esperantinópolis um objetivo: romper com um sistema de comercialização que prejudicava o produtor. Neste contexto, um grupo de camponeses começou a discutir a possibilidade de romper com uma prática comercial muito antiga na área do município e mesmo no meio rural, ou seja, a venda antecipada da produção. Esta prática, ao invés de beneficiar o produtor, escraviza-o, pois, para conseguir honrar seus compromissos junto ao atravessador ou mesmo um “patrão”, ele precisa vender sua produção por um preço inferior ao de mercado este grupo ficou conhecido como o grupo do ARROZ.

Constituída também pela ASSEMA, a COOPAESP iniciou suas atividades produtivas e comerciais fornecendo amêndoas de babaçu para indústrias de óleo de Pedreiras/MA e Teresina/Piauí. Contudo, o forte da

²⁶ Em 2001, a COPPALJ contava com 8 cantinas: Ludovico, São Manoel, Centro do Aguiar, Centrinho do Acrisio, Bertulino, Três Poços, Sítio Novo e Centro da Aparecida. Após sete anos de fundação, a COPPALJ conseguiu auferir um saldo positivo que garantisse uma sobra para os cooperados (MIGUEL, 2001).

²⁷ A Cultural Survival é uma organização não governamental fundada em 1972 pelo casal de antropólogos David Maybury e Pia em Cambridge, Massachusetts. O foco de atuação da ONG compreendia os indígenas da Amazônia Brasileira e sua preocupação principal era com a situação crítica em que se encontravam os povos indígenas não apenas do Brasil como também de outros países. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a14v14n2.pdf> > acessado em 31 de março de 2012.

²⁸ Body Shop International, ver mais em SILVA 2001.

COOPAESP foi a produção de 100 toneladas de milho ainda no primeiro ano de sua criação (1992).

Tanto a COOPALJ quanto a COOPAESP sempre foram assessoradas pela ASSEMA que recorre a recursos de Organizações Não Governamentais como a OXFAM, Action-Aid, Misereor, Terre dês Hommes e Pão para o Mundo. O Quadro (01) nos mostra o percurso da ASSEMA desde a sua fundação em 1989 até 2010 quando estabelece relações com a empresa de cosméticos Natura. Ainda conforme o Quadro (01) é possível ver o início das Cooperativas e associações camponesas e suas relações com o mercado internacional.

Quadro (01) – Trajetória da ASSEMA e suas respectivas cooperativas camponesas.

Ano	Evento
1989	Fundação da ASSEMA
	Fundação da AMTR (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais)
1990	Início das discussões a respeito da comercialização da ASSEMA
1991	Fundação da COOPALJ COOPALJ assume a gerência e controle das 7 cantinas em povoados onde residem os sócios.
1992	Fundação da COOPAESP Comercialização de amêndoas do coco babaçu
1993	Início do processamento das amêndoas de babaçu: óleo e mesocarpo
1994	Primeiros contatos com as saboeiras do Maranhão Primeiros contatos com a certificadora IBD
1995	Contato com a Body Shop International na Inglaterra
1996	Primeira venda para a Body Shop, através de uma refinadora da Holanda
1997	Ampliação de mercado: Visitas comerciais de importadores de óleo para comércio Vendas para AVEDA Corporation
1998	Início da comercialização do mesocarpo. Até 2000, as vendas ocorreram para fora do Estado: Lojas Mundo Verde no Rio de Janeiro Padarias no Ceará Lojas de produtos naturais
1999	Estruturação das vendas e definição de nome e da logomarca da ASSEMA e outros Grupos
	Início da produção e comercialização do sabonete de óleo babaçu – AMTR: Vendas no mercado regional Vendas em feiras e eventos Mercado internacional (Pacifica Sensual) Vendas sem contrato, apenas por pedidos

2000	<p>Reativação dos grupos de Santana: geléias e compotas comercializadas: Na embaixada do babaçu em São Luis Em eventos regionais e nacionais Entregas nas residências em Pedreiras</p> <p>A COOPALJ inicia vendas de torta de babaçu para ração animal nas próprias comunidades da região</p>
2003	<p>Loja em São Luis – Embaixada do Babaçu Livre Fundação da Cooperativa do Babaçu Livre: 5 famílias de cada um dos grupos formadores da ASSEMA exerce um papel de central de comercialização. Possibilita a comercialização de produtos de grupos informais.</p>
2004	<p>Início da produção do licor de Jenipapo</p> <p>Busca de melhorias na gestão e sustentabilidade nas vendas Melhor estruturação/reformas das agroindústrias de mesocarpo e sabonetes Manutenção dos mercados alcançados Primeiros contatos com a Natura</p>
2005	<p>Vendas de mesocarpo para o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal Envio de amostra para a Natura e discussões a respeito dos direitos dos camponeses Contrato de fornecimento com a Natura</p>
2006	<p>Comercialização de óleo de babaçu para a ONG Mundo Solidário da Itália</p>
2007	<p>Primeiras vendas de licor de Jenipapo através da ASSEMA</p>
2008	<p>Redução das vendas para a Natura devido a problemas técnicos e indefinição de direitos sociais Associação de Jovens Rurais inicia a produção de biojoias Melhoria nas vendas de licor e compotas</p>
2009	<p>Restabelecimento do contrato com a Natura Mudanças nos rótulos Fechamento da embaixada do Babaçu Livre em São Luís</p>
2010	<p>Ampliação do contrato com a Natura Perspectiva de contrato com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PANE) Inclusão da amêndoa de babaçu no <i>Programa Biodiversidade/Programa Geral de Preços Mínimos</i> passa a ser pago pelo Estado Ampliação do contrato com a Natura Fundação da Cooperativa Central do Cerrado (MG, MT, GO, TO, DF, MS. Comercialização através do ponto de venda em Brasília.</p>

Fonte: Relatório 3, Estudo de Caso da ASSEMA Médio Mearim / MA. Adaptado pelo autor 2012.

Em 2010, a SENAES providenciou outro mapeamento para continuar identificando os EES e, através do Quadro (01), destacamos a Dimensão Sócio-Política e ambiental, a Gestão, os Cooperados, Características Gerais,

Receitas/investimentos e apoios institucionais da Coopaesp e Coppalj. A participação dos camponeses em cooperativas vem proporcionando diversos benefícios que individualmente seria muito difícil para a organização ou produção dos cooperados.

Como podemos visualizar no Quadro (02), a produção e comercialização tanto da Coopaesp quanto da Coppalj é realizada de forma coletiva, a aquisição e o uso de máquinas ou equipamentos também é compartilhado pelos cooperados. A organização cooperativista também vem formando e capacitando os cooperados em economia solidária, autogestão e cooperativismo com o objetivo de qualificar o trabalho dos camponeses na unidade familiar produtiva, na cooperativa e nas relações com o mercado. Um outro dado interessante e que corrobora com nossa afirmação de que as cooperativas da assema sempre estiveram aliados a movimentos sociais do campo e organizações não governamentais de assessoria, investimentos e custeios. Embora utilizando ferramentas gerenciais das empresas capitalistas ou mesmo adentrando ao mercado capitalista, as cooperativas percebem que os seus maiores desafios e compromissos são as questões sociais, políticos e não apenas a geração de renda.

Quadro (02) Síntese das características políticas, sociais, relações institucionais e investimentos das cooperativas vinculadas à ASSEMA

Características Gerais			
Atividades coletivas desenvolvidas pelos cooperados	Coopaesp		Coopalj
	Produção e comercialização	e	Produção e comercialização Uso de infraestrutura Aquisição de matéria-prima e insumos
Categoria social	Agricultores familiares		Agricultores familiares e assentados de reforma agrária
Homens cooperados	50		-----
Mulheres cooperadas	14		-----
Investimentos e apoios institucionais			
Origens do recurso para iniciar as atividades	Coopaesp		Coopalj
	Doação de ONGs nacionais e		Dos próprios cooperados Doação de ONGs nacionais

	internacionais Doações de pessoas físicas e empresas	e internacionais
Investimentos em 2009	Infraestrutura e equipamentos (RS 600,00)	Infraestrutura (R\$ 2.000)
Apoios institucionais	Qualificação profissional, técnica e gerencial Assistência jurídica Elaboração de projetos	Assistência técnica e gerencial Qualificação profissional, técnica e gerencial Assistência jurídica Elaboração de projetos Assessoria em marketing e na comercialização Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica
Quem forneceu o apoio	ASSEMA	Miserior, ASSEMA, AJR AMTR, STTR
Gestão das cooperativas		
Instâncias de direção e coordenação	Coopaesp	Coopalj
	Assembleia geral Coordenação/diretoria Conselho fiscal	Assembleia geral Coordenação/diretoria Conselho administrativo Conselho fiscal
Periodicidade das assembleias	Semestral	Semestral
Média de participação dos cooperados	2/3	2/3
Cooperados diretores/coordenadores	4	9
Cooperadas diretoras/coordenadoras	8	3
Os resultados da	Sim	Sim

atividade econômica (em 2009) deram para pagar as despesas e ter sobra? Qual o destino?	Fundo de investimentos Distribuição entre os cooperados	Fundo de reserva para investimentos Distribuição entre os cooperados
Dimensão sócio-política		
Temas tratados na formação dos cooperados em 2009	Coopaesp	Coopalj
	Economia solidária, autogestão e cooperativismo	Economia solidária, autogestão e cooperativismo Formação política e social Gestão contabilidade, questões jurídicas Formação técnica e profissional Motivação Questões de gênero, étnicos e raciais Organização do trabalho, saúde e segurança Questão ambiental Elevação da escolaridade e educação formal
Tipo de fórum e movimentos social que as cooperativas participam	Fórum de Economia Solidária Movimento sindical urbano ou rural Movimento de mulheres Movimento de defesa dos direitos humanos	Movimento de luta pela terra Movimento sindical urbano ou rural Movimento popular comunitário Movimento de luta por moradia Movimento agroecológico Movimento de mulheres Movimento religioso Movimento de defesa de direitos humanos

		Movimento de jovens Movimento de combate à fome
Principais conquistas obtidas pelas cooperativas	Geração de renda para os cooperados Integração do grupo Moradia, escolas, infraestrutura Conscientização e compromisso político	Geração de renda Autogestão e o exercício da democracia Integração do grupo Comprometimento social dos cooperados Moradia, escola, infraestrutura Conscientização e compromisso político.
Desafios para as cooperativas	Alcançar maior conscientização ambiental Articulação com outras organizações de mesmo viés político e econômico Manter a união do grupo	Gerar renda adequada aos cooperados Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) Alcançar maior conscientização política e ambiental.

Fonte: elaborado pelo autor em 2012²⁹

Formada por agricultores familiares e assentados, as cooperativas ligadas à ASSEMA produzem e comercializam de forma coletiva. Segundo Silva (2001, p. 125), “sua organização possibilitou a superação de vários obstáculos de gerenciamento e de dificuldades de ordem econômica”. É a força de mobilização e articulação dos camponeses o maior destaque do movimento cooperativo que se apresenta como autêntico diante das pseudocooperativistas dos grandes produtores.

²⁹ A tabela foi elaborada pelo autor a partir dos questionários fornecido pela equipe da Unitrabalho responsável pelo mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários do Maranhão em 2010, ainda não publicados.

Como bem retrata o Quadro (02), a trajetória dessas cooperativas está diretamente relacionada ao empenho dos camponeses que, através de doações e voluntariado, constituíram a COOPALJ e a COOPAESP promovendo uma articulação local e internacional. Esta sinergia promoveu uma série de conquistas para os cooperados dentre elas, a divulgação internacional dos produtos e das lutas dos camponeses maranhenses pela reforma agrária. Por intermédio dessas lutas, foi possível a construção de moradias, escolas, beneficiamento da produção e geração de renda.

Dentre os desafios apresentados aos camponeses cooperados estão o fortalecimento de uma consciência política e ambiental e maior integração do grupo diante das adversidades que a política econômica brasileira proporciona aos desprivilegiados das políticas públicas.

Assim como a ASSEMA, o MST é outra organização social formada por camponeses sem terra que também vem promovendo o cooperativismo autêntico em suas áreas de assentamentos. No Maranhão, o MST está organizado em polos regionais como: Itapecuru, Baixada, Pindaré, Tocantina, Médio Mearim e Açailândia. Em todas estas regionais existem experiências coletivas ou semicoletivas através de associações ou cooperativas desenvolvidas pelo movimento.

Segundo o Quadro (03) destacamos as regionais e as formas de cooperação existentes:

Quadro (03) – formas de cooperação nos assentamentos vinculados ao MST/MA

Formas de cooperação	Regionais do MST no Maranhão					
	Tocantina	Açailândia	Pindaré	Baixada	Itapecuru	Médio Mearim
Mutirão	X	X	X	X	X	X
Grupo semi-coletivo		X				
Grupo coletivo	X				X	
Associação	X	X	X	X	X	X
Cooperativa	X	X		X	X	

Fonte: Adaptação da Tabela 4.3 de Elias (2008, p. 133)

Das cinco formas de cooperação apresentadas no Quadro (03), consideramos as três primeiras como grupos informais e as classificamos de acordo com Elias (2008, p. 98):

Mutirão: acontece ocasionalmente entre as famílias assentadas, especialmente entre vizinhos ou parentes para realizar atividades como capina, colheita, plantio, construção de barracos, etc. e que são práticas eventuais, mas sempre presentes nas comunidades camponesas.

Grupos semicoletivos: acontece quando as pessoas produzem em lote familiar, normalmente para a subsistência e tem algumas linhas de produção em conjunto voltadas para o mercado. Apesar de ter conjunto de normas internas consolidadas, os grupos semicoletivos não são oficialmente legalizadas.

Grupos coletivos: a produção é totalmente coletiva, a comercialização é realizada em nome dos assentados e a terra, o capital e o trabalho são coletivos.

Dentre as cooperativas do MST identificamos na região Tocantina a Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região (COOMARA) que tem por objetivo: “promover as melhorias das condições de seus associados, através da produção agropecuária, dos serviços e da indústria”. (ESTATUTO SOCIAL DA COOMARA, 1997, p. 1 apud ELIAS, 2008, p. 133).

Além da região Tocantina, as regionais onde há registro de cooperativas são a da Baixada e de Itapecuru. Na primeira, além de se registrar formas de cooperação como mutirões, grupos coletivos, semicoletivos e associações, possuem também duas cooperativas. A primeira é a Coopervid (Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante) fundada em 1993 no assentamento Vila Diamante, município de Igarapé do Meio. A segunda foi fundada em 1997 no assentamento 4 de Maio no município de Pedro do Rosário conhecida como COOPAQMA (Cooperativa Agropecuária 4 de Maio).

Na regional de Itapecuru, foi “fundada” simbolicamente uma cooperativa no assentamento Palmares II, município de Nina Rodrigues no ano de 2007. Os camponeses se propõem a produção de tiquira, contudo até 2008, segundo Elias (2008, p. 135) não há registro da cooperativa nem da diretoria.

Além dessas cooperativas, o MST fundou a COOPERA (Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária) em 1998 como uma organização de abrangência Estadual.

Na regional de Açailândia, em 2010 foi criada mais uma cooperativa de camponeses do MST. Esta, por sua vez, é do Assentamento Califórnia no município de Açailândia na BR 010. O objetivo dos camponeses é produzir

leite, urucum e frutas e fornecer para sua própria organização, evitando a figura do atravessador. A COOPAC (Cooperativa Agropecuária do Assentamento Califórnia) é uma discussão antiga dos camponeses, contudo, as preocupações em torno da criação de uma cooperativa é a mesma na maioria das comunidades: qual a viabilidade social e econômica do cooperativismo?

Portanto, como podemos perceber para estas organizações como ASSEMA e MST, o cooperativismo está atrelado à luta pela terra e à qualidade de vida dos camponeses em suas respectivas comunidades. O maior desafio para as cooperativas fundadas por essas organizações está no enfrentamento à política econômica nacional que prioriza os grandes produtores em detrimento dos agricultores familiares camponeses.

3.2. CENTRU, história e formação das cooperativas no Maranhão

Antes mesmo da criação do CENTRU no Maranhão, Manoel da Conceição e Manoel Raimundo da Silva³⁰ juntamente com outros camponeses nordestinos fundaram uma matriz em Recife, Pernambuco. O cenário da década de 1980, período de fundação do CENTRU, é palco de conflitos agrários gerados pela alta concentração de terras, péssimas condições de saúde, educação e transporte no meio rural.

Em 1981, o CENTRU elabora sua Carta de Princípios onde relata a conjuntura desumana em que viviam os camponeses nordestinos. A Carta também dispõe do Programa Geral de Educação do CENTRU, da relação nominal e funcional da diretoria, uma lista com os nomes de todos os sócios divididos em sócios efetivos, sócios colaboradores e sócios honorários. Ao final da Carta, seguem seis textos entre declarações, cartas e saudações de apoio à fundação do CENTRU.

No Programa Geral de Educação, os camponeses definiram pela atuação nos seguintes setores: Saúde, Cultura Popular, Comunicação Popular, Cooperativismo, Sindicalismo, Cooperação com instituições de pesquisa e atendimento nas áreas jurídica e socioeconômica e auto-sustentação da política educacional do CENTRU.

³⁰ Coordenador do CENTRU de Recife/PE

Na década de 1980, o número de organizações não governamentais era pequeno em relação ao número de ONGs que vão surgir na década de 1990. Além do mais, as ONGs da década de 1980 partiam de uma concepção de luta em defesa dos grupos sociais marginalizados e fomentavam a autonomia desses grupos. O quadro social dessas entidades era formado por técnicos, intelectuais e profissionais liberais sensíveis aos problemas sociais da época.

A constituição do CENTRU muda esse paradigma. Os sócios efetivos eram formados por camponeses que prestavam assessoria aos próprios camponeses. Os membros da diretoria eram considerados referência moral, ética e combativa nos seus respectivos estados. A primeira diretoria do CENTRU era formado por Manoel da Conceição (ex-presidente do STTR de Pindaré-Mirim/MA), presidente; Margarida Maria Alves (primeira mulher presidenta do STTR de Alagoa Grande/PB), tesoureira; Manoel Raimundo Silva (trabalhador rural na cana de Pernambuco e membro da Animação dos Cristãos no Meio Rural-ACR), secretário geral; e Francisco Ferreira da Silva (ex-presidente do STTR de Pedra Grande/RN) como secretário.

Constituída então a base de organização do CENTRU, os camponeses recorrem a apoios nacionais e internacionais de organizações sensíveis à causa dos trabalhadores rurais brasileiros. Abaixo alguns trechos das cartas, declarações e saudações de intelectuais e lideranças sindicais da época:

O objetivo dessa carta é expressar meu pleno apoio à criação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (...) esse tipo de formação trará uma grande contribuição no processo atualmente em andamento, da criação de um novo tipo de sindicalismo nascendo das bases e que realmente lutará pelo respeito dos direitos e das necessidades dos trabalhadores rurais... (Prof. Paulo Freire).

A luta dos trabalhadores rurais brasileiros é hoje no sentido de terem direitos trabalhistas reconhecidos e, ao mesmo tempo no sentido de criarem um sindicalismo liberto da tutela do Estado e da intervenção oficial. É nesse sentido que Manuel da Conceição e outros trabalhadores rurais criaram o CENTRU, cujo objetivo é educar o trabalhador para libertar o sindicato da dependência oficial... as dificuldades desse trabalho são evidentes: desde que começou, Manuel da Conceição já sofreu vários atentados, em sua própria casa... (Prof. Dr. José de Souza Martins).

Nós como sindicalistas que somos, conscientes da necessidade dos trabalhadores do campo, levarem suas formas de luta e organização, unidos aos trabalhadores urbanos, damos total apoio à iniciativa do CENTRU, principalmente devido a seriedade e responsabilidade com que vem conduzindo essa difícil tarefa. Luis Inácio da Silva (Presidente cassado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema/SP). Jacó Bitar (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Refinação, Destilação de Petróleo de Campinas e Paulínea/SP). José Pedro da Silva (Ex-Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco/SP). (CENTRU, 1981, p. 15).

Com o apoio de organizações sociais, intelectuais e lideranças políticas de nível nacional, o movimento se expandiu pelo interior do nordeste brasileiro com um único objetivo: “formar e capacitar trabalhadores rurais através de um processo educativo para que estes trabalhadores tenham uma visão global da sociedade, da dominação econômica, política e cultural” (CENTRU, 1981, p. 15). Para alcançar este objetivo, o CENTRU tomou como exemplo as experiências de intervenção do MEB/Maranhão nas comunidades rurais da década de 1960. O conteúdo teórico e político vieram do Partido Comunista Brasileiro que também atuava no meio rural maranhense.

A concepção de cooperativismo do CENTRU também é resultado dos eixos temáticos do MEB e do PCB. A criação dos paióis coletivos é o berço do cooperativismo institucionalizado. Quando os camponeses maranhenses, sob a liderança de Manoel da Conceição, organizavam os paióis coletivos tinham por objetivo reduzir e até eliminar a presença dos atravessadores e colocar nas mãos dos camponeses o controle de sua produção. Contudo, segundo Manoel (2007) a construção dos paióis coletivos que chegou a armazenar de 200 a 500 sacos de arroz gerou não somente um incômodo, mas também uma “guerra” entre camponeses e comerciantes. Como ele mesmo relata,

(...) essa luta pela conquista da terra criou um grande problema. E ter o controle do sindicato também gerou um problema, mas ainda o maior problema foi quando começamos a criar o “paiol coletivo” para armazenar arroz; ou seja, os trabalhadores passando a controlar a produção e o valor do seu produto. Aí que deu confusão, deu morte, deu guerra, deu tiro, deu até invasão de povoado por parte da polícia e até do exército. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 346-347)

Sob esses princípios a inclusão do cooperativismo como eixo de atuação do CENTRU tinha por objetivos: diminuir a força do atravessador; melhorar as condições de vida do produtor agrícola e do consumidor da cidade; e fortalecer as relações econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores da cidade e do campo criando melhores condições coletivas para resistir à exploração. A forma que o CENTRU encontrou para fomentar o cooperativismo se deu através de seminários, debates, cursos técnicos/políticos e alianças entre camponeses e cidadãos.

Percebemos o quanto o CENTRU valorizava a questão política nas cooperativas que, embora se caracterizem como uma organização econômica, aqui se apresentava como um instrumento de luta em defesa de uma nova

sociedade. Para o CENTRU, as cooperativas fazem parte de um ciclo organizacional e combativo que envolve também o sindicato, o partido e as associações. Cada qual atuando nas suas respectivas esferas contribuiria para a luta de classes travada no campo ou na cidade.

A luta de classes estava evidente nos documentos elaborados pelos camponeses do CENTRU-MA. Conforme CENTRU (1984), dentre os seus objetivos destacava-se que os trabalhadores identificassem com “uma clareza cada vez maior os seus inimigos de classe: a burguesia e o estado defensor dos seus interesses”. Para isso, como forma de desenvolver suas atividades educacionais, o CENTRU-MA precisava de recursos financeiros que não estavam disponíveis em nenhum programa governamental brasileiro. Foi então que surgiu a ideia de recorrerem às organizações internacionais de cunho religioso ou não. A carta de Paulo Freire foi um apelo a estas instituições para que se sensibilizassem com a luta e condições subumanas em que viviam os camponeses nordestinos. No final da carta Paulo Freire dizia:

Sabendo também que o CENTRU terá que ultrapassar muitas dificuldades, incluída a possibilidade da repressão política, não vacilo em dar meu aval na indispensável busca de apoio financeiro proveniente das organizações internacionais de financiamento. Autorizo o CENTRU à utilizar essa carta como apoio à sua ação. (CARTA DE PRINCÍPIOS DO CENTRU, 1981)

É importante enfatizar que na maioria dos documentos elaborados pelo CENTRU, há uma orientação educacional para o fortalecimento da luta não apenas dos camponeses ou um cuidado específico para as transformações no campo, mas uma conclamação para a luta social ampla que envolvesse todos os segmentos marginalizados para uma mudança global, classista e revolucionária.

Nesta perspectiva, o CENTRU com matriz em Recife/PE se expande para os Estados da Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte formando lideranças camponesas para atuar junto aos movimentos sociais. Seu foco inicial era a luta pela reforma agrária, para isto, a tomada dos STTRs das mãos dos pelegos³¹ era fundamental para o fortalecimento do movimento camponês. Com a desapropriação e conseqüente posse da terra, começava então a discussão em torno da fundação de uma associação seguida pela constituição das cooperativas agroextrativistas, não necessariamente nessa ordem.

³¹ Termo bastante utilizado para representar os sindicalistas cooptados por empresas patronais ou por órgãos governamentais.

Mas o CENTRU não incentiva o cooperativismo apenas em áreas de assentamentos, um dos trabalhos das lideranças camponesas era visitar diferentes áreas seja conquistada, comprada ou de herança e criar associações que possuíam um caráter reivindicativo e produtivo, além das cooperativas como um instrumento de controle da produção.

De 1986 a 1990, o CENTRU-MA focou suas atenções para a conquista dos STTRs no Maranhão, em especial nos municípios de Amarante, Balsas, Buriticupu, Buritirana, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Grajaú, Imperatriz, João Lisboa, Loreto, Mirador, Montes Altos, Porto Franco, Riachão e São Raimundo das Mangabeiras. Nestes, o CENTRU-MA chegou a desenvolver diversas atividades orientadas para a produção sustentável; agroindústria e comercialização; assessoria técnica, social e ambiental.

Desde 2000, o CENTRU-MA vem reduzindo seu espaço de atuação, seus projetos, bem como o quadro social da entidade e o número de assessores. Com uma sede administrativa em Imperatriz, o CENTRU-MA comanda suas atividades em menos de nove dos dezessete municípios que atuava na década de 1980 e 1990. Os cursos ainda são realizados no Centro de Estudos do Trabalhador Rural (CETRAL) localizado em João Lisboa, adquirido através de doações individuais e de organizações não governamentais.

De 1980 a 1990, a escola se resumia a um singelo espaço, com apenas um salão alcunhado pelos camponeses como escola João de Barro. Em 1987, o CETRAL, que era conhecido como Escola Padre Josimo Moraes Tavares³² e que em 2006 foi alterado para Escola Técnica Agroextrativista (ETA), é um espaço de dez hectares com um prédio dividido em dormitórios, sala de vídeo, auditório, banheiros, refeitório, laboratório de agroindústria, secretaria, depósito, almoxarifado e uma biblioteca. Toda essa estrutura foi construída em 2007, através de um projeto aprovado junto ao programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobrás.

Ao longo de mais de 27 anos no Maranhão o CENTRU-MA vem desenvolvendo atividades que contempla as esferas do político, do socioeconômico e do ambiental. Os instrumentos institucionais que buscam representar essas esferas são o sindicato, a associação, a cooperativa e o

³² O CENTRU-MA decidiu por nomear sua escola de formação de lideranças camponesas em homenagem ao Pe Josimo Tavares pelas suas lutas contra os latifundiários no Maranhão e assassinado um ano antes da constituição da escola.

partido. O CENTRU-MA exerce um papel de articulador e mobilizador desses instrumentos que, de forma transversal se torna um espaço de diálogo e de orientação das instituições envolvidas. Dentre as diversas atividades executadas pelo CENTRU-MA, destacamos os diagnósticos e pesquisas rurais, assistência técnica, formação e capacitação na escola técnica, assessoria na constituição de cooperativas e associações de agricultores familiares camponeses.

As mudanças no CENTRU-MA é evidente, enquanto na década de 1980, um dos objetivos da organização era contribuir para que os trabalhadores identificassem “com clareza cada vez maior os seus inimigos de classe: a burguesia e o estado defensor de seus interesses”. (CENTRU-MA, 1984, p. 8), em 2006, seus objetivos se voltam para o desenvolvimento rural social e sustentável, educação e assessoria político-pedagógico, técnica e jurídica, apenas.

Podemos dizer que existem dois momentos muito distintos na trajetória do CENTRU-MA um atual, que consideramos os anos 2000 onde vem adotando um discurso e práticas ambientalistas ou ecologistas³³ que atendem à proposta do desenvolvimento sustentável e solidário, e uma outra marcada durante os anos de 1980 e 1990 o que nos faz lembrar o conceito de “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres” de Martinez (2007), respectivamente.

Para Martinez (2007) é possível distinguir três correntes ambientalistas que tem diversos elementos em comum, são eles: evangelho da ecoeficiência, culto ao silvestre e ecologismo dos pobres ou movimento de justiça ambiental.

- 1. O evangelho da ecoeficiência** preocupa-se com os impactos ambientais ou os riscos à saúde provocados pela industrialização, urbanização e agricultura moderna. Esse tipo de ambientalismo acredita no desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica e na boa utilização dos recursos naturais. Essa corrente é o novo chavão dos economistas e ambientalistas norte americanos e europeus.
- 2. O culto ao silvestre** é a defesa da natureza intocada, o amor aos bosques primários e procura não atacar o crescimento econômico,

³³ “As palavras ambientalismo e ecologismo estão indistintamente empregadas neste texto. Os usos variam: na Colômbia o ambientalismo é mais radical que o ecologismo; no Chile ou na Espanha, ocorre o contrário” (MARTINEZ, 2007, p. 21).

chegando a admitir a supremacia e vitória do mundo industrializado. Essa corrente tem raízes na biologia da conservação de 1960.

3. **O ecologismo dos pobres** essa corrente destaca os conflitos e a luta das populações que dependem *sine qua non* da natureza para sobreviver. Segundo Martinez (2007, p. 34), “o eixo principal desta corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência”. Significa dizer que, as populações saem em defesa da natureza por uma questão de justiça social, engendrando conflitos de interesses local, regional, nacional e global “causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social”. (IBDEM).

Embora na maioria de seus documentos como projetos sociais, cartilhas ou carta de princípios, o CENTRU-MA utilize termos do “evangelho da ecoeficiência” tais como desenvolvimento sustentável ou modernização ecológica para comercialização dita solidária, as estratégias de resistências utilizadas pelos camponeses sócios do CENTRU-MA margeiam ora o culto ao silvestre, ora o ecologismo dos pobres.

Neste contexto, as cooperativas agroecológicas do CENTRU-MA se apresentam como instrumentos de eficiência que buscam contemplar o ecológico e o econômico através de um processo de agroindustrialização e comercialização do que é produzido no campo de uma forma sustentável e solidária. Mas cabe aqui uma análise mais acentuada dessa discrepância entre o que existe nos projetos e as iniciativas dos camponeses ligados ao CENTRU-MA.

Embora os cuidados do CENTRU-MA para com o movimento cooperativo fossem para a produção agroextrativista, suas intervenções assinalam um caráter muito mais político que qualquer outro eixo de atuação da entidade. A luta pela reforma agrária e a constituição de sindicatos, cooperativas e associações são percebidas num cenário de conflito social, de luta pela sobrevivência de uma geração hodierna contra uma política econômica que expropria e destrói. Desta forma, analisamos que a atuação dos camponeses do CENTRU-MA se pauta também na luta por justiça ambiental, como bem esclarece Martinez (2007, p. 39) “existem pontos de acordo e de contato entre as três correntes (...) uma mesma organização pode pertencer a mais de um destes tipos”. Ou seja, é necessário compreender que

as três correntes não estão isoladas, uma organização que se propõe ao ambientalismo pode executar atividades que ora reverencie a natureza ora participa nos enfrentamentos contra as injustiças ambientais causadas pelas fronteiras agrícolas, fronteiras do alumínio, do ferro e dos diferentes abusos da política econômica global.

As cooperativas agroecológicas criadas pelo CENTRU-MA nos anos de 1990 se apresentavam como organizações que iriam fomentar o desenvolvimento sustentável e solidário não apenas nas comunidades camponesas onde atuavam, mas também nos seus respectivos municípios. Antes de criar as cooperativas, o CENTRU-MA articulava as comunidades camponesas em Grupos de Produção de Base (GPBs) com o objetivo de capacitar e organizar a produção das famílias agricultoras. Os GPBs também participavam de ocupações de terras e recorriam a financiamentos para a produção agrícola. Segundo dados do próprio CENTRU-MA foram constituídos mais de 174 GPBs distribuídos nas regiões sul e oeste. Nos locais onde esses Grupos eram mais consistentes foram criadas cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas.

4. O COOPERATIVISMO CAMPONÊS NA REGIÃO SUL MARANHENSE

4.1 O Sul do Maranhão

A região sul maranhense compreende dezenove municípios e é formada por três microrregiões: Chapada das Mangabeiras, Gerais de Balsas e Porto Franco. Com mais de 308 mil habitantes, a região é conhecida pela sua alta produtividade agrícola de soja e cana de açúcar. A produção de soja, *p. ex.*, chegou a mais de 1.198.624 toneladas produzidas em 2010 ocupando um espaço de 434.090 hectares.

A integração da região sul maranhense ao mercado nacional e internacional teve início com a implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) em 1975. Este, por sua vez, “consolidou o projeto de ordenar o território nacional segundo a lógica do projeto geopolítico” (FERREIRA 2008 apud BECKER & EGLER, 2003, p. 144). As políticas do governo brasileiro estavam direcionadas para a modernização da produção, abertura e reforma de vias urbanas e férreas. O II PND providenciou a instituição de uma política

regional que contemplou a Amazônia oriental nas atividades de mineração, agropecuária e reflorestamento.

O incentivo à produção de soja no cerrado maranhense remonta ao período de 1971 e 1974 com estudos experimentais nas cidades de Brejo, Balsas e Bacabal³⁴. Somente em 1995, com a implementação do PRODECER III (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado) que a região sul, em especial o município de Balsas alavanca a produção de soja, produto não cultivado pelas populações locais e que tem por destino o mercado o externo.

O município de Balsas se destaca na região por ser o primeiro a desenvolver uma produção de soja em grande escala. Com apoio técnico de cooperação nacional e internacional, o município de Balsas impulsionou na região o modelo do agronegócio baseado na monocultura extensiva, no uso intensivo de agrotóxicos e aquisição de equipamentos e maquinários de alta tecnologia³⁵.

A agricultura familiar camponesa na região é representada por 13.155 estabelecimentos rurais distribuídos em 695.503 hectares. Por outro lado, a agricultura não familiar representa 3.160 estabelecimentos rurais – um número bem menor que agricultura familiar, mas que detém mais de 2 milhões de hectares. Aqui podemos perceber uma discrepância agrária entre a quantidade de agricultores familiares e sua área de produção que, na maioria dos casos não é o proprietário do estabelecimento. Ou seja, cada estabelecimento da agricultura familiar corresponde cerca de 52 ha enquanto que a área média de cada estabelecimento não familiar é de aproximadamente 671ha. Nos municípios em estudo, a questão agrária e agrícola segue na mesma lógica. Conforme Tabela (04), a relação da área por estabelecimento no município de Loreto é 32,7ha para a agricultura familiar e 865 ha para a agricultura não familiar.

³⁴ Ferreira 2008, p. 182.

³⁵ Paralelamente foram realizados estudos conjuntos para a criação do Programa Corredor de Exportação Norte, que tomaram por base os resultados dos estudos da EMBRAPA, do apoio financeiro do Banco do Brasil, através da Diretoria de Crédito Rural contando ainda com a participação de órgãos/empresas como a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia S.A. (BASA), e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de parceria com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - Superintendência da Estrada de Ferro Carajás. (PALUDZYSZYN FILHO, 1995 apud FERREIRA, 2008, p. 15).

Tabela (04) – Número de agricultores e área dos estabelecimentos rurais nos municípios de Loreto e São Raimundo das Mangabeiras

Município	Agricultura		Área dos estabelecimentos (Ha)
Loreto	Agricultura familiar	718	23.524
	Não familiar	160	138.419
São Raimundo das Mangabeiras	Agricultura familiar	746	42.986
	Não familiar	103	76.992

Fonte: IBGE, 2006

Na questão agrícola, os grandes estabelecimentos da região sul vêm priorizando a produção de commodities. Na safra de 1993/1994, a produção de soja em todo Maranhão era de apenas 140.947 toneladas em uma área de 62.911 hectares, na safra 2010/2011 foram colhidos 1.322.363 toneladas em 495.756 hectares. Nestes dois períodos a região sul foi responsável por mais de 90% da produção e da área plantada.

Conforme Tabela (05), a evolução da área plantada de arroz e feijão (produtos da cesta básica) diminuiu significativamente em relação à produção de soja nos municípios em estudo e em Balsas, polo do agronegócio na região. Entre 2000 e 2010 o percentual de área plantada de arroz em Balsas caiu de 23,2% para 3,2%, por outro lado, a produção de soja cresceu 20%. Em São Raimundo das Mangabeiras, no mesmo período, o crescimento da área plantada de soja foi de 14%. Em Loreto, o cultivo de soja entre os anos de 2005 e 2010 caiu em mais 34%, a produção de arroz foi reduzida para 13% e a de feijão 7%.

Tabela (05) – Área plantada de arroz, feijão e soja em alguns municípios da região sul maranhense entre os anos de 2000 e 2010.

Município	2000	2005	2010
------------------	-------------	-------------	-------------

	Arroz	Feijão	Soja	Arroz	Feijão	Soja	Arroz	Feijão	Soja
Balsas	23,2	0,6	70,7	8,1	0,7	85,7	3,2	0,2	90,2
São Raimundo das Mangabeiras	18,2	0,3	42,1	4,5	0,16	53,7	2,2	0,2	56,3
Loreto	22,4	0,9	67,8	7,9	0,1	78,3	3,1	0,2	54,2

Fonte: IBGE (2010)

O expressivo crescimento da área de cultivo de soja nesses municípios está no processo de modernização do setor agrícola nacional, na abertura de novos mercados externos e nas políticas de créditos e subsídios que o governo federal em parceria com o capital internacional vem fornecendo aos grandes empreendimentos agrícolas.

Nestes termos é possível perceber que o espaço da agricultura familiar vem sendo reduzido em favorecimento das grandes áreas produtoras de commodities. Esse crescimento sufocou a luta dos camponeses na região, não apenas os STTRs ficaram fragilizados como também as cooperativas foram sendo abandonadas e vistas com desconfianças. O exemplo mais nítido, fácil e rápido de desenvolvimento para a região é o agronegócio ou a pecuária extensiva. O espaço ocupado pelo cooperativismo agroextrativista ainda é pequeno e quase insignificante.

Para os agricultores camponeses restam o ônus da produção tradicional, das péssimas condições de acesso aos mercados regionais, das precárias assistências, dos créditos escassos e a conseqüente migração para os centros urbanos. Entre os anos de 1990 e 2000, algumas organizações não governamentais em parceria com secretarias ministeriais providenciaram recursos humanos e financeiros para incentivar a produção dos agricultores camponeses. Para isso, seria necessário que eles estivessem organizados em associações ou cooperativas. Multiplicam-se as associações de camponeses e, em alguns lugares, são constituídas cooperativas agroextrativistas no intuito de organizar os agricultores e fomentar uma produção de base ecológica e solidária.

4.2 As Cooperativas de São Raimundo das Mangabeiras e de Loreto

Conhecidas como COOPEVIDA (São Raimundo das Mangabeiras) e COOPRAL (Loreto), as cooperativas agroextrativistas atuam em uma região onde a produção está direcionada para o monocultivo de grãos e cana de açúcar. Em São Raimundo das Mangabeiras, por exemplo, apenas quatro estabelecimentos foram responsáveis pelo cultivo de mais de 20 mil hectares de cana de açúcar em 2011 (IBGE, 2011). Quanto à população rural, os dois municípios somam 34% do total de munícipes, ou seja, a cada 3 (três) moradores destes municípios 1 (um) reside na área rural. Mesmo diante de tamanha representatividade, a questão agrária ainda é um imbróglio. Segundo o IBGE/Censo Agropecuário (2006), no município de Loreto existem 878 estabelecimentos rurais, 46% pertencem a arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem terra.

No que se referem às questões socioeconômicas, os municípios apresentam números aproximados. Como podemos ver na Tabela (05) a taxa de analfabetismo em Loreto representa 28,9% e em S. Raimundo das Mangabeiras 27,3%. A incidência de pobreza em 2003 era de 62% em Loreto e 61% em S. Raimundo das Mangabeiras. Por outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2008 foi de R\$ 5.949,24 em Loreto e 5\$ 23.436 em S. Raimundo das Mangabeiras.

A elevada produção per capita dos municípios seria louvável caso não fosse seu também elevado nível de desigualdade socioeconômico representado pelo índice de Gini³⁶ conforme Tabela (05) abaixo.

Tabela (05) – Síntese de dados sobre a questão socioeconômica em São Raimundo das Mangabeiras e Loreto.

Item	Municípios
------	------------

³⁶ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,576, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em outubro de 2012.

	São Raimundo das Mangabeiras	Loreto
1. População (2010)	17.474	11.390
1.1 Rural	4.991	5.030
1.2 Urbana	12.533	6.360
2. Taxa de analfabetismo (2008)	27,3%	28,9%
3. Incidência de pobreza (2003)	61,2%	64,65%
4. PIB (2008)	R\$ 385.453	R\$ 63.336
5. Índice de Gini	0,39	0,43

Fonte: elaborado pelo autor, 2012.

É neste cenário de desigualdades e privilégios que as cooperativas agroextrativistas foram criadas. Com diferença de apenas cinco meses, as duas organizações surgem respectivamente, em novembro de 1992 e abril de 1993 fazendo parte de um movimento camponês formado pelo movimento sindical, pelo partido político, pelas associações e uma rede de comercialização cooperativa.

Com objetivos semelhantes, as cooperativas agroextrativistas se propõem à produção coletiva e ecológica, à comercialização solidária de forma que possam apresentar-se à sociedade como uma alternativa ao modelo de produção do agronegócio na região sul maranhense. O enfrentamento, além de político deveria também ser produtivo, ou seja, as cooperativas produziram de forma agroextrativista e solidária. Para isso seria necessário organizar os camponeses e suas respectivas unidades de produção, promover cursos técnicos e adquirir maquinários e equipamentos. Essa perspectiva era vista com otimismo por alguns, mas inacreditável para outros. Como conseguir organizar os camponeses, oferecer cursos e o mais difícil ainda: comprar equipamentos, transportes, máquinas, etc., sem recursos financeiros suficientes? A mobilização e articulação dos camponeses foi o primeiro passo desenvolvido pelas lideranças que incentivavam o cooperativismo na região.

Conforme o Quadro (04), podemos visualizar o número de comunidades e camponeses envolvidos na fundação das cooperativas, as instâncias administrativas e os objetivos iniciais tanto da Coopevida quanto da Coopral. Como podemos ver, a COOPEVIDA foi constituída por 42 sócios sendo que mais de 75% viviam em catorze comunidades rurais do município, enquanto os demais moravam na sede do município, mas que também eram agricultores familiares. A COOPRAL com apenas 31 sócio-fundadores estendia-se por oito comunidades com uma concentração maior no povoado Água Alva (10), reduto mais forte do movimento campesino de Loreto, responsável não somente pela criação da cooperativa como pela tomada do STTR das mãos dos pelegos. Estes cooperados camponeses eram arrendatários, pequenos proprietários, parceiros e até produtores sem terras que se envolviam com as cooperativas no intuito de retomar a terra e à produção familiar.

Quadro (04) - Informações sócio-organizativas das Cooperativas de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto de 1992 e 1993.

Dados iniciais	Coopevida	Coopral
Sócios fundadores	36 homens 6 mulheres	23 homens 8 mulheres
Comunidades e nº de famílias envolvidas	Cabeceiras (2); Cabaça (6) Vazante (2); Brejão (1); Zé Miguel (1) Galheiro (2); Descanso (3); Estiva (2); Vale Verde (7); Brejo Grande (3); Bacuri (1); Monte Alegre (1); Alpercato (1); e Surubim (2).	Água Alva (10); Ribeira (2); Jatobá (2); São Luís (1); Fogoso (1); Vereda Bonita (2); e Buritizal (1).
Instâncias Organizativas	Assembleia Geral – Conselho de Administração (Presidente e Vice – Secretaria Geral e Vice – Tesoureiro e Vice) – Conselho Fiscal	Assembleia Geral – Diretoria (Presidente e Vice – Secretaria Geral e Vice – Tesoureiro e Vice) – Conselho Fiscal
Objetivos	1. Estímulo ao desenvolvimento e a defesa de suas atividades econômicas; 2. Venda em comum da produção agrícola e extrativista	Desenvolvimento da produção agroextrativista

Fonte: Elaborado pelo autor em 2012

Ainda conforme o Quadro (04), percebemos algumas semelhanças tanto na estrutura organizativa quanto nos objetivos das duas cooperativas, o que representa um afinamento com o CENTRU. O alinhamento das cooperativas do sul do Maranhão deveria seguir as deliberações tanto de sua assembleia geral – instância máxima de deliberação, quanto do movimento sindical, principal aliado do cooperativismo agroextrativista. Cabia à cooperativa:

- Transportar do local da produção para suas dependências, os produtos de origem agrícola, vegetal ou animal de seus associados;
- Classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar, registrar as marcas de seus produtos;
- Adquirir, na medida em que o interesse social aconselhar, gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal para fornecimento aos seus associados, assim como ferramentas e utensílios agrícolas para a produção agroextrativista;
- Realizar operações de crédito; e
- Prestar assistência técnica.

O metabolismo que dinamizava as atividades das cooperativas era os Grupos de Produção de Base. Segundo ex-presidente da Coopevida (2012), na década de 1990, a Cooperativa chegou a ter 30 GPBs, três vezes mais que a Coopral. Em 2004, houve uma redução radical na quantidade de GPBs sendo 9 da Coopevida e 4 da Coopral. O elevado número de GPBs nos primeiros anos das cooperativas pode ser explicado pela execução de projetos sociais financiados pelos programas governamentais e não governamentais. Segundo o presidente da Coopral Sr. P.P. – falando sobre o momento de maior envolvimento dos cooperados – os projetos mobilizam no início, mas frustravam durante a execução.

Hoje a gente se encontra com um quadro reduzido, chegamos a ter 46 cooperados em um período em que a gente conseguiu um pouco de estrutura para cooperativa através do PD/A: transporte, material de escritório, equipamentos para beneficiamento, chegamos a fazer isso, com freezers cheios de polpas de frutas, chegamos a exportar para a frutasã. Nesse período, quando o pessoal viu esse trabalho, muita gente veio para a cooperativa. Além de polpas, nós conseguimos adquirir a compra de doces de buriti. (Sr. P.P. Entrevista concedida em maio de 2012).

Para melhor visualização desses apoios e incentivos, listamos abaixo, no Quadro (05) diversos projetos executados pelas cooperativas agroextrativistas ligadas ao CENTRU-MA e a Rede CCAMA. No Quadro (05) explanamos o projeto, seu órgão financiador, os objetivos, ano e executor. Sob um olhar geral, identificamos 8 projetos atuando em diferentes setores: produção, comercialização, capacitação e infraestrutura. Os três primeiros projetos orientam suas atividades exclusivamente para o setor de produção, enquanto outros procuram atender todos os setores, como é o caso do projeto **Agroextrativismo: alternativa sustentável e solidária dos povos do cerrado maranhense** aprovado em 2006 com duração de 12 meses e que deveria capacitar os atuais cooperados e possíveis cooperados camponeses indicados pela rede CCAMA. Com um recurso previsto de mais de 655 mil reais, os objetivos do Projeto contemplavam os distintos setores citados acima.

O objetivo desses projetos era promover o cooperativismo e proporcionar aos camponeses da região sul maranhense conhecimentos técnicos sobre gestão e produção ecológica. Para o CENTRU-MA, a Unidade Produtiva Familiar é o espaço onde começa essa mudança. Os camponeses exercem um papel fundamental na criação desse modelo a partir de uma produção agroecológica e uma comercialização solidária. Observamos também, a partir de visitas a campo, que os Sistemas Agroflorestais, modelo produtivo dessa proposta tem sido bem executado em algumas UPFs, contudo, a comercialização dita solidária, ainda é o maior gargalo desse desenvolvimento.

É notório o quanto os projetos sociais de recursos governamentais e não governamentais colaboraram para a subsistência das cooperativas ao longo de sua trajetória. Durante mais de duas décadas as cooperativas vêm recebendo incentivos para realização de cursos, assistência técnica, produção ecológica, aquisição de equipamentos e transportes, etc.

Para o ex-presidente da Coopevida Sr. J.A. (2012), ao longo de seus 20 anos, as cooperativas de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto estiveram “executando projetos dos outros”

(...) o que acontece hoje é que o sindicato tem um projeto, as cooperativas tem outro, as ONGs tem outro, são diferentes e até brigam... (Ex-presidente da Coopevida, entrevista concedida em dezembro de 2011).

De abrangência regional e com objetivos específicos, esses projetos influenciaram significativamente a organização e orientação produtiva das cooperativas. Logo, a proposta agroextrativista adotada pelo movimento cooperativista da região estava de alguma forma sujeito às influências de programas governamentais e não governamentais de desenvolvimento da Amazônia e do Cerrado custeado por ONGs nacional e internacional ou mesmo pelo próprio Estado. Lembramos aqui, do conceito de **ótimos diferenciais** e de **cooperação vertical** desenvolvido por Chayanov no início do século XX. Para ele (apud Guzman & Molina, 2005, p. 67), tanto os ótimos diferenciais quanto a cooperação vertical provocariam a “possibilidade de que o conhecimento local atue como elemento gerador de tecnologias autóctones, capazes de captar o potencial endógeno dos recursos naturais”. Ou seja, o envolvimento dos camponeses cooperados no processo de comercialização e de industrialização da produção agrícola levaria o pequeno produtor a incrementar na sua Unidade de Produção outras técnicas e formas de produzir que não apenas o tradicional,

O pequeno produtor é obrigado a adequar o seu plano organizacional à política das cooperativas nos setores de comercialização e industrialização, melhorar as técnicas de trabalho e passar para métodos de produção mais completos, capazes de elevar a qualidade de seus produtos. (IBIDEM).

Contudo, a descontinuidade e fortuidade dos projetos vêm sendo crucial para a dispersão social e malogros das cooperativas. A execução desses projetos de forma esporádica prejudica a relação da direção da cooperativa com os cooperados. Podemos citar o caso do projeto de construção da **Fábrica de beneficiamento de castanha de caju**. Sob o título Cerrado é Vida, o projeto da fábrica envolveu todas as cooperativas da Rede. Estas e as associações camponesas deveriam enviar sua produção de castanha para o beneficiamento em São Raimundo das Mangabeiras onde seria agroindustrializada e comercializada no mercado regional, nacional e até mesmo internacional. Com apoio do FUNBIO, SENAES e Fundação Banco do Brasil (FBB) a Rede CCAMA construiu à 32 km da sede do município de São Raimundo das Mangabeiras, na Comunidade Nova Descoberta, a primeira fábrica de castanha de caju do sul do Maranhão gerida por agricultores

familiares camponeses com potencial de 1.100 Kg/dia de castanha de caju (in natura).

Na primeira safra, apenas a COOPEVIDA forneceu castanha para a rede, foram cerca de 5.800 kg de castanha de caju depositados para beneficiamento na Fábrica na safra de 1999/2000. A COOPRAL só começou a depositar sua produção na fábrica na safra 2001/2002 alcançando mais de 1.800 kg de castanha. Abaixo, o Quadro (06) apresenta quanto cada cooperativa da Rede depositou entre os anos de 1999 e 2005.

Quadro (06) - Demonstrativo da compra de castanha de caju, segundo as afiliadas da CCAMA.

Afiliadas	Anos					
	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Cooprma	400	1.030	5.505	8.745	0	15.300
Coopajol	6.000	2.735	42.295	33.330	0	33.145
Coopai	7.000	12.000	8.300	8.490	0	3.210
Coopemi	0	0	0	6.415	0	2.120
Coopevida	5.800	20.000	6.675	2.415	0	4.715
Coopral	0	0	1.880	1.455	0	2.340
Total	19.200	35.765	64.655	60.850	0	60.830

Fonte: Furtado e Vaz (2005)³⁷.

De acordo com o Quadro (06), as duas cooperativas da região sul tiveram participações diferentes no processo produtivo da fábrica. Enquanto a COOPEVIDA forneceu 20 mil kg de castanhas na safra de 2000/2001, a COOPRAL nem chegou a fornecer sua produção. Dentre as cooperativas que mais se destacaram no fornecimento de castanha, está a COOPAJOL chegando a mais de 42 mil kg na safra de 2001/2002.

A construção da fábrica exigia uma qualificação empresarial dos camponeses tanto na administração da fábrica quanto das cooperativas. Com isso, a Rede CCAMA e o CENTRU-MA providenciaram parcerias com instituições especializadas em gestão e teve o SEBRAE como um importante parceiro. Contudo, os atrasos nos recursos e o baixo retorno lucrativo das atividades não chegou a garantir o capital de giro necessário para o

³⁷ Este Quadro foi extraído do Relatório Final de Avaliação do Projeto Cerrado é Vida, elaborado por Carlos Augusto Furtado e Patricia Vaz em janeiro de 2005.

funcionamento da fábrica. Desta forma não foi possível comprar a produção dos cooperados que, por sua vez já não forneciam o necessário para o engendramento da unidade de beneficiamento. Segundo um dos assessores do Projeto³⁸, a fábrica nunca chegou a comercializar os produtos que pretendia (cajuína, caju desidratado, geleia de caju, licor e castanhas). O projeto, segundo ele, deu uma parada, mas novas discussões estão sendo refeitas no intuito de reorganizar o projeto.

Essa história não terminou... Estamos tentando repassar a área para a Coopevida e aí assumir o processo de construção do empreendimento iniciando com a habitação da área por 20 famílias e a reconstrução da fábrica (...) em torno da fábrica, construir um ambiente de fábrica escola e de formação sócio produtiva e ambiental das famílias e a integração de algumas políticas públicas: PRONAF, PNAE, PAA, PNHR, PNATER entre outras... (Sr. A.P., Assessor do projeto na época, entrevista concedida em 02/05/12)

Este projeto teve o apoio do FUNBIO e foi encerrado em 2011 depois de ter sido suspenso por um período de aproximadamente dois anos descontínuos. Contudo, a proposta geral do projeto permanece, novos planejamentos estão sendo elaborados com o objetivo de retomar as atividades e fazer com que a fábrica seja gerida pelos camponeses cooperados.

As cooperativas agroextrativistas chegaram a produzir bastante, mas sua maior dificuldade foi com a saída, ou seja, com o processo de comercialização: logística, marca, embalagem e garantia de compra dos produtos.

Enquanto uns acreditavam na produção sustentável e o avanço para a comercialização, outros percebiam apenas a preservação da natureza. Nesse contexto de debates, as cooperativas estagnaram, o avanço do cooperativismo se dava apenas graças aos projetos/programas de apoio nacional ou internacional. A preocupação dos camponeses era evidente: para que tipo de desenvolvimento deveriam direcionar suas forças, como adentrar no mercado capitalista se o modo de vida camponês obedece a uma práxis peculiar? Mesmo diante das dúvidas persiste a confiança dos que ainda permanece no movimento cooperativo.

Podemos afirmar que as cooperativas agroextrativistas, ao longo dos seus 20 anos passaram pelas três correntes ambientalistas classificadas por Martinez (2007). É notório o quanto a cultura conservacionista predominou

no início do movimento cooperativista. O cultivo de frutos nativos e o não aproveitamento tanto destes quanto dos frutos nativos é uma evidência do culto ao silvestre, da máxima em defesa da natureza intocada. Esta hipótese é confirmada pelo ex-presidente da Coopevida da seguinte forma:

(...) Eu acho que o CENTRU errou muito, de achar que as cooperativas era um instrumento de ambientalista, era um instrumento de construção de um sistema que não discutia muito a questão econômica, aquele tempo até o pé de goiaba era discutido mais pela sua importância ambiental, que pela importância econômica, pois se um pé de mangaba não botasse fruta, não tinha muita preocupação, a preocupação era de ter o pé de mangaba ali, vivo... (Sr. J.A., ex-presidente da Coopevida, 2012).

Da década de 1990 até os anos 2000, os camponeses cooperados decidiram por constituir uma central que congregasse as cooperativas agroextrativistas. Em 2000 foi fundada a Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão também conhecida como Rede CCAMA. Antes da criação da CCAMA, o CENTRU-MA em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista elaboraram um projeto que marcou a trajetória de suas cooperativas agroextrativistas, o Projeto Frutos do Cerrado.

4.3 O Projeto Frutos do Cerrado e as cooperativas agroextrativistas

O Projeto Frutos do Cerrado era um dos 194 subprojetos de desenvolvimento sustentável do subprograma PD/A (Projetos Demonstrativos A) que começou suas operações em 1995. O PD/A nasceu dos diálogos entre financiadores do Programa Piloto – o Grupo dos 7 países industrializados e o governo brasileiro – e organizações da sociedade civil amazônica que exercia um trabalho diretamente com as populações locais e suas respectivas organizações e associações de base, além de organizações não governamentais³⁹.

Resultado de um diálogo entre o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e as lideranças indígenas da etnia Krahô, a ideia básica do PFC era beneficiar os frutos nativos do cerrado e gerar renda para as comunidades indígenas. Desta

³⁹ “O Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PP-G7) foi anunciado em 1992 durante a conferência mundial de meio ambiente e desenvolvimento – ECO92. Foi resultado de um longo processo de pressões que os movimentos ambientalistas e de defesa dos direitos indígenas, nacional e internacional vinham sustentando contra os impactos negativos das políticas desenvolvimentistas levada a cabo no Brasil e nos demais países do terceiro mundo” (PARECHI, 1992).

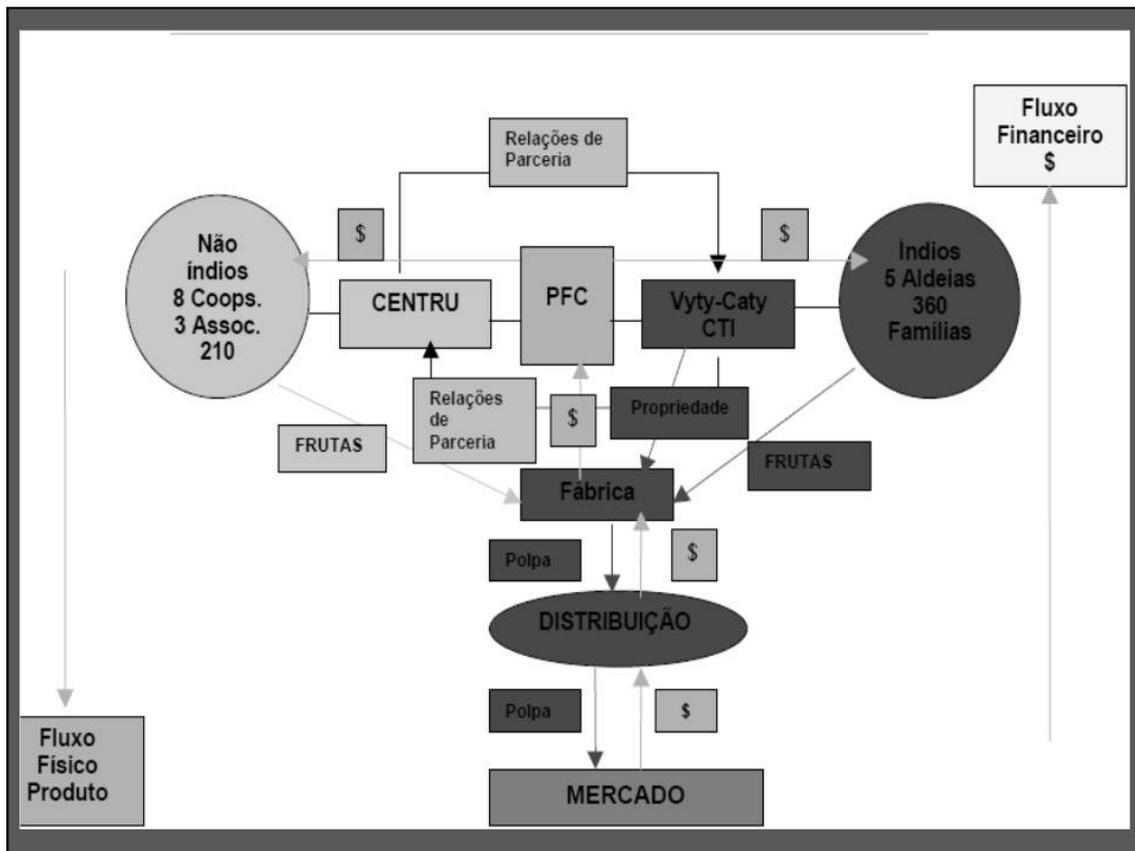
forma, o CTI providenciou junto à Comunidade Europeia uma série de estudos de viabilidade econômica, social e ambiental dos frutos do cerrado o que levou à criação do Projeto.

Por conseguinte, em 1995 foi criada a Associação Wyty Cate das comunidades indígenas do Tocantins e Maranhão que unia cinco etnias: Krahô e Apinajé, no Tocantins; e Canela, Krikati e Gavião no Maranhão. Ainda no mesmo ano, os indígenas e o CTI discutiram a construção de uma fábrica de polpas de frutas em Carolina/MA, o que resultou na criação de uma unidade experimental que ficou registrada sob a marca FrutaSã de propriedade dos povos indígenas da Associação Wyty Cate.

O crescimento da fábrica e a insuficiência de frutos depositados obrigaram os indígenas e o CTI a procurar novos parceiros para o fortalecimento do PFC. Foi então que o CENTRU-MA e as Cooperativas Agroextrativistas entraram no Projeto. A parceria estabelecia que: a Wyty Cate era a dona da fábrica e da marca FrutaSã, os camponeses eram donos da matéria prima que deveria ser coletada e entregue para processamento em Carolina/MA. Após a venda das polpas de frutas, o lucro deveria ser dividido entre os parceiros de forma igualitária.

Desta forma, em 1996, o PFC se transformou em uma rede formada por 14 organizações entre associações e cooperativas ficando conhecida como Rede Frutos do Cerrado (RFC) que unia camponeses e indígenas do Maranhão e Tocantins em torno da fábrica FrutaSã. A RFC compreendia um universo de dez municípios tendo Carolina como seu centro de processamento, armazenamento e distribuição. Conforme a Figura (03), oito cooperativas agroextrativistas e mais três associações vinculadas ao CENTRU-MA forneciam frutas in natura ou pré-beneficiada nos seus respectivos municípios e depois enviavam para a sede em Carolina/MA. Da mesma forma, as cinco aldeias assessoradas pelo CTI coletavam e/ou pré-beneficiavam os frutos e os entregavam na sede.

Figura () - Rede Frutos do Cerrado - RFC



Fonte: Samuel Ribeiro Giordano, 1998.

Conforme a Figura (03), o fluxo físico representa o processo de coleta e/ou pré-beneficiamento, transporte e distribuição das polpas para o mercado. O fluxo financeiro deveria ser o retorno da comercialização das polpas, contudo, este retorno não era suficiente para distribuir entre todas as organizações. Como podemos ver, o universo atendido pela Rede envolvia 360 famílias das cinco aldeias e 210 famílias de camponeses cooperados de sete cooperativas: COAGRIL (Riachão/MA), COOPEVIDA, COOPERJOL (João Lisboa), COOPRAMA (Amarante), COOPRAL, COOPEMI (Montes Altos) e COOPAEMA (Estreito).

Podemos afirmar, conforme relatos de estudos/pesquisas, que o Projeto Frutos do Cerrado proporcionou, ao mesmo tempo, uma grande esperança seguida por uma grande frustração para as recém-criadas cooperativas e associações camponesas vinculadas ao CENTRU-MA. Em 1998, em um estudo sobre as relações institucionais e aspectos sociais do Projeto Frutos do Cerrado, Samuel Ribeiro Giordano observou e anotou os descontentamentos, por parte dos camponeses cooperados com a RFC:

Dentre as cooperativas visitadas (Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, representantes de Montes Altos e João Lisboa) percebeu-se um desânimo generalizado por conta de uma convicção coletiva que o atual modelo de coleta nas cooperativas e entrega em Carolina é inviável. (GIORDANO, 1998, p. 8).

Referindo-se também a tentativa de união inter-étnica entre índios e não índios para a organização da RFC, Siqueira (2005, p. 109) destaca que “o desfecho da Rede Frutos do Cerrado [gerou] frustrações de lado a lado”. Esses problemas internos não é fruto apenas de conflitos inter-étnicos, uma série de outras questões colaboraram significativamente para o saldo negativo da RFC. Dentre estas questões destacamos: a capacidade produtiva da fábrica, o transporte em geral e o conselho gestor da RFC.

O abastecimento da fábrica dependia de uma regularidade no fornecimento dos frutos, o que não era realizado nem pelos povos indígenas, nem pelos camponeses cooperados, por outro lado, quando havia um grande fornecimento, a capacidade produtiva e de armazenagem da fábrica não correspondia ao volume de produção fornecido. A capacidade produtiva da fábrica que deveria atender aos dez subprojetos era de 15 a 30 kg/h (quilos por hora) de polpa o que, segundo estudos de viabilidade econômica, a necessidade era de 200 kg/h.

Além da baixa capacidade produtiva e de armazenamento, a distância era um dos maiores empecilhos para o funcionamento do projeto. Para termos uma ideia desta distância e de suas dificuldades: entre os municípios envolvidos e a fábrica em Carolina/MA a área geográfica compreendia um raio médio de 350 km e as péssimas condições das estradas acarretava em aumento no custo do deslocamento, na manutenção dos veículos e na perecibilidade dos frutos.

Para articular e organizar toda essa Rede, foi criado um conselho gestor formado pelas associações indígenas, pelas cooperativas camponesas e pelas entidades de assessoria: CTI e CENTRU-MA. Cabia a este conselho, formado por 14 organizações de 11 municípios, supervisionar, monitorar e tomar decisões gerenciais sobre os rumos da Rede.

O Conselho, como ainda é conhecido, era completamente dispendioso e ineficiente. Além das despesas de locomoção, não garantia uma participação que representasse todas as organizações envolvidas. Além do mais, uma dificuldade inicial persistia, o conhecimento gerencial tanto dos indígenas

quanto dos camponeses era insuficiente para a magnitude do PFC. O Conselho não dava conta das inúmeras irregularidades que iam aparecendo na execução do projeto.

Dentre as quais destacamos a utilização dos veículos para outros fins que não a do PFC; atraso no plantio de frutas; atraso na entrega dos relatórios, nas prestações de contas; etc. O acúmulo de erros e problemas foi desgastando o Conselho, que resultou na separação entre entidades camponesas de um lado e organizações indígenas para outro.

Abaixo, reproduzimos uma entrevista de uma liderança indígena que relata as dificuldades de diálogo no Conselho:

A gente participa do Conselho, dessa rede toda de produtores rurais, da cooperativa e a nossa organização, que com o apoio do CTI, a ideia que a gente é dono da fábrica. E os produtores rurais não-indígenas e os das associações seriam sócios nossos de trazer as frutas e a gente compra deles, e a fábrica é dos *mehin* (dos índios). Certo tempo, eles não gostaram disso...na reunião, assim, o branco tem esse negócio de horário para falar né? 15 minutos, 3 minutos, 2 minutos, sei lá. Aí assim, o índio não tem esse hábito de participar de reunião com poucos minutos assim, ter uma visão fixa para falar... e assim quando a gente participava de reunião, ninguém... A gente, eu pelo menos sou difícil de falar, eu não gosto de falar português e eu fico com medo de falar as coisas erradas, mas sabe, quando é preciso falar a gente fala. (Jonas Gavião, depoimento realizado durante entrevista com representante do PDA, em Carolina/MA em 2005 apud SIQUEIRA, 2005, p. 107).

Entre os anos de 1996 e 1997, a RFC já contemplava dez municípios, sendo um no Tocantins e os demais no Maranhão. Em cada município funcionava um subprojeto do PD/A, base de referência da Rede.

No Maranhão foram aprovados 20 subprojetos tendo como proponentes as cooperativas e associações de índios e não índios. Todos estavam voltados para a produção e comercialização agrícola. Destes 20 subprojetos, 11 estavam vinculados com a RFC. Segundo Siqueira (2005, p. 106), “os subprojetos das cooperativas previam atividades de coleta, armazenagem e transporte de frutas, capital de giro para aquisição de matéria-prima, cursos de capacitação e instalação de rede de comunicação de radiofonia”. Tanto a COOPRAL quanto a COOPEVIDA participaram ativamente do Projeto Frutos do Cerrado. Em algumas comunidades rurais foram implementados Sistemas Agroflorestais, construção de viveiros, compra de equipamentos e veículos⁴⁰

⁴⁰ No que se refere a aquisição de veículo, todos os subprojetos compraram uma Toyota. (SIQUEIRA 2005)

para o transporte da produção. Por não possuir recursos financeiros para comprar a produção dos cooperados, o Projeto garantiu esse capital de giro para garantir a movimentação da produção. Neste sentido, foram coletados frutos nativos do cerrado e transportados para a sede da cooperativa no município e ficava armazenado nos pequenos galpões, contudo, quando a produção não era levada para a FrutaSã, muitos frutos apodreciam nos salões das cooperativas ou mesmo nas próprias comunidades quando o transporte não chegava.

As cooperativas de São Raimundo das Mangabeiras e de Loreto participaram ativamente da RFC, inclusive com um subprojeto do PD/A cada uma. No Quadro (07) resumimos alguns dos itens que estavam nesses subprojetos tais como: o título do projeto, objetivos, atividades e dificuldades das cooperativas no ano de 1995.

Quadro (07) – Resumo dos Subprojetos PD/A executados pela Coopevida e Coopral em 1995.

Item	Coopevida	Coopral
Projeto	Frutos do cerrado – Floravida	Frutos do cerrado/Loreto
Orçamento	U\$ 79.981	U\$ 75.728
Objetivo	Viabilizar o pleno funcionamento de uma unidade de processamento e beneficiamento industrial de frutos do cerrado (buriti, bacuri, bacaba, juçara, caju, cajá, mangaba, murici etc); gerar renda para o trabalhador rural; fortalecer a organização da comunidade envolvida no projeto; preservar e valorizar o cerrado.	Viabilizar o pleno funcionamento de uma unidade de processamento e beneficiamento industrial de frutos do cerrado (buriti, bacuri, bacaba, juçara, caju, cajá, mangaba, murici etc); gerar renda para o trabalhador rural; fortalecer a organização da comunidade envolvida no projeto; preservar e valorizar o cerrado.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de manejo, coleta e padronização de frutas; • Curso para viveirista; • Análise de solos; • Instalação de viveiros, produção de mudas; • Plantio; • Curso de aprofundamento em 	<ul style="list-style-type: none"> • Plantio de culturas permanentes • Fortalecimento da organização e capacitação dos recursos humanos • Extrativismo

	manejo	
Dificuldades	Falta de capacitação técnica; Projetos da associação que não deram certo; Falta de apoio aos pequenos produtores pelo Poder Público; inexistência de uma política ambiental Federal, Estadual e Municipal; pressão exercida por grandes projetos econômicos (Carajás, soja, eucalipto)	Falta de experiência do grupo na gestão e administração de projetos de desenvolvimento; Excessiva interferência dos representantes da Igreja local nas decisões da Cooperativa.

Fonte: Elaborado pelo autor em 2012.

Como podemos perceber, as cooperativas receberam mais de 75 mil dólares para realizar atividades semelhantes. Contudo, os repasses sofreram alguns bloqueios. Segundo Pareschi (2003, p. 164) “praticamente todas as entidades do Projeto Frutos do Cerrado sofreram bloqueios de recursos do PD/A”. Esses bloqueios foram entre os meses de abril e agosto de 1997, sendo normalizado entre os meses de setembro a novembro e com novo bloqueio em dezembro de 1997 até abril de 1998. O principal motivo para os bloqueios foram os atrasos e irregularidades na prestação de contas. Para Pareschi (2003) a racionalidade tecnoburocrática dos programas, as temporalidades e visões de mundo diferenciadas são questões muito aquém dos planejamentos elaborados pelos financiadores dos subprojetos.

Enquanto as regras do PD/A supõem uma racionalização e um planejamento ótimo de atividades, em que tudo deve dar certo ou, caso contrário, ser justificado, os agricultores estão inseridos em um contexto em que o projeto é apenas um componente de suas vidas, cujas atividades serão alocadas conforme suas conveniências, ânimos e relações entre si. O tempo dos camponeses é muito mais ligado aos ciclos naturais, ao trabalho de roça e à ida à cidade em casos de necessidade (religiosa, escolar, de mercado, partidária etc.) do que ao tempo marcado pelo relógio, pelo horário de expediente de uma repartição pública, pelo dia do mês ou da semana. Também por isso descuidaram várias vezes dos prazos estipulados pelo PD/A para entrega de relatórios. (PARESCHI 2003, 165)

A inserção no PFC fez com que os camponeses reorganizassem seu trabalho na unidade produtiva. Além de produzir para o autoconsumo, o tempo agora estava também comprometido com a coleta dos frutos e com a participação no processo de gerenciamento da Rede. Tudo era muito novo, uma outra realidade se apresentava para o camponês isolado, de vida simples e uniforme. A motivação inicial gerada pela estrutura disponível (recursos dos

fundos fixos para compra da matéria-prima, a chegada dos equipamentos, máquinas, veículos novíssimos, etc.) levantou os ânimos dos mais desconfiados camponeses, assessores, dos munícipes ou mesmo de representantes do poder público.

Com a separação entre as associações indígenas e as cooperativas camponesas em 1999, o PFC que começou com bastante entusiasmo, se desenvolveu de forma decepcionante.

Diversas análises foram feitas na tentativa de reestruturar a RFC e manter a unidade. Para os camponeses da COOPEVIDA, os mais animados com o Projeto, seria necessário redesenhar e descentralizar a produção devido à grande quantidade de frutos disponíveis em cada município. Além dos frutos nativos disponíveis nas unidades produtivas, o PFC, durante o PD/A, remunerava viveiristas para cuidar do plantio de novas frutíferas do cerrado e coordenadores que acompanhavam o desenvolvimento das atividades do Projeto nos seus respectivos municípios. Conforme a Tabela (06), podemos visualizar a quantidade de famílias envolvidas nas cooperativas e associações e o desempenho na implementação dos SAFs.

Tabela (06)– Implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAF) e o número de famílias envolvidas

Instituição	% do SAF implantado	Famílias envolvidas
Coop. de Riachão	30	43
Associação Soninho/Sta Maria/TO	50	8
Associação São José/Sta Maria/TO	40	12
AAPPC/Carolina	45	30
COOPEMI	40	20
COOPRAMA	30	40
COOPAEMA	35	40
COOPAJOL	25	33
COOPRAL	30	8
COOPAI	30	35
COOPEVIDA	90	26
Total	Média 37,72	295

Fonte: Assistência Técnica – PFC 1998

A Tabela (06) demonstra o quanto a COOPEVIDA foi a organização que mais avançou na implementação dos projetos agroflorestais (construção de viveiros e plantio de mudas) chegando a 90% do comprometido. O município de São Raimundo das Mangabeiras, sede da cooperativa, dista 257 km de Carolina e sua cooperativa foi uma das mais empolgadas com a RFC, acreditava na proposta de o PFC ser uma alternativa ao agronegócio da região, até porque o município é um dos mais ameaçados com a cultura de soja e cana-de-açúcar.

Contudo, a ingenuidade em torno do PFC criou duas situações opostas, de um lado a motivação e de outro a frustração com os empreendimentos coletivos. Muitos cooperados desfilaram-se das cooperativas resultando na desintegração da cooperativa de Riachão e na dispersão de sócios que acharam por bem voltar às suas atividades rotineiras e não mais se envolver com qualquer empreendimento cooperativista.

Por outro lado, em 2000, um ano depois da separação entre CENTRUMA e CTI, iniciou-se a construção da fábrica de beneficiamento de frutas do cerrado a Frutasã que passa a contar com uma estrutura mais ampla de processamento e armazenagem. No mesmo ano, a fábrica recebe o apoio do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social – DED – e recentemente, em 2010, inicia um projeto em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a organização holandesa ICCO⁴¹ de ampliação da fábrica, compra de novos maquinários e equipamentos e contratação de pessoal especializado para gerir o empreendimento tornando assim uma empresa de caráter hierárquica e capitalista.

Os principais benefícios gerados pelo PFC aos camponeses podem ser visualizados nas suas unidades produtivas. A implementação dos Sistemas Agroflorestais e a preservação dos ecossistemas estão presentes em algumas unidades que adotaram essas técnicas como meio não apenas de fornecer frutas para o beneficiamento, mas por entender a importância do cerrado para sobrevivência humana. Dentre os principais benefícios retirados da RFC, são destaques o aprendizado quanto a necessidade de organização social e produtiva, como revela Leroy e Toledo (2001),

⁴¹ A ICCO é uma ONG holandesa fundada em 1964 com intuito de fornecer apoio financeiro aos países pobres. A organização é protestante, mas afirma não ser isso um critério para apoiar grupos sociais pertencentes à outras religiões.

Os sócios pequenos criadores que antes “limpavam” os brejos, hoje cuidam de reflorestá-los, tomando a frente no questionamento aos empreendimentos de soja e cana que afetam a integridade dos rios e qualidade das águas (...) tomam frente contra as queimadas descontroladas (...) as associações e cooperativas relacionam-se com outras tantas entidades e exercem influência direta sobre elas. (Leroy e Toledo, 2001, p. 26-27).

Fica evidente o entusiasmo dos autores com a replicabilidade do projeto nas comunidades/municípios de abrangência do PFC. A reprodução das técnicas ecológicas voltadas para a preservação e, por conseguinte para a comercialização reforçam o discurso do desenvolvimento sustentável e a crença na ecoeficiência que acumula esforços e gera expectativas que, ora motiva ora dispersa. As mobilizações e articulações em torno do Projeto levantaram discursos de autogestão e de solidariedade. Ambos são reforçados pela corrente teórica da economia solidária que, pela sua superficialidade e indefinição margeia a monotonia e a imobilidade.

Nesta nova conjuntura, mais especificamente no início dos anos 2000 as cooperativas agroextrativistas juntamente com o CENTRU-MA fundaram a Rede CCAMA e elaboraram um documento público descrevendo suas orientações em cinco eixos temáticos: 1. Educação. 2. Comunicação. 3. Produção agroextrativista, gestão territorial e ambiental. 4. Comercialização solidária. 5. Fortalecimento institucional de suas estruturas de apoio e assessoria técnica. A criação da CCAMA foi considerado uma resposta à “traição” do CTI quanto às expectativas do CENTRU-MA e das cooperativas agroextrativistas em serem sócios da fábrica e poder utilizar a marca FrutaSã (PARESCHI 2003).

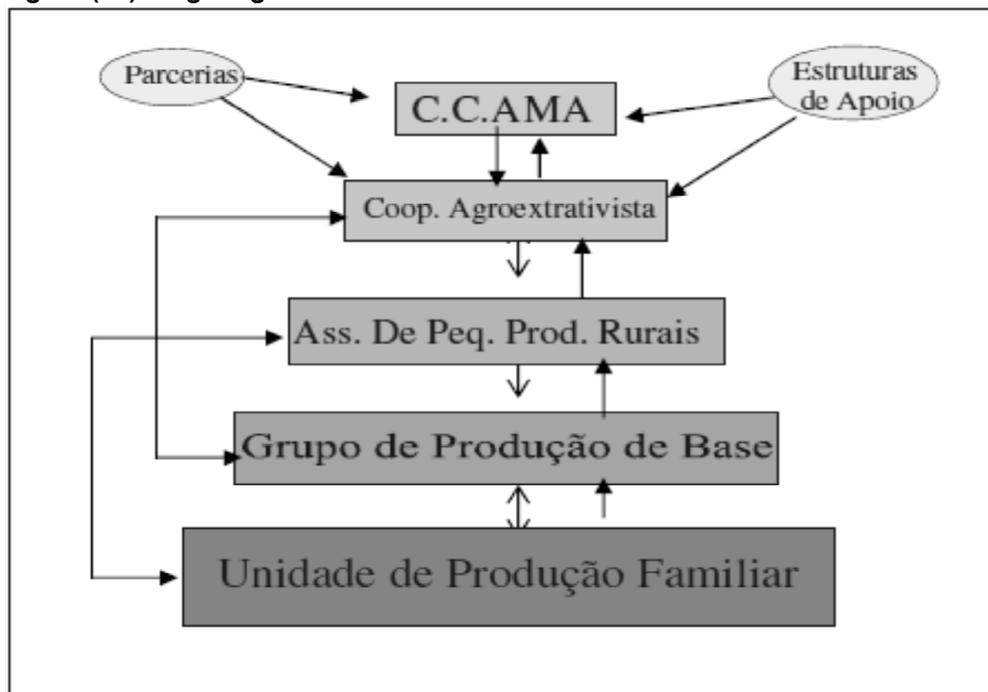
Sobre a criação da CCAMA e a separação entre os camponeses e os índios, o ex-presidente da Coopevida conta que o registro da marca e a propriedade da fábrica foram feitos de forma arbitrária e injusta,

A gente não conseguiu trabalhar junto, agricultores e índios, porque até então era trabalhado pra que agente tivesse a produção dos agricultores e índio, mas que também tivesse a infraestrutura, da industrialização dos agricultores e índios, e a entidade que assessorava os índios juntos com os índios, achava que a fábrica tinha que ficar pra eles, a fábrica, a marca..., e começaram até registrar isso em nomes deles, agente quando deu fé, que a FRUTASÃ que era pra ser uma marca nossa, dos índios e dos agricultores, porque tinha um pessoal da entidade que assessorava esse projeto, que era o CENTRU e o CTI, e o CTI tinha um grupo de biólogos e agrônomos que ficava em Carolina, mas tinha outros em Brasília, e eles nos passaram a perna, eles registraram a fabrica em

nome deles, registraram a marca em nome deles, e a proposta era que virássemos catadores de frutas dos índios, e essa não era a ideia, por isso que nasce a CCAMA... A CCAMA nasce nesse momento desse afastamento da experiência entre índios e agricultores. (ex-presidente da Coopevida, entrevista concedida em

Neste contexto, foram elaborados novos projetos de apoio à CCAMA no intuito de fortalecer o cooperativismo dando ênfase ao seu processo de agroindustrialização e comercialização. Abaixo na Figura (04), o organograma descreve didaticamente e responsabilmente como deveria funcionar a Rede.

Figura (04): Organograma da Rede CCAMA



Fonte: CCAMA, 2004

Conforme a Figura (04) é fácil verificar o quanto a Unidade Produtiva Familiar (UPF) exerce um papel determinante no funcionamento da Rede, logo porque é esse espaço o local de desenvolvimento das atividades que representariam o modelo sustentável e solidário ao qual o movimento propunha. Logo em seguida, o CENTRU-MA insiste nos GPBs iniciados na década de 1990 como instrumento de articulação local para a produção de determinado ou determinados produtos. As duas primeiras camadas são grupos de caráter informal, particular, de atividades primárias; a partir desse ponto são camadas de representação mais ampliada e complexa: cabe à Associação, uma função representativa e reivindicativa da comunidade; à Cooperativa compete o papel de representante socioeconômica dos

camponeses em âmbito municipal; e para a CCAMA coube a responsabilidade de articular todas as cooperativas em seus respectivos municípios para a agroindustrialização e comercialização do que é produzido nas UPFs.

Nesse sentido, a CCAMA e o CENTRU-MA elaboraram e executaram diversos projetos orientados na insistente perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário de comunidades rurais.

As cooperativas agroecológicas surgem para fomentar e canalizar a produção. O princípio é o mesmo dos “paióis coletivos” de 1960, organizar e controlar a produção. O avanço desse processo foi exigindo cada vez mais dos camponeses. A formação do CENTRU-MA, das Cooperativas, ocupação dos STTRs, das Associações e o relacionamento com ONGs internacionais foram apresentando ferramentas e instrumentos gerenciais da modernidade necessários para o fortalecimento dessas instituições.

Em 2007, no intuito de conhecer melhor a realidade dos camponeses ligados direta ou indiretamente ao CENTRU-MA, a Rede CCAMA, com recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) realizou um mapeamento da agricultura familiar na região sul e oeste do estado. O universo da pesquisa envolveu 35 associações e 5 cooperativas – COOPEVIDA, COOPRAL, COOPEMI, COOPAI e COPRAMA. As informações foram coletadas, tabuladas e publicadas em uma cartilha que foi entregue aos seus parceiros: sindicatos de trabalhadores rurais, associações, escolas familiares agrícolas, bancos públicos e organismos governamentais e não governamentais.

Com 516 questionários consolidados, o mapeamento abordou todos os municípios bem como os camponeses vinculados direta ou indiretamente à Rede. Segundo a pesquisa – no item educação formal – 77% dos camponeses são alfabetizados, contudo 78% não concluíram o ensino fundamental e 70% dos pais afirmaram que o campo pode sim ser um ambiente de moradia para os filhos concludentes do ensino superior.

No que se refere à participação desses agricultores camponeses em grupos organizados: 54% são filiados ao STTR, enquanto 37% estão em associações e 8% em cooperativas. Isso pode ser considerado uma evolução no processo de organicidade, civilidade e fortalecimento da Rede na continuidade geracional. Além do mais, o envolvimento em organizações comunitárias é o principal responsável pela alta percentagem de participação em: reuniões (30%), assembleias (26%) e mutirões (23%).

Contudo, as carências nos serviços públicos são bastante citadas nas entrevistas. Falta de água, falta de assistência técnica, falta de recursos financeiros, péssimas condições das estradas e falta de energia elétrica são comuns em quase todas as comunidades.

A ausência de políticas públicas dificulta relevantemente a produção, comercialização e compromete a qualidade do produto. Embora os programas sociais representem 12% da fonte de renda desses agricultores e a aposentadoria 18%, é a produção na propriedade que garante 64% da renda familiar.

Conforme o mapeamento foi identificado 13 tipos diferentes de cultivo nas UPFs. Destacamos a presença do arroz em 89% das unidades, o feijão com 86%, a mandioca 57%, 76% de milho, 30% de frutas e 37% para legumes/hortaliças. Além dessa produção, os camponeses agricultores familiares desenvolvem criações de pequenos animais como caprinos, aves, suínos e abelhas o que representa 59% dessas criações, enquanto que os outros 41% é destinado para criação de grandes animais especialmente o gado bovino.

Com relação à agroindustrialização, as dificuldades são maiores, pois apenas 26% afirmaram não beneficiar a produção devido à falta de recursos para adquirirem máquinas/equipamentos que industrialize a produção. Por conseguinte, a comercialização se dá por intermédio do atravessador que compra o produto *in natura* e revende nos centros urbanos. Para se ter uma ideia, apenas 9% da comercialização é feita pelo próprio produtor, enquanto 84% disseram vender a produção diretamente para o atravessador.

Portanto, a essência do Projeto Frutos do Cerrado continuou tanto nos projetos elaborados pelas cooperativas agroextrativistas quanto nos projetos dos indígenas. A parceria entre índios e não-índios permaneceria no campo político, mas não mais no econômico. Dessa forma, as cooperativas agroextrativistas foram se reduzindo ficando de fato apenas a Coopevida, Coopral, Coopemi e Cooprama.

5. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

5.1 Agricultores familiares camponeses cooperados

A participação dos camponeses da Coopral e Coopevida nos projetos sociais, ambientais e econômicos e a luta política nos sindicatos e contra o agronegócio na região proporcionou novas formas de ver a realidade do mundo rural tanto para academia quanto para os próprios camponeses, como bem descreve o sr. J.M., diretor comercial da Coopevida,

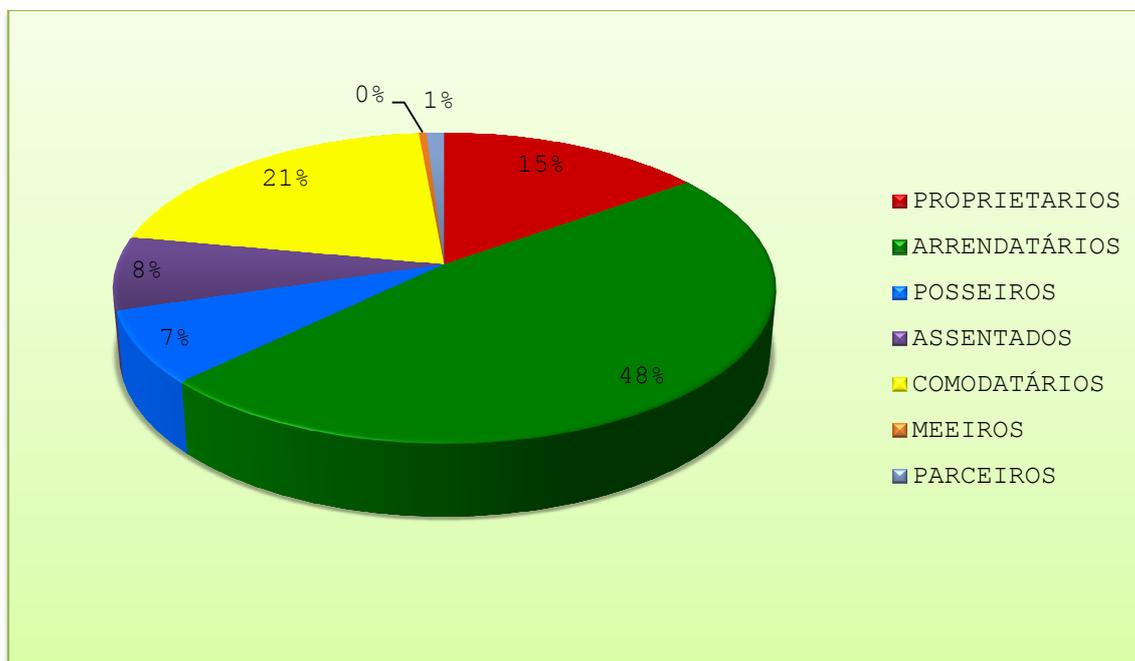
Isso tudo foi coisa que o camponês enfrentou na perspectiva de conseguir uma terra para produzir e após surgiu a proposta do cooperativismo. A gente conseguiu mudar de cultura, porque a vida do camponês é produzir arroz e feijão, criar uma vaca, duas... e a gente conseguiu plantar 4 ha de caju, começamos a trabalhar com horticultura. De lá para cá conseguimos tirar um sustento junto as políticas do governo seja no benefício social seja pela venda de produtos da agricultura para o município. (J.M. diretor de comercialização da Coopevida, entrevista concedida em dezembro de 2011).

Ou seja, o acesso a informações, técnicas de produção ecológica, formação política, acesso a programas governamentais foram envolvendo um número cada vez mais de agricultores camponeses em uma nova proposta de organização, produção e visão de mundo. De acordo com Angel Palerm (1980:196, apud Sevilla Guzmán *et. al.*, 2004):

El provenir de la organización de la producción agrícola parece depender de una nueva tecnología centrada en el manejo inteligente del suelo y de materia viva por medio del trabajo humano, utilizando poco capital, poca tierra y poca energía inanimada. Ese modelo antagónico de la empresa capitalista tiene ya su protoforma en el sistema campesino.

Dessa forma os camponeses cooperados a Coopevida ou a Coopral exercem um papel relevante nos seus respectivos municípios no que se refere a questão agrária e agrícola. Em 2011, foi realizado um diagnóstico socioeconômico com 700 agricultores familiares camponeses de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto. De acordo com o Gráfico (01), 48% dos agricultores são arrendatários e apenas 15% são proprietários, os demais se distribuem em meeiros, assentados, parceiros, posseiros e comodatários conforme gráfico abaixo:

Gráfico (01) Formas de ocupação da terra

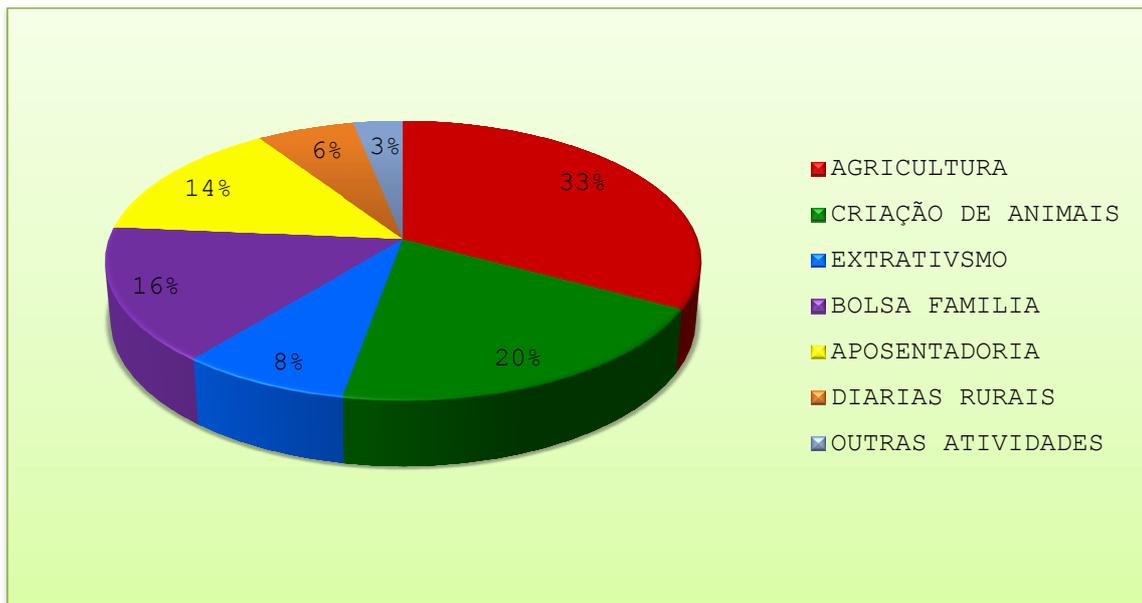


Fonte: Projeto Cerrado é Vida 2011

De acordo com o Gráfico (01), a quantidade de camponeses sem título de propriedade chega a 85%. No caso dos cooperados da Coopevida mais de 50% são assentados, na Coopral em um universo de 23 cooperados, 15 são proprietários coletivos de uma área de 115 hectares, apenas três possuem o título definitivo da terra e os demais se distribuem em herdeiros e ocupantes. Portanto, percebemos que a questão da regularização fundiária ainda é um problema a ser levantado pelo STTR e pelas Cooperativas junto ao estado.

Conforme o Gráfico (02) a agricultura e a criação de pequenos animais são predominantes na composição da renda familiar representando 53% da renda nas unidades familiares camponesas.

Gráfico (02) Composição da renda familiar



Fonte: Cerrado é Vida 2011.

Se entendermos que a prática agroextrativista envolve agricultura, extrativismo e criação de pequenos animais podemos afirmar então, conforme o Gráfico (02) que, 61% da composição da renda familiar vem do agroextrativismo. Dessa forma, com o acesso ao PNAE, a porcentagem do agroextrativismo na composição da renda familiar tende a aumentar para os cooperados da Coopevida, tendo em vista que a prioridade do programa é para produtos da agricultura familiar.

A organização dos agricultores familiares camponeses de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto em cooperativas agroextrativistas desperta nossa atenção pela trajetória desse movimento cooperativista que teve forte influência do CENTRU-MA. Tanto os camponeses que ainda estão quanto os que já saíram das cooperativas partiram de uma proposta comum: organizar e controlar a produção da agricultura familiar. Contudo, para a maioria dos cooperados o objetivo ainda era possuir uma terra ou simplesmente garantir a subsistência da família.

Segundo o sr. P.P. presidente da Coopral, “nosso sonho era se organizar em quanto grupo, fortalecer os agricultores (...) a nossa cooperativa foi fundada assim por pessoas mais simples possível, que não tinha produção”. Antes da criação da Coopral, foram realizadas reuniões específicas para discutir a proposta cooperativista. O público que participava dessas conversas

era oriundo de distintas comunidades rurais que também participavam das atividades do STTR, da igreja católica e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Pelo que observamos, a participação dos camponeses nas atividades políticas do STTR, do PT ou mesmo da igreja não era visto de forma diferenciada nas reuniões para criação da Coopral. Pelo que nos informou o sr. P.P., no dia da constituição da Coopral, algumas pessoas decidiram se filiar sem ter participado de nenhuma das conversas anteriores. O entusiasmo dos camponeses para a criação da cooperativa tem uma relação intensa com o movimento político partidário e sindical da década de 1980.

Em 1987, os camponeses de Loreto com o apoio do CENTRU-MA, do PT e de alguns setores da igreja, conseguiram eleger uma chapa para o STTR o que proporcionou um movimento mais forte e animado em torno da luta campesina contra o latifundismo da região. Logo após as eleições do STTR, foram feitas novas discussões sobre o fortalecimento do movimento sindical, para isso seria preciso que os camponeses controlassem a produção. De acordo com o sr. A.C. (ex-presidente do STTR/Loreto),

Quando foi na época que nós estávamos no sindicato a gente fazia aquela brincadeira que a gente fazia antes e dizia assim: 'o sindicato é a foice, o partido político é o machado', mais tarde nós descobrimos que não basta ser sindicalista, não basta ser político, mas eu preciso ter também o controle da produção... e foi aí que surgiu a discussão da cooperativa aqui em Loreto. (A.C ex-presidente do STTR/Loreto, entrevistas concedida em março de 2012).

Como podemos perceber, o movimento cooperativista em Loreto esteve diretamente atrelado à uma proposta metodológica de organização do campesinato em seus respectivos municípios. A proposta abrangia quatro esferas institucionais: o partido político, o STTR, a cooperativa e a entidade de assessoria técnica (no caso, o CENTRU-MA). Pelo que vimos, embora a organização produtiva fosse entendida como fundamental para o movimento campesino, foi na organização política que os camponeses mais se destacaram. Contudo, essa proposta durou muito menos na Coopral e ainda permanece como eixo norteador da Coopevida, portanto os agricultores camponeses sócios da Coopral se veem hoje com as mesmas ou ainda, com mais dificuldades que antes.

Na Coopevida, a situação é semelhante no processo de alianças e no público participante. Seus sócios são agricultores familiares camponeses,

filiados ao STTR, mais de 50% são sócios do CENTRU-MA, alguns filiados ao PT, mas que propuseram a criação da cooperativa num contexto diferenciado.

Segundo o sr. J.A. (ex-presidente da Coopevida), a cooperativa foi fundada em 1992, mas a discussão é bem antes, surgiu antes e depois da criação do Parque do Mirador,

(...) pois qual era o grande conflito nos anos de 1990 e 92, é que a lei que se tinha de parque estadual, era uma lei que não previa gente dentro do parque, era uma preservação sem gente é resultado de vários seminários que a gente fez ainda no Parque Estadual do Mirador, aí havia um conflito muito grande e a possibilidade de tirar o pessoal ali todo mundo na marra. E quando a gente começou a conversar com o próprio governo do Estado e fez alguns seminários, uma das ideias era criar uma cooperativa pra gente trabalhar a questão do aproveitamento das frutas do cerrado ali dentro do Parque Estadual do Mirador. (sr. J.A. ex-presidente da Coopevida, entrevista concedida em dezembro de 2011)

Fica claro que a organização da cooperativa esteve diretamente vinculada à necessidade dos camponeses do Parque do Mirador em lutar pela permanência e pela sobrevivência no Parque. A Coopevida é resultado de dois esforços, um ecológico e outro social representados na luta pela permanência no Parque e na organização dos agricultores familiares camponeses em uma Cooperativa Agroextrativista para controlar a produção. Isto nos leva a compreender que a criação da Coopevida, por si só elimina a preocupação ambientalista de apenas preservar, esse modelo de atenção às questões ambientais não considera as relações tradicionais estabelecidas naquele local.

A agricultura tradicional ou moderna desagrada aos ecologistas profundos em razão de ter conquistado espaço às expensas da vida silvestre. A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, livres da interferência humana. (MARTINEZ, 2007, p. 24)

Nesses termos podemos dizer que a organização dos camponeses em cooperativas agroextrativistas é uma prática ecológica e também política. O respeito e cuidados com os recursos naturais é tradicional, o que há de novo é a agregação do político nesse processo levando os camponeses cooperados à uma nova compreensão do espaço onde vivem.

Mais recentemente, entre os anos de 2008 e 2009, a Coopevida e Coopral enviaram cerca de 20 agricultores familiares camponeses cooperados e não cooperados para a Escola Técnica Agroextrativista (ETA) localizada no CETRAL. A antiga escola Padre Josimo Moraes Tavares passa a se chamar

ETA e assume a responsabilidade de capacitar jovens e adultos envolvidos com as atividades da Rede CCAMA.

A ETA é resultado de um projeto executado pelo CENTRU-MA entre os anos de 2007 e 2010 apoiado pelo Programa Desenvolvimento e Cidadania da Petróleo Brasileiro S.A/Petrobrás. Segundo o CENTRU-MA, o projeto tinha por objetivo:

Contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário dos agroextrativistas da região sul e oeste do Maranhão, através da capacitação e estímulo à produção agroextrativista de 360 jovens e adultos, agricultores familiares, promovendo a interação entre o saber científico e o saber popular, vivenciado pelas comunidades rurais, proporcionando melhoria na qualidade de vida e 15% no incremento de suas rendas após 12 meses. (CENTRU-MA/MA, 2006, p. 19).

Através desse projeto foi possível reformar e construir novos prédios no CETRAL, adquirir um veículo utilitário, contratar pessoal técnico e garantir uma melhor estrutura para o funcionamento da ETA. O público beneficiado era indicado pela Rede CCAMA e o projeto garantia o deslocamento, alimentação, hospedagem e material didático para os estudantes. Estes, por sua vez, recebiam capacitação intensiva durante uma semana sobre Cooperativismo e Associativismo, Economia Solidária, Criação de Pequenos Animais, Agroextrativismo, Sindicalismo e Gestão das UPFs.

O número de beneficiados com a Escola superou a expectativa inicial, os equipamentos e materiais, bem como os bens de consumo foram adquiridos, contudo, a irregularidade no provimento dos recursos prorrogou as atividades previstas para 12 meses fazendo com o projeto durasse mais de 24 meses com o mesmo orçamento. Com o atraso dos recursos financeiros e a extensão do prazo de execução, as atividades de aula e visitas técnicas foram comprometidas.

Após a participação na Escola, os alunos deveriam se envolver mais com as cooperativas agroextrativistas de seu município, essa era a tese. Mas, como podemos notar na Coopral *p.ex.*, praticamente 95% dos alunos não se envolveu com a cooperativa garantindo a estagnação de seu quadro social. Por outro lado, na Coopevida, a participação na ETA proporcionou uma nova fase que seguiu a seguinte etapa: 1) formação de uma diretoria provisória tendo a frente alunos da ETA; 2) regularização contábil e reformulação do Estatuto Social; 3) elaboração do estudo de viabilidade econômica do ponto comercial; e

4) acesso aos programas governamentais de compra da produção dos cooperados.

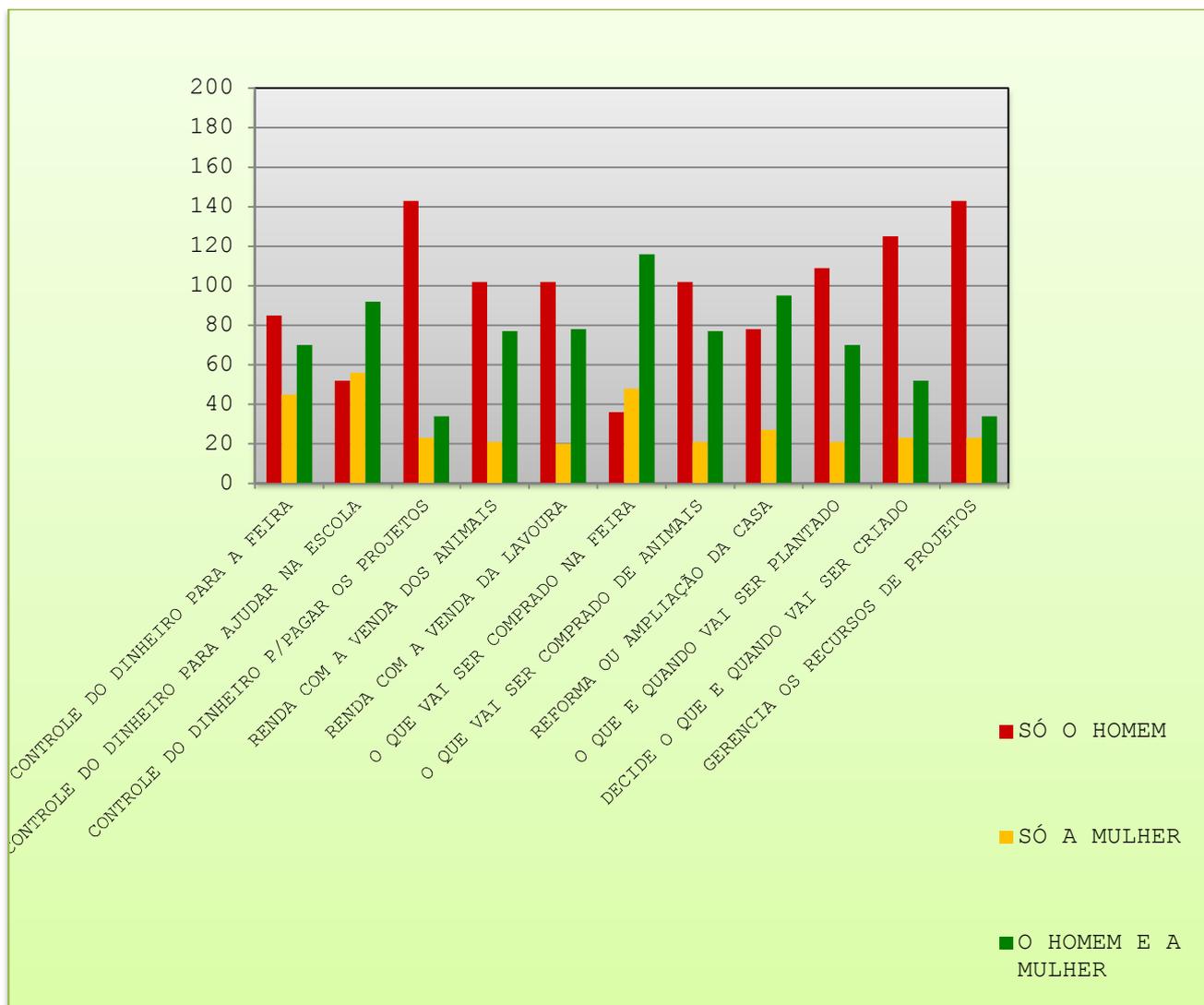
Assim como a Coopevida, em 2009 a Coopral, através da Rede CCAMA, elaborou um Estudo de Viabilidade Econômica da Produção de Doces (EVEPD). O estudo realizado de forma bastante participativa congregou quinze cooperados que se comprometeram a produzir doces em caldas, doces cristalizados, em barras, geleias ou em pasta utilizando as diversas frutas do cerrado disponíveis no município. O estudo levantou o potencial produtivo do município e localizou um corredor de trinta quilômetros de buritizal em Áreas de Preservação Permanente com capacidade produtiva para mais de trinta toneladas de doces. Embora o projeto contemplasse todos os cooperados, foram as mulheres camponesas (algumas ex-alunas da ETA) quem assumiram a produção, a comercialização e a organização da cooperativa, essas mulheres são conhecidas em Loreto como as Margaridas do Cerrado.

5.2 Coopral e as Margaridas do Cerrado

A participação das mulheres camponesas nas cooperativas agroextrativistas do CENTRU-MA vem sendo fundamental para as diversas atividades produtivas e organizativas do cooperativismo na região sul.

No contexto mais amplo, de acordo com o diagnóstico do projeto Cerrado é Vida de 2011, as relações sociais de gênero nas unidades produtivas familiares ainda mostram um disparate quanto à participação feminina no processo decisório e na atividade produtiva na família camponesa. Em um universo pesquisado de 346 homens e 317 mulheres atendidos pelo projeto Cerrado é Vida, a participação destas nas decisões e controle de recursos, terra e projetos ainda é bastante reduzida. De acordo com o Gráfico (03), quem decide o que vai ser plantado, criado e até mesmo quem gerencia os projetos (programas de crédito, a fundo perdido, etc.) ainda é de exclusividade masculina.

Gráfico (03) Acesso e controle familiar



Fonte: Cerrado é Vida 2011

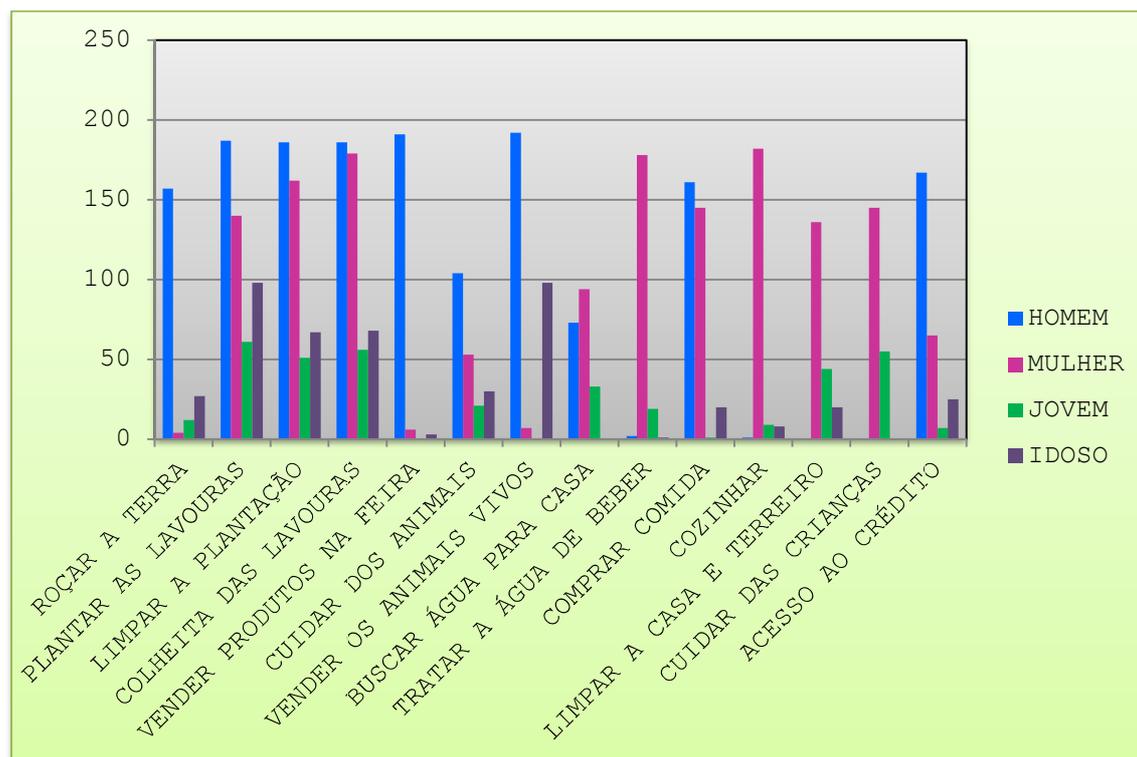
Ainda conforme o Gráfico (03), é no *controle do dinheiro para ajudar na escola* e *o que vai ser comprado na feira* os momentos de maior participação feminina chegando a ser superior a masculina o que pode ser explicado pelo fato de estar relacionado com a educação das crianças e com os ditos “afazeres domésticos”, consideradas atividades de mulheres. No que diz respeito às decisões, a participação tanto do homem quanto da mulher acontece somente em situações de *reforma ou ampliação da casa* e *no que vai ser comprado na feira*.

Nas cooperativas agroextrativistas a participação da mulher camponesa chega a mais de 40% do número de cooperados. Essa participação pode ser vista em toda a cadeia organizacional: na unidade de produção, nas associações de base, na direção das cooperativas, no processamento e beneficiamento e na diversificação dos produtos.

As atividades produtivas desenvolvidas pelas cooperativas agroextrativistas são procedentes do cotidiano das mulheres camponesas. Para o sr. J.A (ex-presidente da Coopevida), “quando tu fala assim da questão da agroecologia, dessa diversificação da produção, e aí vem muito mais as coisas de quintais, isso é com as mulheres e sempre foi”. Ou seja, podemos afirmar que, as mulheres agricultoras camponesas exercem forte influência sobre a produção das cooperativas agroextrativistas a exemplo da extração de polpas de frutas, fabricação do artesanato, produção de doces e sabonetes naturais do cerrado. A participação da mulher camponesa não é importante apenas na cooperativa agroextrativista, a unidade produtiva familiar depende fundamentalmente do trabalho feminino.

De acordo com o Gráfico (04), é possível visualizar a importância da mulher camponesa na unidade produtiva familiar.

Gráfico (04) Relações de gênero e geração no trabalho na lavoura



Fonte: Cerrado é Vida 2011.

No Gráfico (04), as atividades de plantio, colheita e limpeza das plantações mostram que as mulheres trabalham tanto quanto ou mais que os homens. Os cuidados com o espaço de convívio (casa, terreiro, quintais), com a água (buscar e tratar), com a cozinha e as crianças são de exclusividade das

mulheres. Por outro lado, a participação masculina na unidade familiar abrange atividades de gerenciamento (crédito), força (cuidar dos animais, roçar a terra, limpar as plantações) e de comercialização (venda na feira).

Para Silva (2005, p. 48), os problemas que as mulheres enfrentam começam na própria estrutura da agricultura familiar “é consenso entre elas [mulheres] o fato de que os homens, nos papéis de marido e pai, dominam o trabalho das mulheres e dos/as filhos/as”, ou seja, ficam comprometidas e concentradas nas mãos do homem, as decisões sobre a produção não havendo qualquer planejamento familiar da produção.

O envolvimento das mulheres agricultoras camponesas nas cooperativas agroextrativistas mostra que há três tipos de participações dessas mulheres na cooperativa: 1) as que não contam com a colaboração dos maridos; 2) as que são cooperadas com os maridos; e 3) as viúvas. Essas mulheres participam ativamente na direção dos STTRs, nas associações, no CENTRU-MA e nas cooperativas.

Além das atividades produtivas e organizativas, as mulheres camponesas estão envolvidas em lutas políticas no campo: movimentos sociais, conselhos municipais e partidos políticos. Os conflitos surgem em torno do modelo produtivista do agronegócio e seus respectivos impactos sociais e ambientais para a agricultura familiar dos municípios.

Foi através do movimento sindical de trabalhadoras e trabalhadores rurais que as mulheres conheceram as cooperativas agroextrativistas. A participação em eventos tais como a Marcha das Margaridas provocou as mulheres agricultoras de Loreto para a organização de um grupo específico ligado à Coopral, mas preservando a autonomia do grupo para diferentes atividades que não apenas a econômica ou política.

As Margaridas do Cerrado é um grupo informal de mulheres camponesas cooperadas e não cooperadas de Loreto que há mais de dez anos se mobilizam e articulam seminários, feiras, reuniões, produção e beneficiamento de produtos agrícolas seja na comunidade rural, no município, na região ou mesmo nacional⁴².

⁴² O grupo é uma adaptação da Marcha das Margaridas, A marcha das mulheres trabalhadoras rurais recebeu o nome de MARCHA DAS MARGARIDAS em homenagem à ex-líder sindical, Margarida Maria Alves. Ela foi assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. <http://www.contag.org.br/>

A emergência desse grupo veio provocar as mulheres camponesas para questões que se distanciam da figura do homem enquanto centro desse processo de organização. A participação das mulheres é destacada pelos cooperados como fundamental para a manutenção da cooperativa. O trabalho desenvolvido pelas Margaridas é divulgado em feiras municipais e eventos fora do município. Seus produtos e sua organização é a condição de sua existência. As Margaridas são as principais responsáveis pela produção de doces, sabonetes medicinais e uma variedade de produtos oriundos do cerrado. Na questão organizacional, as Margaridas não são formais, mas 70% das mulheres são cooperadas e, por não possuírem uma sede própria, elas realizam suas atividades no STTR ou na cooperativa.

O grupo aparece como uma espécie de GPB feminino aos moldes dos GPBs da década de 1990. Contudo, com suas devidas particularidades:

1. O homem aparece nas Margaridas como colaborador no processo produtivo.
2. A liderança é exercida pelas mulheres de forma dialogável e aberta, mas não de forma autoritária e fechada.
3. Seus objetivos são produtivos com uma preocupação muito mais ecológica que lucrativa.

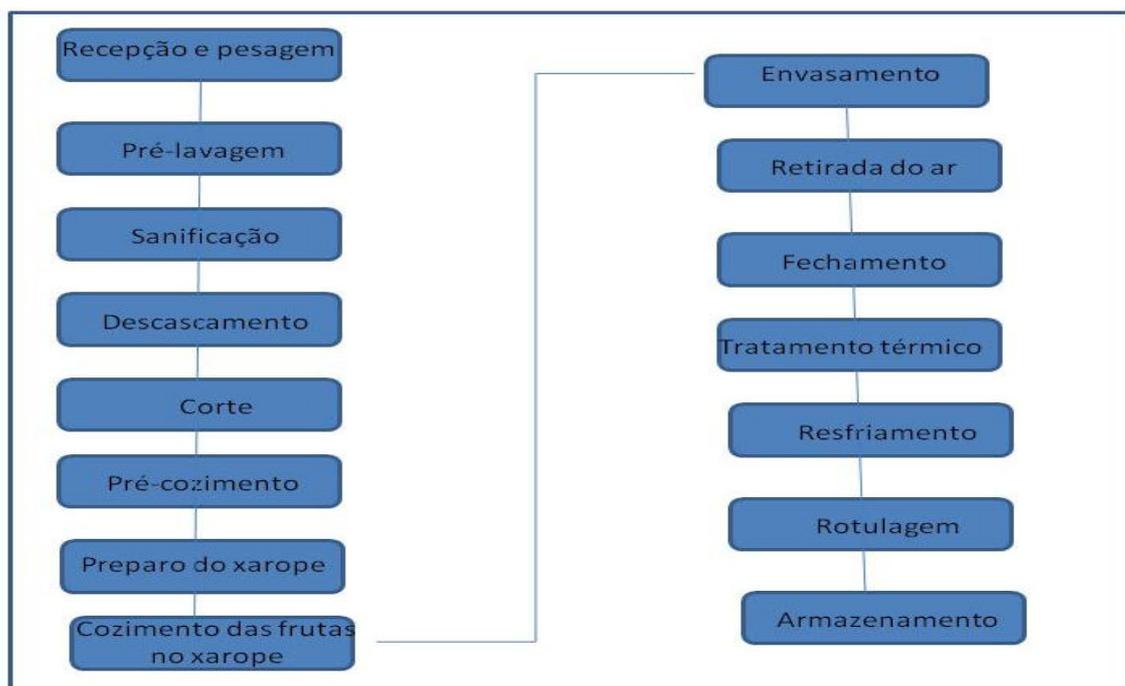
É importante analisar o papel que essas mulheres exercem de forma interseccional no sindicato, cooperativa e no próprio grupo das Margaridas. Elas conseguem reunir os diversos atores do campesinato em um objetivo comum. A sinergia formada pelas mulheres camponesas é no sentido de garantir não apenas a produção agroecológica, como também uma maior participação na unidade produtiva familiar. As Margaridas do Cerrado também lutam contra o avanço do agronegócio na região, principal responsável pela desertificação do município, poluição dos rios⁴³ e pela expulsão das famílias camponesas de suas terras.

⁴³ A comunidade ribeirinha do Sonhem, localizado a 120 km da sede de Loreto vem sofrendo com as contaminações do rio Sonhem, seu principal meio de subsistência além da terra. Segundo Nunes (2010) O mais grave é que as análises químicas realizadas indicaram que as águas do riacho Sonhem encontram-se contaminadas e impróprias para o consumo humano, especialmente em alguns pontos onde foram detectadas maiores concentrações de agroquímicos. A cultura da soja, na atualidade, exige o emprego de diversos tipos de defensivos agrícolas, entre inseticidas e herbicidas. Disponível em <http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_11/n11_impactos_socioambienta.pdf>

As mulheres, pela sua posição na família de responsável pela subsistência biológica dessa, têm condições objetivas e subjetivas de desenvolver uma consciência crítica mais aguda da dependência em relação ao agronegócio e dos problemas que esta dependência traz para a família agricultora. A contrapartida dessa consciência crítica mais aguçada é sua sensibilidade para a busca da alternativa camponesa ressignificada pela introdução de temas de abrangência universal, como a questão do meio ambiente, a inserção da economia camponesa numa sociedade solidária. (SCHMIDT, 2009, p. 81)

É nesses termos que as mulheres camponesas de Loreto decidiram por criar o grupo Margaridas do Cerrado atuando em duas esferas: o político e o produtivo. Em 2009, quando da elaboração do EVEPD elas correspondiam a quase 80% do público participante e foram responsáveis pelo planejamento do projeto de produção de doces⁴⁴. A proposta inicial era produzir 60 kg/dia o que equivaleria a 14.400 kg/ano. O fluxograma produtivo é apresentado na Figura (05):

Figura (05) – Fluxograma da produção de doces da Coopral.



Fonte: EVEPD, 2009

Esse fluxograma elaborado em uma oficina sobre técnicas de agroindustrialização previa desde a recepção e pesagem que seria feito por cinco cooperados (as) e um que se responsabilizaria pela administração. As cinco pessoas também seriam responsáveis pela produção dos doces, aos

⁴⁴ As espécies são: buriti, fava d'anta, aroeira, cedro, juá, pequi, mangaba, bacaba, caju, cajá, araçá, sucupira e bacuri.

demais caberia a entrega das frutas na sede da cooperativa para o beneficiamento.

A minifábrica já contava com um terreno de 16 m², um liquidificador industrial de seis litros, uma balança decimal de 300 kg, tachos de cobre ou esmaltado e um computador. Essa estrutura já vinha sendo utilizada pelas mulheres camponesas conhecidas como Margaridas do Cerrado muito antes do EVEPD.

Para manter o Grupo, as mulheres organizam eventos de promoção da agricultura familiar e comercializam sua produção garantindo assim uma renda extra para a família. Os limites de desenvolvimento do grupo estão associados ao fato mesmo de ser mulher (a compreensão que a população local tem a respeito do papel da mulher). Alguns maridos não aceitam o envolvimento de suas mulheres em atividades que não seja o “oficial” (cuidar da casa). Contudo, esse cenário não é generalizado em se tratando das Margaridas do Cerrado. Na sua maioria, as mulheres camponesas participam de eventos dentro ou fora do município, mobilizam, articulam e promovem a agricultura familiar.

A criação do grupo Margaridas do Cerrado proporcionou à Coopral uma dinâmica até então diferenciada. Enquanto os cooperados discutiam o fechamento ou não da cooperativa, as mulheres camponesas providenciavam seus eventos e suas atividades produtivas apresentando uma alternativa para a continuidade do movimento cooperativo no município.

No entanto, somente o entusiasmo das mulheres não está sendo capaz de reestruturar a Coopral. O objetivo das Margaridas é despertar os atuais cooperados e fomentar o ingresso de novos sócios. Seus cooperados sabem da necessidade de renovação de quadros, de recorrer a novos projetos que fomentem o cooperativismo dando um novo fôlego à cooperativa. Mas, nos últimos anos a Coopral é uma organização vazia e com poucas perspectivas. Não há fornecimento de produtos para cooperativa nem projeto em execução. O acesso aos programas PNAE ou PAA é visto como uma forma de mobilizar novamente os cooperados para a comercialização de seus produtos, através da Coopral. Contudo, a produção dos cooperados camponeses não chega a gerar um excedente a ponto de ser entregue na Cooperativa. O que sobra, quando sobra, é negociado na própria comunidade ou trocado nas feiras do município.

O agravante estado em que se encontra a Coopral é percebido por todos os cooperados de forma preocupante, mas a predisposição para reorganizar o cooperativismo no município não depende apenas de suas vontades. Abaixo elencamos dez dificuldades de ordem conjuntural, natural, institucional e produtiva que percebemos na cooperativa:

1. Quadro social reduzido e envelhecido.
2. Áreas de semiárido.
3. Irregularidade jurídica e contábil.
4. Decepções anteriores.
5. UPFs com pouca produção, sem geração de excedentes.
6. Falta de lideranças.
7. Relação institucional frágil.
8. Estrutura debilitada.
9. Nenhum projeto em execução.
10. Escassos recursos para agricultura familiar.

Portanto, além desses imbróglis da cooperativa, as Margaridas do Cerrado também enfrentam preconceitos sociais e críticas vulgares sobre sua participação na direção dos sindicatos e da cooperativa, mas sabem que exercem um papel importante não apenas para manter o cooperativismo agroextrativista no município, mas também para calcarem melhores relações na unidade produtiva familiar e na sociedade como um todo.

5.3 PNAE e Economia solidária

Em julho de 2008, a Coopevida retoma suas atividades paralisadas há dez anos devido a alguns problemas de ordem jurídica e contábil. Com apenas 21 cooperados, a cooperativa funcionava informalmente. Alguns camponeses forneciam produtos para a sede da cooperativa que comercializava em um pequeno ponto localizado na feira pública do município, mas isso era esporádico e, na maior parte do ano a Coopevida não realizava qualquer atividade comercial.

Mesmo diante desses impasses, a Coopevida continuou promovendo capacitações, formando novos quadros e recorrendo a novas articulações em âmbito local, regional e nacional. Dessa forma conseguiu o apoio da Unicafes-MA para a regularização da Cooperativa e em 2009, os cooperados participaram e elaboraram junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Rede CCAMA um estudo de viabilidade econômica do ponto comercial e um plano de negócios da Coopevida. O estudo tinha por objetivo conhecer para ampliar o mercado da cooperativa e dar visibilidade aos produtos dos cooperados.

No mesmo ano foram feitas pesquisas junto aos comerciantes do município de São Raimundo das Mangabeiras para saber sobre o mercado de polpas de frutas e descobriu-se que, entre os comerciantes da cidade, de um total de 15 entrevistados, 60% não vendem polpas de frutas e 85% desses comerciantes venderiam polpas de frutas em seus comércios se a cooperativa oferecesse o produto com frequência. Comprovando então que existe um mercado propenso à compra dos produtos.

A pesquisa também identificou os possíveis clientes da Cooperativa e identificou as escolas públicas como um canal de comercialização não apenas para as polpas de frutas como também para as hortaliças, ovos, carnes e demais produtos da agricultura familiar. O acesso a esse mercado é estabelecido de acordo com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, onde pelo menos 30% dos recursos para a merenda escolar devem ser adquiridos da agricultura familiar do município. Ainda em 2009, o município de São Raimundo das Mangabeiras contava com 6.000 alunos que consumiam de 4 a 5 litros de suco por ano comprados de supermercados e produzidos fora do município quiçá do estado.

Caso a parceria desse certo, somente a prefeitura adquiria 6 mil quilogramas de polpa de frutas por ano. De acordo com o estudo, com a oferta de frutos que o município possuía e a demanda regional seria possível ampliar significativamente o espaço de atuação para os produtos agroextrativistas. Abaixo a Tabela (07) apresenta o potencial produtivo de apenas 7 frutíferas de algumas comunidades rurais do município.

Tabela (07)– Oferta de Produtos em algumas comunidades rurais de São Raimundo das Mangabeiras em 2009.

OFERTA DE PRODUTOS EM 2009

Espécie Frutífera	Área Plantada (pés)	Área em produção (pés)	Produção Potencial (ton/ano/fruta)	Produção Efetiva Beneficiada (ton/ano/fruta)	% Aproveitamento
Acerola	369	213	0,633	0,574	90,68
Bacuri	473	393	0,160	0,000	0,00
Buriti	1979	1341	0,240	0,000	0,00
Cajá	1440	300	5,480	1,56	28,47
Caju	7653	7066	27,75	0,06	0,22
Goiaba	252	114	1,261	0,16	12,69

Fonte: Plano de Negócios, 2009.

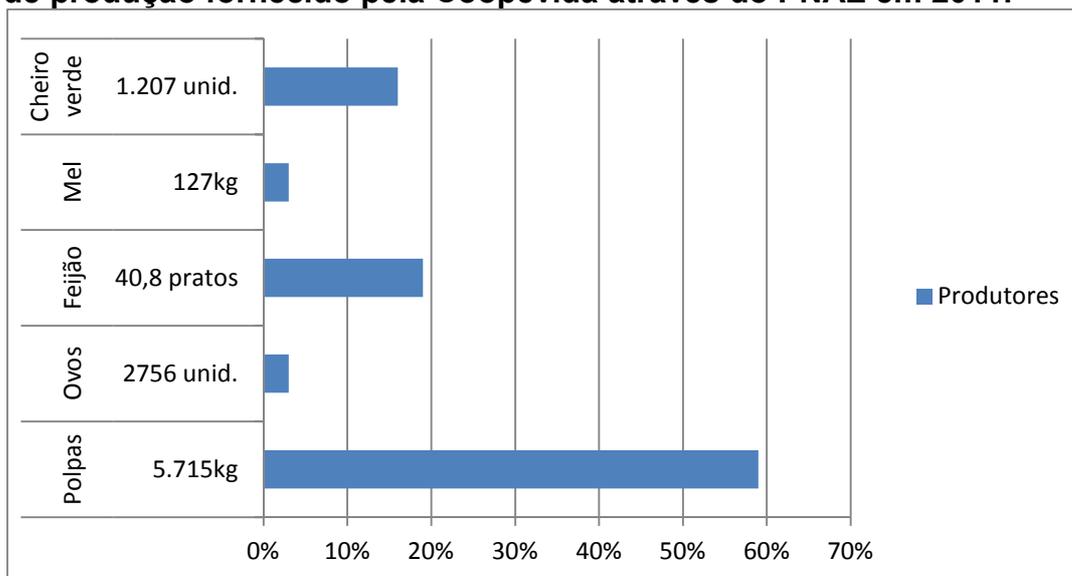
Podemos anotar, segundo a Tabela (07), duas observações sobre o potencial produtivo das frutíferas nas comunidades rurais: primeiro, parte significativa dessas frutíferas foram plantadas na década de 1990 quando do PD/A e segunda que o beneficiamento dessas frutíferas teve um melhor aproveitamento por parte da Coopevida ainda na década de 1990 no Projeto Frutos do Cerrado. Percebemos aqui uma relação importante entre as técnicas, conhecimentos científicos agrícolas e os conhecimentos tradicionais no primeiro momento; no segundo, que existe um mercado para os produtos agroextrativistas.

Com a implementação dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, já são mais de quatro mil cooperativas de agricultores familiares beneficiadas. A Coopevida é uma delas que, desde o início de 2010 possui um convênio com o PNAE para fornecer regularmente seus produtos para as escolas públicas de São Raimundo das Mangabeiras.

O PNAE é um programa de alimentação escolar criado no Brasil em 1955. O programa garante o repasse de recursos financeiros para a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos) da rede pública ou filantrópica. O repasse é feito diretamente para os Estados e municípios. O valor de repasse em 2011 para todo Brasil somou mais de 3,1 bilhão de reais. Para o Maranhão foram destinados mais de 149,2 milhões e no caso de São Raimundo das Mangabeiras e Loreto foram, respectivamente R\$ 221.640,00 e R\$ 156.060.

Como a Coopral ainda não acessou o programa, nos ateremos ao caso da Coopevida que ainda em 2011, conforme o Gráfico (05), 76% dos cooperados depositaram seus produtos na cooperativa para comercialização junto ao PNAE.

Gráfico (05) - Alguns dos produtos, quantidade de produtores e volume de produção fornecido pela Coopevida através do PNAE em 2011.



Fonte: elaborado pelo autor, 2012

Segundo o Gráfico (05), a polpa de frutas é o produto mais comercializado pela Cooperativa, dos 32 cooperados que depositaram produtos em 2011, 59% foram produtores de polpas. A saída para o feijão e o cheiro-verde foram relevantes, 19% e 15% respectivamente. Mel e ovos contaram com a produção e entrega de apenas um agricultor familiar. De um modo geral, podemos afirmar, de acordo com Fleury (1983, p. 19), que as cooperativas autênticas, nesse mercado capitalista, não necessariamente se transformam em empresas, ou desaparecem, mas persistem enquanto entidades “híbridas e contraditórias”.

O fato de serem híbridas e contraditórias por si só não justifica a permanência das cooperativas agroextrativistas no capitalismo. No caso da Coopevida, percebemos que uma geração nova juntamente com os antigos cooperados vem assumindo há 4 anos a organização da Cooperativa. Por outro lado a Coopral permanece com um quadro social reduzido e não renovado, são as Margaridas do Cerrado e o STTR de Loreto os sujeitos que vem dando uma sobrevida à Coopral.

Poderíamos questionar aqui porque a Coopral encontra-se tão distante da Coopevida nos quesitos produtivo, comercial e organizativo tendo em vista que as duas cooperativas nasceram na mesma época, participaram dos mesmos projetos (PFC, Fábrica de Castanha, Cerrado é Vida, Escola Técnica Agroextrativista), tiveram ou ainda tem o apoio das mesmas organizações

campesinas (CENTRU, STTRs, Unicafe, igreja) e dispõe de apoio para o acesso aos programas governamentais de aquisição dos produtos da agricultura familiar. Poderíamos então atribuir essas diferenças à participação dos cooperados da Coopral ou mesmo suas dificuldades de gestão. Contudo, seria injusto ou mesmo ignorância não considerar que a política nacional de apoio à agricultura familiar ainda é insuficiente e irregular. O orçamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a agricultura em geral prioriza o agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

A sobrevivência das cooperativas agroextrativistas deve muito mais aos esforços dos camponeses cooperados que aos programas ou políticas públicas estatais. De junho de 2011 a junho de 2012, o MAPA, financiou mais de 123 milhões de reais para agricultura brasileira, destes, cerca de 87%, foram para a agricultura empresarial e 13% para a agricultura familiar.

No caso do Maranhão, a agricultura em geral recebeu mais de 41 milhões e 580 mil reais em 2010. Para a secretária de desenvolvimento agrário que, na época, cuidava da agricultura familiar, foram destinados R\$ 1.453.309,96. Para a secretaria de agricultura, pecuária e pesca que cuida da grande produção, foram alocados mais de 15 milhões e 600 mil reais. Os demais recursos financeiros distribuíram-se entre agências de pesquisas e defesa agropecuárias, fundos e superintendências da área rural.

De acordo com a Tabela (08) No que se refere a gastos específicos com a agricultura familiar, o governo do Maranhão distribuiu entre os anos de 2010 e 2011 mais de 5 milhões e 162 mil reais com seguro safra, apoio ao agroextrativismo, construção de agroindústrias familiares, assistência técnica e extensão rural, etc.

Tabela (08) Despesas do Estado do Maranhão na questão agrária e agrícola em 2010 e 2011.

Item	2010	2011
Seguro Safra	18.684,30	9.297,81
Apoio ao agroextrativismo	23.309,21	3.358,79
Incentivo a comercialização dos produtos da	2.174,83	-----

agricultura familiar e da pesca artesanal			
Implantação de sistemas produtivos agroecológicos		276.676,22	80.298,47
Ação e regularização fundiária		34.866,32	114.420,47
Construção de agroindústrias familiares		14.970,00	22.729,53
Assistência técnica e extensão rural		-----	4.562.083,85
Total		360.680,88	4.792.188,92

Fonte: Portal da Transparência - MA.

O acesso aos escassos e difíceis recursos financeiros para a agricultura camponesa é uma variável que contribui significativamente para a estagnação de suas cooperativas. Ou seja, as políticas para agricultura familiar deveriam atender as novas e velhas reivindicações dos camponeses por regularização fundiária, assistência produtiva, compra direta dos produtos e logística.

Os diversos estudos, pesquisas e diagnósticos elaborados pelas cooperativas demonstram a viabilidade econômica, social e ambiental das cooperativas. Desta forma acreditamos que a discussão em torno do cooperativismo da agricultura camponesa já não seja mais a participação ou envolvimento dos cooperados ou apenas o fator gestão. Portanto, nem a viabilidade nem a participação podem ser consideradas os fatores que vem inviabilizando a Coopral, p. ex., mas a ausência de uma política estatal eficiente e comprometida com a agricultura familiar dificulta e esvazia o debate sobre o cooperativismo autêntico.

Portanto concordamos com Umbelino (2001) que, na lógica de uma economia capitalista, todos os esforços estão direcionados para a produção em grande escala, utilizando-se do trabalho assalariado no campo, mas também abrindo espaço para a produção camponesa.

O capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo do desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua

desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em diversas culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura de cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. (UMBELINO, 2001, p. 185).

Nestes termos, entendemos que a formação de cooperativas no campo está diretamente relacionada com o modo de produção capitalista estabelecendo assim uma relação econômica de troca de mercadorias. Contudo, as experiências coletivas dos camponeses em forma de mutirão, associações ou cooperativas, são entendidas como uma importante estratégia de garantia da reprodução camponesa.

Las cooperativas y asociaciones de trabajadores son experiencias prácticas de autoorganización de los trabajadores que pueden ser potenciadas en una coyuntura de transformación social que tenga en vista la trascendencia del trabajo alienado. Sin embargo, si las cooperativas e asociaciones de trabajadores permanecen separadas de otras luchas, ellas o desaparecerán o sobrevivirán a duras penas, mas difícilmente podrán avanzar rumbo al control global del proceso de trabajo por los productores asociados. (MÉSZÁROS, 2002, p. 629)

Nesse contexto, a Coopevida, conforme a Figura (02), organiza e articula os camponeses desde a unidade produtiva familiar, passando pelas associações, com assessoria técnica do CENTRU-MA e da Rede CCAMA e articulada nacionalmente com a Unicafes. Portanto, podemos ver que a organização dos camponeses na Coopevida ao mesmo tempo em que integra a unidade familiar e as associações ao mercado também os provocam a uma solidariedade de classe que une as diferentes instituições nas dimensões econômica, social e política.

Como parceiro incondicional do STTR, as relações da Coopevida com o movimento sindical começam com o sindicato municipal e se estende até a Confederação dos Agricultores Familiares do Brasil. Percebemos então que a Coopevida, em construção há mais de duas décadas articula e mobiliza os camponeses em duas esferas: o econômico e o político. Para o atual presidente da Coopevida, sr. I.L. a relação entre o STTR e as cooperativas deve estar imbricado, juntos e unificados:

A gente diz assim: o movimento cooperativo e o movimento sindical eles são como a mão direita e mão esquerda e o agricultor precisa dos dois, porque o sindicato é uma entidade de classe que luta pelos direitos, já a questão do cooperativismo é um instrumento que vai garantir a implementação daquelas conquistas pelo movimento sindical. (I. L., 2012, entrevista concedida em dezembro de 2011).

O fato é que, a dupla face da cooperativa – em responder aos imperativos do mercado e aos requisitos de uma prática democrática – se revela como uma fonte de permanente tensão. Hoje a discussão sobre a busca de identidade cooperativista passa, necessariamente, por essa tensão particular de se diferenciar das empresas capitalistas ou do amplo universo da economia solidária que não tem uma perspectiva de luta de classes, ao contrário, tenta açambarcar as diferentes experiências cooperativas ou associativas no bojo dos EES.

Concordamos com França (2002, p. 12) que os EES “são oriundos dos setores populares combinando, ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política”. Por outro lado, ao conceber a economia solidária enquanto um movimento de “renovação e reatualização da economia social europeia” (IBIDEM) o autor desconsidera a luta dos movimentos sociais e de suas cooperativas autênticas nivelando-as aos empreendimentos filantrópicos franceses ou ao *non profit organizations*⁴⁵ anglo-saxão.

Desde 2008 a Coopevida vem participando de atividades e eventos de economia solidária. Em 2010 a Coopevida foi cadastrada no Sistema de Informações em Economia Solidária da SENAES Segundo Germer (2006, p. 196) “essas políticas emergenciais oficiais somaram-se ou fundiram-se alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social”. Desta forma, com a constituição da SENAES, as diversas instituições da sociedade civil como cooperativas, associações e grupos informais oriundos dos diversos setores da sociedade, foram classificadas como EES.

Nestes termos, entendemos que a prática da economia solidária é um fato na trajetória da Coopevida e do próprio modo de vida camponês, mas não pode ser confundida ou incluída no universo dos EES tendo em vista que nesse bojo a luta de classes é desconsiderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴⁵ Termo que compreende o universo do terceiro setor formado por organizações não governamentais sem fins lucrativos, cunhado pela tradição inglesa e renovado pelos norte-americanos. Ver em França Filho (2002).

O cooperativismo é um tipo de organização socioeconômica que surgiu com a contradição do capitalismo. Para os socialistas utópicos, o cooperativismo é visto como um sistema que superaria o capitalismo. Da mesma forma, os entusiastas da economia solidária também percebem o cooperativismo como um outro modo de produção. Contudo, para os movimentos e organizações sociais do campo como o MST ou CENTRU, o cooperativismo é um instrumento, assim como o sindicato, de organização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária.

Com as constantes ofensivas do capital sobre o trabalho, a luta pela reforma agrária foi perdendo espaço e as discussões giravam em torno da organização da produção. Para os movimentos sociais do campo as cooperativas devem cuidar tanto da produção num viés ecológico quanto estar sintonizadas à uma luta maior, a uma luta de classes, caso contrário tendem a se transformar em cooperativas empresariais, como as do agronegócio, preocupadas apenas com o mercado. Somente assim, essas cooperativas podem ser consideradas autênticas.

A trajetória das cooperativas agroextrativistas dos camponeses na região sul maranhense teve forte influência do CENTRU, que trouxe do MEB e do PCB as experiências de luta e resistência do campesinato no Maranhão. Os cursos de formação política e cooperativista advieram desse movimento de luta pela reforma agrária e transformação social na década de 1960.

O processo de organização dos camponeses em cooperativas agroextrativistas é algo inovador no meio rural. As práticas agroextrativistas é resultado de uma relação entre o conhecimento tradicional e as técnicas de manejo e cuidados ecológicos. O apoio recebido de ONGs nacional e internacional colaborou significativamente para a sobrevivência do cooperativismo na região sul maranhense. Contudo, a constituição do CENTRU como uma organização de assessoria camponesa foi vital para a existência desse tipo de cooperativismo, historicamente desenvolvido no seio da classe trabalhadora. As cooperativas conseguiram fortalecer e provocar os camponeses para relações sociais de reciprocidade, organização política, ascensão da participação feminina, produção ecológica e comercialização solidária. A importância das cooperativas agroextrativistas para os camponeses é explicada pelo Sr. J.M ao afirmar que esse movimento cooperativista “é uma

escola que ensina muito mais pra você em pouco tempo que a escola tradicional onde o ensinamento é fechado”.

Sobre os apoios recebidos ao longo de 20 anos, podemos dizer que o Projeto Frutos do Cerrado provocou no início uma série de expectativas em torno da organização cooperativista e da produção agroextrativista, mas a execução do projeto foi complexa e gerou frustrações tanto por parte dos camponeses quanto por parte dos financiadores. Não apenas o PFC, como também outros projetos garantiram a estruturação física das cooperativas, mas o atraso nos repasses e a desconsideração das particularidades do modo de vida camponês dificultou bastante o desenvolvimento dos projetos.

Com esses “pequenos projetos” (PARESCHI, 2004, p. 162) foi possível construir a fábrica de castanha em São Raimundo das Mangabeiras, a fábrica de polpas de frutas em Carolina, a aquisição de máquinas e equipamentos, ou seja, foi possível obter toda a estrutura básica para que os camponeses cooperados adentrassem ao mercado. O objetivo desses pequenos projetos era proteger o cerrado do agronegócio e dos grandes projetos desenvolvimentistas levados a cabo no Brasil e garantir uma alternativa econômica sustentável para os camponeses da região sul maranhense.

Embora com toda a estrutura adquirida através desses pequenos projetos, adentrar ao mercado exigia muito mais. Exigia um conhecimento especial sobre gestão, uma ampla estrutura logística e de marketing, uma assessoria especializada em plantio e manejo dos sistemas agroflorestais coisas que os camponeses não tinham, que o estado não fornecia e que os poucos recursos desses pequenos projetos eram insuficiente e limitados.

Contudo, à primeira vista, o que parece é que os camponeses são os responsáveis pelo fracasso desses pequenos projetos. Logo, surgem no interior das comunidades um sentimento de discórdia e mal estar, cheio de acusações e injúrias. Dessa forma retomamos ao pensamento de Menezes (2007) de que com a implementação da economia solidária e o engodo do empreendedorismo transfere as responsabilidades das grandes empresas e seus grandes projetos destrutivos e as obrigações do Estado para os trabalhadores do campo ou da cidade fazendo com eles se sintam culpados pelos fracassos de suas organizações socioeconômicas como cooperativas ou associações.

Nestes termos consideramos que a política econômica regional integrada ao mercado internacional está para atender a produção de commodities em detrimento da agricultura familiar. Os subsídios e apoios recebidos dos programas governamentais tal como o PNAE colaboram para a sobrevivência das cooperativas, mas é ínfimo diante do que o agronegócio sempre ganhou mesmo a agricultura familiar demonstrando ser mais eficiente e ecologicamente viável.

A trajetória da Coopral e da Coopevida teve nesses projetos uma influência significativa na formação de seus cooperados nas décadas de 1990 e início dos anos 2000. A falta de projeto de grande porte e as decepções com a execução destes provocou muitas mudanças no cenário cooperativista da região. A saída de sócios e até mesmo o fechamento de cooperativas tiveram alguma colaboração desses projetos. Percebemos também um desânimo por parte de muitos cooperados e por alguns anos da década de 2000, em algumas comunidades não se permitia falar em cooperativismo.

Consideramos também que através do PNAE, a agricultura familiar e o cooperativismo agroextrativista no município de São Raimundo das Mangabeiras ficaram mais valorizados. O acesso ao Programa despertou antigos cooperados e abriu espaço para entrada de novos. A Escola Técnica Agroextrativista do CENTRU-MA e os projetos de reorganização institucional executados pela CCAMA colaboraram significativamente para a reestruturação da Coopevida. Os cursos de gestão cooperativistas, criação de pequenos animais e técnicas agroecológicas emergiu lideranças jovens na Coopevida.

No caso da Coopral, os dilemas são outros, com uma modesta criação de galinhas e uma pequena horta, os cooperados vivem entre a difícil decisão de fechar ou não a cooperativa. Alguns cooperados há muito tempo já não participam de nenhuma reunião ou Assembleia Geral da Coopral. Seu presidente divide o tempo entre a Cooperativa e o STTR onde também é presidente e principal fonte de sua renda.

A sobrevivência da Coopral vem dependendo das atividades e eventos promovidos pelas mulheres camponesas, as Margaridas do Cerrado. São elas as principais referências do cooperativismo camponês no município de Loreto. Sua produção é informal e modesta. Nestes termos, consideramos que o cooperativismo camponês na região sul maranhense vem sobrevivendo à duras penas. O avanço das fronteiras agrícolas e as alternativas pelo viés da

economia solidária surtem os mesmo efeitos, uma imobilização e uma falta de caminho ou mesmo um desânimo diante do que é e do que pode ser.

Portanto, consideramos que, a formação do cooperativismo agroextrativistas nascido na década de 1990 traz implícita ou explicitamente as mesmas bandeiras nascidas no seio da luta dos camponeses maranhenses desde a década de 1960. Reforma agrária, agrícola e transformação social são demandas ainda não realizadas e que o cooperativismo se torna frágil diante da conjuntura desfavorável, mas que articulado a lutas maiores poderá mudar esse cenário.

REFERENCIAS

_____. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, IBGE 2010.

ANDRADE, Maristela de Paula. Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís, Edufma, 2008.

BOUDON, Raymond. Dicionário de Sociologia. Lisboa, Dom Quixote LDA, 1990.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Tchayanov e a Teoria do Cooperativismo. Sociedade e desenvolvimento rural, vol 02, nº 1, 2008.

CENTRAL DE COOPERATIVAS AGROEXTRATIVISTAS DO MARANHÃO. Mapeamento da agricultura familiar agroextrativista na Rede CCAMA: Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Imperatriz: BNB, Março de 2007.

CENTRU. Boletim informativo do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador rural. Recife, Ano IV, n. 09 – 22 de maio de 1985.

_____. Carta de princípios. Recife, 1981.

_____. Origem e proposta de educação. Recife, CENTRUGRAF editora, 1984.

CHAYANOV, Alexander. La organizacion de La unidad econômica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision. 1974.

CHIARIELLO, Caio Luis. Análise de cooperativas rurais tradicionais e populares: um estudo de casos na COCAMAR e COPAVI. 151f. Dissertação (mestrado em Engenharia da Produção) Universidade de São Carlos, São Carlos, 2008.

CONCEIÇÃO, Manoel da. Reforma Agrária, utopia revisitada. In.: Utopias agrárias. STARLING, H. M. M., RODRIGUES, H. E., TELLES, M. (orgs.). Belo Horizonte, editora UFMG, 2008.

DEMOUSTIER, Danièle. Economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Edições Loyola, 2006. Pg. 230.

DUARTE, L. M. G. *Capitalismo e cooperativismo no R.G.S: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul*. PA: Anpocs, 1986. 96p.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. A cooperação agrícola na organização política do MST. um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão. São Luís, 2008.

EVCPDC. Estudo de Viabilidade Econômica da Produção de Doces na Coopral. Loreto, agosto de 2009.

EVEPCC. Estudo de Viabilidade Econômica do Ponto Comercial da Coopevida. São Raimundo das Mangabeiras, agosto de 2009.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense. Tese (doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 269 f. São Paulo, 2008

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Global Editora, 1983.

FRANÇA, G. F. terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia, análise e dados, v. 12, n. 1 p. 9-19, Salvador, junho de 2002.

GERMER, C. M. . A 'economia solidária': uma crítica marxista. Estudos de direito cooperativo e cidadania (UFPR), v. 1, p. 51-73, 2007.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. Aspectos sociais e relações interinstitucionais do Projeto Frutos do Cerrado, uma avaliação crítica. Carolina/MA, 1998, disponível em <[http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/632007154035 .pdf](http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/632007154035.pdf)> acesso em junho de 2011.

GOMES, Ilse. Transnacionalização e poder político no Maranhão no final do século XX. II jornada internacional de políticas públicas, São Luis, 23 – 26 de agosto de 2005. IBGE. Censo agropecuário de 2006. Rio de Janeiro, IBGE 2009.

INCRA. Números oficiais da reforma agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria>. Acesso em julho de 2011.

- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Trad. Otto Erich Walter Maas. São Paulo: nova Cultural, 1986. Pg. 401.
- MACHADO, João Marcelo Borelli. A formação brasileira e as cooperativas agrícolas: dispositivos jurídicos para a subordinação econômica camponesa. 89 f. dissertação (mestrado em direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- MARTINS, José de Sousa. Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec, São Paulo, 1997.
- MARX, Karl. *O capital*. vol. II, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996, p. 381.
- MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MENEZES, Maria Thereza C.G. de. Economia solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007. Pg. 250.
- NOVAES, Henrique, T. Las Bases Del socialismo autogestionario: La contribución de István Mészáros. In.: Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba, Camila Piñero Harnecker (org.). La habana, editora Caminos, 2011.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e agricultura no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros e SUZUKI, Júlio Cezar (orgs.). In: Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo, Expressão popular: 2007.
- OLIVEIRA, Fernanda Martinez. Frutasã: uma aliança interétnica pelo cerrado. Carolina/MA. Disponível em <http://www.eaespp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Hist%C3%B3rias/2005/Alianza_interetnica_pelo_cerrado.pdf> acesso em 26 de fevereiro de 2007.
- PARESCI, Ana Carolina Cambeses. Projetismo e desenvolvimento sustentável: o caso dos pequenos projetos. In.: Hiléia, revista de direito ambiental da Amazônia. Ano 2, nº 2, Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 2004.
- Pandeló, Fernando Rodrigues. Socialismo, cooperativismo e economia solidária no pensamento de Paul Singer. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP. São Paulo, 2010
- RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. Movimento de Educação de Base – MEB Discurso e prática 1961-1967. Dissertação de mestrado em educação, FGV, Rio de Janeiro, 1982.

REDE FRUTOS DO CERRADO. Estudos para a reestruturação da RFC: Relatório final de consultoria. Natal, dezembro de 1998.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Brasília, MTE, 2007.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA, ano 8, n. 7, jul/dez de 2005.

SILVA, Cloves Antônio. Empreendedorismo cooperativista: organização sustentável impulsionadora do desenvolvimento e crescimento do Maranhão. In: VI CONBRAD. Artigo apresentado em Maringá/PR, 14 a 17 de setembro de 2009.

SILVA, Miguel Henrique Pereira. Cooperativismo na área de atuação da assema: um estudo das cooperativas de Lago do Junco e Esperantinópolis. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (Dissertação de mestrado), São Luís, UFMA, 2001.

SILVA, Carmen. Nosso trabalho tem valor!: mulher e agricultura familiar. Maria Betania Ávila; Veronica Ferreira (orgs.). Recife, SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural, ago. 2005.

SINGER, Paul. Introdução a economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Pg. 127.

SOUZA, S. Boaventura de (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pg. 514.

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. Pg. 511.

STÉDILE, João Pedro. O MST muda o foco, a prioridade agora, diz Stédile, é a agroecologia. Entrevista concedida à Soraya Aggege à Revista Carta Capital em 3 de agosto de 2011.

Tchayanov, Alexander. Teoria dos sistemas não capitalistas. Trad. Manuel Villaverde Cabral. Revista Análise Social, vol XII, nº 46, PP. 477-502.

UNICAFES. Diagnóstico situacional das cooperativas de produção da agricultura familiar e economia solidária, filiadas à Unicafes/MA. São Luis, outubro de 2009.

VELHO, A. C. Otávio Guilherme. O Conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In.: Camponeses Brasileiros, leituras e interpretações clássicas. V. 1. Clifford Andrew Welch (et. al.). São Paulo, editor UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

VELHO, O. G. A.C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *América Latina (Rio de Janeiro)*, v.12, n.1, p.96-104, 1969.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 ministrada no CPDA/UFRRJ. Disponível em <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>> acesso em 9 de abril de 2010.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Congresso Anual da ANPOCS, GT 17, processos sociais agrários. Caxambu, MG, outubro de 1996.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ANEXOS

Anexo I



Anexo II – Cooperativas agroextrativistas dos municípios de Amarante, São Raimundo das Mangabeiras e Imperatriz.



Anexo III – Conteúdo dos cursos de treinamento de lideranças camponesas oferecidos pelo MEB/MA na década de 1960.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
TREINAMENTO DE LÍDERES RURAIS

"PINDARÉ-MIRIM"

DATA 13 A 16 DE 8 DE 1962

Dia 13

1. REALIDADE ECONÔMICA

1.1. CONTEÚDO

1.1.1 - Latifúndio - Minifúndio

- preparação das terras no Brasil
- soluções destes problemas
- o homem do campo
 - o baixo índice de produtividade
 - causas
 - conseqüências: nível de vida infra-humana incultura-analfabetismo; doenças e má saúde etc; incapacidade de sair da sua condição servil.

1.1.1 - Política bancária

- necessidade de investimentos para desenvolvimento agrícola
- produtor agrícola excluído dos benefícios do banco

1.1.3 - O intermediário

- exploração do homem pelo homem

1.1.4 - Imperialismo - Trustes

- exploração de região por região
- exploração de país por país

1.2. TÉCNICA

1.2.1 - Discussão em grupo

Perguntas:

- a) Por que a nossa terra não produz mais?
- b) Quais são as reformas necessárias para melhorar a nossa vida de lavrador?

1.2.2 - Assembléia de complementação -

- causas do desequilíbrio agrícola
- a comunidade agrícola ideal

OBS: Foi usado material visual na exposição e complementação da realidade econômica.

2. REALIDADE POLÍTICA

2.1. CONTEÚDO

2.2. TÉCNICA

- 2.2.2 - Grupo - por que só os homens que têm dinheiro conseguem eleger-se?
- por que os candidatos quando se elegem não trabalham pelo povo?

2.2.2 - Assembléia - de aproveitamento e complementação; foi usado material visual sobre política

3. REALIDADE SOCIAL

3.1. CONTEÚDO

- Forças progressistas e forças reacionárias
- 3.1.1 - a situação muda
- 3.1.2 - o povo brasileiro começa a sentir que tem muita coisa errada
- 3.1.3 - forças progressistas:
 - camponeses
 - operários
 - estudantes
- 3.1.4 - camponeses se unem, fazem liga, sindicatos e lutam principalmente pela Reforma Agrária
- 3.1.5 - operários também se unem, formam Sindicatos (CGT)
- 3.1.6 - estudante (UNE)
- 3.1.7 - forças conservadoras
 - * grupos interessados na continuação da situação atual
 - * organização de I.P.E.S., suas influências em todos os setores da vida brasileira

3.2. TÉCNICA

- 3.2.1 - discussão em grupo
- 3.2.2 - assembléia de complementação

Dia 14

4. REFORMA AGRÁRIA

4.1. CONTEÚDO

4.2. TÉCNICA

- 4.2.1 - assembléia de exposição do tema
- 4.2.2 - painel = É possível fazer Reforma Agrária sem mudar o artigo 141 da Constituição? por quê?
 - = Um plano de colonização (terra, financiamento etc) ajudando os colonizados, resolve o problema de exploração do homem do campo no Brasil? por quê?
 - = A Reforma Agrária tem por finalidade organizar de modo mais humano a vida no campo?
 - = Quais as melhores formas de apropriação da terra? por quê?

4.3. ASSEMBLÉIA

- para complementação e aproveitamento, foi usado material visual sobre tipos de propriedade e outros

5. LIDERANÇA

5.1. SOCIODRAMA

- como deve ser um líder

5.1.1 - dramatização mostrando três tipos diferentes de líder

5.1.2 - discussão do grupo sobre a dramatização

5.2. COMPLEMENTAÇÃO

5.2.1 - como liderar um grupo de discussão

5.2.2 - qualidades intelectuais e morais do líder

À NOITE: O coordenador da SUDENE veio expor o trabalho local daquele organismo na região do Pindaré.

- dados gerais sobre a SUDENE

- princípios que guiam os núcleos de colonização na zona do Pindaré

Dia 15

6. SINDICALISMO

6.1. CONTEÚDO

6.2. TÉCNICA

6.2.1 - circular - quais as finalidades de um Sindicato?

6.2.2 - complementação em assembléia

6.2.3 - grupos - exposição do estatuto

6.2.4 - sociograma - reunião da Diretoria do Sindicato

Dia 16

7. LUTA CAMPONESA

7.1. CONTEÚDO

7.1.1 - os camponeses são os homens mais explorados no Brasil

7.1.2 - há cinco anos começaram a lutar

7.1.3 - reuniram-se

7.1.4 - fundaram ligas camponesas

7.1.5 - fundaram associações

7.1.6 - fundaram sindicatos

7.2. VISÃO DE ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO ESTADO E NO BRASIL

ATAM - ULTAB

TARDE: Planejamento